

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE

MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE - MAPPS

**O MICROCRÉDITO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EMPREGO E
RENDA E O TRABALHO PARA MULHERES NO MERCADO DE
TRABALHO INFORMAL EM FORTALEZA**

LORENA DA SILVA LOPES

JUNHO - 2007

FORTALEZA –CE

LORENA DA SILVA LOPES

O MICROCRÉDITO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EMPREGO E RENDA E O
TRABALHO PARA MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL EM
FORTALEZA.

Dissertação apresentada ao
Programa de Mestrado Acadêmico
em Políticas Públicas e Sociedade
da Universidade Estadual do Ceará -
UECE, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em
Políticas Públicas e Sociedade.

JUNHO – 2007

FORTALEZA - CE

A minha família e a minha orientadora que sempre me apoiaram e buscaram o melhor que tenho em mim.

RESUMO

O objetivo geral dessa investigação foi analisar o microcrédito enquanto política pública de geração de emprego e renda no Brasil e suas articulações com as relações de gênero no mercado informal em Fortaleza. Pretendeu-se ainda: verificar a efetividade da política de microcrédito enquanto uma política de emprego e renda em âmbito nacional e como proposta para solucionar a questão do desemprego; investigar se a política de microcrédito fortalece a igualdade nas relações de gênero ou se ela aumenta as desigualdades nas referidas relações e por último encontrar as singularidades que permeiam as atividades profissionais das trabalhadoras autônomas. A investigação foi de natureza qualitativa e os interlocutores foram 6 (seis) microempreendedores de Programas Públicos de Microcrédito na cidade de Fortaleza, sendo 3 (três) mulheres e 3 (três) homens. Realizamos com esse estudo uma análise da relação entre o fenômeno do desemprego, a precarização, e a desregulamentação do mundo trabalho, bem como suas interrelações com a questão de gênero, refletindo sobre essas problemáticas que vêm ocorrendo em nível mundial e ensejam a busca por novos mecanismos de sobrevivência, especialmente em nosso município. Destacam-se as aceções em torno das mudanças nos papéis familiares e profissionais com a entrada da mulher no mercado de trabalho, e, especificamente, nos programas de microcrédito, sobretudo a sua inserção no setor informal, que se torna crescente e significativa. Para a consecução do trabalho, desenvolvemos pesquisa bibliográfica sobre as temáticas citadas, discutindo com diversos/as autores/as de referência. Finalmente, assumir gênero como categoria de análise nessa investigação, permite enxergar que ela atinge de maneira diferente e desigual a vida de mulheres e homens. Esse debate pode contribuir para a reflexão das formas de intervenção na questão social, promovendo a análise das políticas públicas de combate à pobreza e ao desemprego, pois não podemos deixar de reconhecer a *feminização do mundo do trabalho* como elemento constituinte do fenômeno.

Palavras-chave: Gênero, feminização do trabalho, políticas públicas e microcrédito.

ABSTRACT

The main objective of the research was to analyze the microcredit as a public policy to generate employment and income in Brazil and its relations with the joints of gender in the informal market in Fortaleza. It is also aim: to determine the effectiveness of the policy of microcredit as a policy of employment and income at the national level and as a proposal to resolve the issue of unemployment; to investigate whether the policy of microcredit strengthens equality in gender relations, or if it increases the inequalities in these relationships and finally to find the singularities that permeate the professional activities of autonomous workers. The inquiry was qualitative and the interlocutors were six (6) participants of Public Programs of Microcredit in the city of Fortaleza, with (3) women and 3 (three) men. We conducted this study with an analysis of the relationship between the phenomenon of unemployment, precarization, and deregulation of the labour world, and its relationship to the issue of gender, reflecting on those issues that are occurring worldwide and wish the search for new mechanisms survivors, especially in our city. Among them the meanings around changes in family roles and work with the entry of women into the labour market and, specifically, in the programs of microcredit, particularly its inclusion in the informal sector, which is growing and significant. For the achievement of work, we carry out bibliographical research about the themes, discussing with many authors. Finally, Assuming gender as category of analysis, will permit us to see how she reaches in different ways the life of women and men. This debate can contribute for the reflection of the forms of intervention in the social question, promoting the analysis of the public policies that avoid the poverty and the unemployment, because we must recognize the *feminization of the work's world* as an element that constitute the phenomenon.

Key-words: Gender, feminization of the work's world, public policy e microcredit

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença incondicional em minha vida, fortalecendo-me, guiando-me, nunca me deixando cair.

Aos meus pais, Arlinda e Paulino, por todo o apoio dispensado durante a minha vida, pelo amor, pelas palavras de força, pelos gestos de carinho e toda a confiança depositada em mim.

A minha irmã, Lisiane, pela proteção, pela dedicação e credibilidade em toda a minha trajetória na Universidade e por segurar, tantas vezes, a minha mão nos momentos de aflição.

A minha amada sobrinha e afilhada, Marina, pelas adoráveis discussões e pelas doces brincadeiras e companhia.

À Prof^a Helena Frota, pelo carinho e competência com que me orientou na elaboração deste trabalho; pela sua vitalidade demonstrada em todos os momentos em que estivemos juntas, pela sua compreensão e sabedoria de mulher forte e guerreira.

À Renata Custódio de Azevedo, minha grande amiga, por todo o incentivo, força e parceria nos estudos, nas pesquisas, no trabalho e na vida.

Às amigas Adriana Araújo, Kitéria Duarte e Priscilla Borges, pelos momentos de alegria, descontração e confidências partilhados juntas.

A todos(as) os(as) amigos(as), que estiveram próximos e outras vezes distantes, por todos os momentos de troca de informações, pelo companheirismo e por todo o afeto.

Aos professores que compõem a Banca Examinadora, Bosco Feitosa e Helena Selma, pela disposição em contribuir num momento tão importante para a minha formação acadêmica e profissional.

Aos professores Meneleu Neto e Ângela Julita, pelas contribuições dadas, visando o enriquecimento de aspectos importantes, no exame de qualificação.

A todos(as) os(as) professores(as) que compõem o Programa de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, pelo aprofundamento teórico que me proporcionaram, através dos conhecimentos transmitidos.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, pelo bolsa concedida, a qual se configurou fundamental para o desenvolvimento da nossa investigação.

Às mulheres e aos homens, participantes de Programas de Microcrédito em Fortaleza, que concederam as entrevistas, pelas informações prestadas, as quais contribuíram sobremaneira para a realização da pesquisa.

Aos (às) amigos (as) da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, pelas experiências, pelo afeto e apoio conferidos durante a elaboração desse trabalho.

A todas as pessoas que contribuíram, direta e indiretamente, para que este trabalho se concretizasse, o meu mais sincero: muito obrigada!

LISTA DE ABREVIATURAS

- ADEMI – Asociación para el Desarrollo de Microempresas INC
- ADMIC – Assessoría Dinâmica a Microempresas em Monterey
- AID – Agência para o Desenvolvimento Internacional
- BB – Banco do Brasil
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
- CEF – Caixa Econômica Federal
- CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
- CMN – Conselho Monetário Nacional
- CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
- CPGER – Coordenadoria de Promoção e Geração de Emprego e Renda
- ECINF – Pesquisa Economia Informal Urbana
- FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FED – Fundación Ecuatoriana de Desarrollo
- FED – Fundación de Desarrollo Dominicano
- FENAPE – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
- FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FUNDESOL – Fundação de Economia Solidária
- GTZ – Cooperação Técnica Alemã
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDE – Investimentos Diretos no Exterior

IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OCDE – Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ORGAPE – Organização de Apoio aos Pequenos Empreendimentos

ONG – Organizações Não-Governamentais

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PASEP – Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público

PAC – Programa Agência Cidadã de Crédito

PEA – População Economicamente Ativa

PCPP – Programa de Crédito Produtivo Popular

PFP – Partnership for Productivity

PINC – Programa de Incentivo aos Negócios em Casa

PIPMO – Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra

PIS – Programa de Integração Social

PISCES – Programa para Inversão no Setor de Pequeno Capital

Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PROFITEC – Fundação Municipal de Profissionalização

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

SCM – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor

SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SER – Secretaria Executiva Regional

TAC – Taxa de Abertura de Crédito

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNO – União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE MICROCRÉDITO.....	07
1.1 Contextualizando o cenário de desenvolvimento das políticas públicas de emprego e renda.....	07
1.2 As experiências internacionais de políticas públicas de geração de emprego e renda.....	18
1.3 Políticas públicas de geração de emprego e renda: traçando os percursos percorridos no Brasil.....	22
<i>1.3.1 Programas de geração de emprego e renda: breve relato das experiências brasileiras.....</i>	<i>28</i>
2. O MICROCRÉDITO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE EMPREGO E RENDA.....	33
2.1 Historiando sobre o microcrédito	33
2.2 Características principais do microcrédito.....	44
2.3 Programa Agência Cidadã de Crédito - PAC e Crediamigo: analisando programas de microcrédito em Fortaleza.....	47
<i>2.3.1 Principais entidades que atuam com microcrédito no Ceará.....</i>	<i>48</i>
<i>2.3.2 Programas de Concessão de Microcrédito da Prefeitura Municipal de Fortaleza e o Programa Agência Cidadã de Crédito – PAC.....</i>	<i>51</i>
<i>2.3.2.1 Perfil dos beneficiados pelo PAC: elucidando dados do Programa em Fortaleza (maio/2005 – março/2006).....</i>	<i>54</i>

2.3.3 Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste: CrediAmigo.....	57
---	----

3. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: (RE)LEITURAS ACERCA DESSE PANORAMA.....66

3.1As formas de gestão da força de trabalho: reflexões sobre as desigualdades produzidas.....	66
---	----

3.2Desemprego, precarização, desregulamentação do trabalho: uma cartografia das desigualdades sociais.....	72
--	----

3.3A feminização do mundo do trabalho: outras marcas da precarização.....	.78
---	-----

3.4Articulando gênero, políticas públicas e trabalho: caminhos-chaves para entender as questões.....	83
--	----

4. “ELAS E ELES ESTÃO EM TODA PARTE”: UM OLHAR ANALÍTICO ACERCA DOS PROGRAMAS DE MICROCRÉDITO - AS FALAS DE MULHERES E HOMENS PARTICIPANTES.....90

4.1 Como “descobri” os programas de microcrédito?: perfis e trajetórias de vida dos participantes do PAC e Crediamigo.....	90
--	----

4.2 Participação de homens e mulheres nos Programas PAC e Crediamigo.....	101
---	-----

4.2.1As atividades e os tipos de financiamento.....	101
---	-----

4.2.2 As principais facilidades no desenvolvimento do negócio.....	103
--	-----

4.2.3 As dificuldades presentes no desenvolvimento dos pequenos negócios.....	106
---	-----

<i>4.2.4 Acompanhamento gerencial e atualização profissional: mito ou realidade?</i>	109
<i>4.2.5 Os lugares de gênero: práticas e percepções que se “perpetuam”</i>	111
<i>4.2.6 O significado das Políticas de Concessão de Microcrédito – relações entre trabalho e felicidade</i>	112

CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
-----------------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	125
---------------------------	-----

ANEXOS

INTRODUÇÃO:

As mulheres ao longo da história sofreram e sofrem com a subordinação e a opressão de um mundo destinado prioritariamente a atender os direitos de homens brancos, letrados e ricos. As mudanças na sociedade, de cunho social, político, econômico e cultural, com o passar dos anos, foram decisivas para que as mulheres colocassem os rostos no espaço público e reivindicassem direitos que também eram concernentes a elas. No entanto, não foi uma luta fácil: encarar uma ruptura de padrões estabelecidos referentes ao seu posicionamento na vida familiar e articular novos papéis de gênero têm exigido das mulheres esforços redobrados no sentido de garantir igualdade no exercício de direitos de cidadania, como também reivindicar suas necessidades e demandas específicas enquanto mulheres.

Enquanto força de trabalho a mulher vem, nas últimas décadas, inserindo-se cada vez mais no mercado de trabalho, mesmo a despeito dos argumentos que afirmam ser o trabalho feminino desqualificado, sempre subordinado, provocador do rebaixamento dos salários em geral e elemento de destituição da força de trabalho masculina no referido mercado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), no intuito de destacar a evolução da participação feminina no mundo laborativo, observa-se que a presença feminina no trabalho assalariado quase dobrou entre 1970 e 1990, alcançando o número de quase 33 milhões de trabalhadoras em 1999, o que corresponde a um pouco mais de 41% da população economicamente ativa (PEA) do país.

No Brasil, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD (2006), a população ocupada aumentou perto de 2,5 milhões pessoas e, nesse cenário, as mulheres saíram na frente. O nível de ocupação feminina aumentou de 45,6% em 2004 para 46,4% em 2005, atingindo seu maior patamar desde 1992, enquanto o da masculina não apresentou crescimento significativo, passando de 68,2% para 68,3%.

Essa maior participação feminina no acréscimo da população ocupada mostrou a continuação do processo de inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho. Embora esse crescimento seja motivo de comemoração para todas as mulheres, elas ainda ganham menos que os homens. De acordo com a PNAD, em 2005, o rendimento médio mensal das trabalhadoras representava 71,2% do ganho dos homens.

Consoante Bruschini (2000), o significativo aumento da atividade das mulheres, uma das mais importantes transformações ocorridas no país desde os anos 70, teria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjunturas específicas, mas também, das transformações demográficas, culturais e sociais que vêm ocorrendo no país e que têm afetado às mulheres e às famílias brasileiras. Frente a estes fatos, não se pode ignorar a visibilidade da participação que este segmento social vem conquistando no mercado de trabalho.

Historicamente, a força de trabalho feminina sempre foi considerada de "menor valor", sendo suscetível a altas taxas de exploração e facilmente substituível pela força de trabalho masculina. Assim, argumenta-se que por estarmos num período de crise econômica, as mulheres seriam melhor absorvidas, pois estariam submetidas ao desemprego e à desregulamentação do mercado de trabalho.

É assim, que o desemprego, tão temido, e com razão, traz sofrimento humano para homens, mulheres e suas famílias: perda de renda, de autoconfiança, surgimento de doenças psíquicas e físicas. Em longo prazo, é também a porta de entrada para a pobreza e a exclusão social, pois não somente o desempregado, especialmente o de longa duração, como muitas vezes as novas ocupações atípicas no setor informal da economia, tendem a ficar sem as garantias conseguidas através

das lutas dos sindicatos, bem como do sistema público de proteção social e de garantia e renda. O que vem se observando é que as políticas macroeconômicas se voltam muito mais para o combate da inflação e para o curso da modernização econômica do que para o enfrentamento da questão do desemprego.

Além disso, a instabilidade dos contratos de trabalho é colocada como um dos pressupostos de modernidade dos novos processos de gestão da mão-de-obra, dando-se ênfase a maior rotatividade nos empregos secundários, fazendo crescer, assim, a terceirização e a subcontratação (POCHMANN, 2000).

De acordo com Möller e Irmão (2001), a precarização das relações de trabalho sinaliza uma situação precária em relação ao salário e a renda e/ou em relação à forma de contratação (temporária, contingente, informal sem cobertura das leis trabalhistas e da previdência social). Os autores prosseguem enunciando que a precarização das relações de trabalho significa não somente insegurança econômica e social para o trabalhador, mas também a possibilidade de cair na pobreza e exclusão social (MÖLLER E IRMÃO, 2001).

As contradições pertinentes à relação capital-trabalho geram inúmeras conseqüências para homens e mulheres no momento de entrada e no seu desenvolvimento no mundo laboral. Möller e Irmão (2001) colocam algumas dessas inferências: flexibilidade de admissão e demissão; flexibilidade no tempo de trabalho, bem como na forma de contratação (trabalho em tempo parcial, por tempo determinado, nos feriados e à noite, empregos atípicos etc); diminuição da rede de segurança social; maior flexibilidade de salários; descentralização e individualização da barganha salarial; impostos e encargos sociais menores para as empresas. A promoção de novas microempresas também pode ser vista como uma forma de criar novas ocupações, bem como forma de flexibilizar o mercado laborativo.

Entretanto, mesmo sob um quadro de mudanças instituído no mundo do trabalho muitos foram os fatores que contribuíram para o aumento da atividade laboral das mulheres nas últimas décadas, podemos citar: a intensa queda de fecundidade que reduziu o número de filhos por mulher, a expansão da escolaridade e o acesso às universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. Assim, transformações nos padrões culturais e nos

valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos setenta e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. Na verdade, *“a consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicariam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo”* (BRUSCHINI, 2000).

Por fim, com as mudanças ocorridas na estrutura familiar, é que se percebe o redirecionamento do papel feminino passando a mulher a participar crescentemente da manutenção e reprodução social, modificando a estrutura do campo de poder no *locus* privado e conseqüentemente no espaço público.

Inicialmente, o caminho traçado para a realização dessa pesquisa foi um estudo bibliográfico criterioso com o objetivo principal de aprofundar de maneira reflexiva e crítica as leituras das produções teóricas sobre as principais categorias deste projeto, quais sejam: gênero, feminização do trabalho, políticas públicas de geração de emprego e renda e microcrédito. Assim, pudemos buscar melhor e mais qualificado embasamento teórico para adquirir coerentes conhecimentos em torno do nosso objeto de pesquisa.

Posteriormente, foi desenvolvido um levantamento de fontes documentais com dados estatísticos sobre o mercado de trabalho de mulheres no Brasil e em Fortaleza nas instituições competentes como: IBGE, IDT- SINE. Em seguida, fez-se um levantamento junto às instituições promotoras e financiadoras dos programas de geração de emprego e renda como Banco do Nordeste do Brasil – BNB, a Prefeitura Municipal de Fortaleza e Organizações Não-Governamentais que trabalhem com a temática, procedendo-se ao levantamento e análise dos critérios de elegibilidade dos participantes dos programas; por meio dos programas e projetos, identificamos as mulheres e homens eleitos para serem investigados. Realizamos visitas às entidades de classe, como sindicatos e associações no sentido de se avaliar a política pública ora em questão.

Ademais, partimos para a consecução de relatórios avaliativos acerca dos programas pesquisados, com o propósito de obter informações sobre o percurso

histórico e político da criação, implantação e implementação das políticas públicas de geração de emprego e renda na cidade de Fortaleza. Sendo assim, fizemos uma pesquisa exploratório sobre o processo de criação, desenvolvimento e constituição dos programas locais de geração de emprego e renda, sejam eles o Programa CrediAmigo, do BNB e o Programa Agência Cidadã de Crédito – PAC, da Prefeitura de Fortaleza, tendo em vista que nessas instituições foram gestados os primeiros programas voltados para a concessão de crédito popular.

Na etapa seguinte, realizamos um dos passos principais do trabalho, que deu suporte para as análises e interpretações objetivadas: a pesquisa de campo. Nos meses de outubro a dezembro de 2007, aplicamos os instrumentais de entrevista semi-estruturada com 3 (três) mulheres e 3 (três) homens que participam de programas públicos de geração de emprego e renda no município de Fortaleza. A escolha dos interlocutores se deu a partir de observação participante aos locais de trabalho dos homens e mulheres entrevistados na pesquisa. A Secretaria Executiva Regional IV foi escolhida para a eleição dos(as) entrevistados(as) em razão de ser a região com maiores níveis de informalidade da cidade.

Intentando desvelar quais as problemáticas e questões que envolvem as políticas de emprego e suas relações com a questão de gênero, procurou-se mostrar até que ponto essas políticas reforçam ou desmistificam as desigualdades entre homens e mulheres em nossa cidade.

Em suma, a investigação de natureza qualitativa se deu através de pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semi-estruturadas e observação, como formas de penetrar na realidade social a ser investigada mesclando perguntas objetivas e subjetivas com a finalidade de proporcionar uma liberdade maior de respostas aos entrevistados e enriquecer qualitativamente os dados.

Propus como objetivo geral uma análise do microcrédito enquanto política pública de geração de emprego e renda no Brasil e suas articulações com as relações de gênero no mercado informal em Fortaleza. Dentre os objetivos específicos temos: a) verificar a efetividade da política de microcrédito enquanto uma política de emprego e renda em âmbito nacional e como proposta para solucionar a questão do desemprego; b) investigar se a política de microcrédito

fortalece a igualdade nas relações de gênero ou se ela aumenta as desigualdades nas referidas relações; c) encontrar as singularidades que permeiam as atividades profissionais das trabalhadoras autônomas.

As questões que nortearam o trabalho foram assim descritas: Como e por que surgem as Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda? Qual a lógica presente na criação e implementação da política de microcrédito? Por que ela se destina, em grande parte, às mulheres? A política de microcrédito tem conseguido atender ao fim a que ela se propõe: “solução para o desemprego”?

Então, dentro desse contexto em que a mulher se insere no espaço público, através das políticas públicas de geração de emprego e renda destinadas a elas, especificamente, o microcrédito, que propomos esta pesquisa. Esses temas conjugados são objetos desse estudo, que se apresenta dividido em quatro momentos: na primeira parte realiza-se um debate teórico acerca das políticas públicas de geração de emprego e renda no mundo e no Brasil, diante das contradições do capitalismo. Busca-se discutir qual a lógica presente nas relações capital-trabalho quando do surgimento de políticas públicas de emprego e renda e como o microcrédito se insere como uma política designada às mulheres.

Abordou-se, num segundo momento, as múltiplas faces do debate sobre importantes transformações no mundo do trabalho e nas políticas que se referem a ele, buscando verificar os pontos onde avançamos e aqueles em que ainda permanecemos frágeis. Fizemos, ainda, um levantamento sobre as formas de gestão do trabalho e a maneira como elas produzem culturas hegemônicas e desiguais.

Para a abordagem sobre as políticas públicas de geração de emprego e renda, fez-se necessário resgatar os principais tipos de políticas e programas existentes no Brasil. Elegemos algumas linhas centrais que serviram de pano de fundo para a compreensão desta temática, tais como: o fenômeno do desemprego, a precarização e desregulamentação do trabalho, bem como suas relações com a questão de gênero no mercado de trabalho.

Por último, evidenciamos os delineamentos da pesquisa, através da exposição dos dados empíricos da investigação, que serviram como cerne para a

compreensão do objeto de estudo em questão. Finalmente, teço algumas considerações finais a fim de propiciar uma continuidade das questões suscitadas aqui e posteriormente apresento a bibliografia consultada para o pleno desenvolvimento do trabalho. Além disso, seguem ao final do trabalho os anexos, que compõem peças fundamentais para o entendimento desse processo de construção do conhecimento.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE MICROCRÉDITO

1.1 Contextualizando o cenário de desenvolvimento das políticas públicas de emprego e renda

A primeira metade do século XX trouxe no seu bojo uma série de efeitos sociais como a questão do desemprego elevado, a pobreza e as desigualdades sociais crescentes, ficando evidente a necessidade da construção de um conjunto de políticas econômicas e sociais favoráveis ao bem-estar e desenvolvimento da sociedade. A gênese e desenvolvimento das chamadas “Políticas de Emprego” são fenômenos historicamente determinados e segundo Gimenez (2001) devem ser compreendidos como uma manifestação política das sociedades contemporâneas em fazer frente aos problemas promovidos pela dinâmica da acumulação capitalista, particularmente em face à tendência geral da existência de um contingente de força de trabalho no capitalismo.

Não dispor de meios de obtenção de renda e subsistência, passa a ser uma das características existentes nas sociedades capitalistas, e que ao longo do século XX, refletiu-se não de maneira isolada, mas como uma grande preocupação no campo da proteção social e da garantia de direitos fundamentais. Diversas iniciativas, por parte do Estado, procuravam desde o século XIX, responder à necessidade de proteger aqueles não integrados aos processos de exploração capitalista e aqueles trabalhadores desempregados involuntariamente colocados

próximos aos núcleos capitalistas mais dinâmicos. No entanto, no processo de constituição do aparato de proteção social, em geral, podemos identificar em diversos países a ocorrência de uma defasagem histórica quanto à proteção aos desempregados.

Consoante Santos (2006), a especificidade histórica do capitalismo reside nas relações de produção que instaura entre o capital e o trabalho e são elas que determinam a emergência e a generalização de um sistema de trocas particularmente caracterizado como capitalista. Configura-se, então, como de grande relevância tentar relacionar os elementos que integram a constituição histórica das políticas de emprego como expressão das sociedades capitalistas diante de suas contradições.

Para tanto, Boaventura de Sousa Santos, na sua obra “Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade” (2006), elabora um arcabouço teórico que nos é muito útil na tentativa de entender de que forma se desenvolveu o sistema de produção capitalista e como ele vem interferindo de forma desigual na vida de homens e mulheres. O autor (2006) enuncia que os caminhos históricos da modernidade estão diretamente ligados ao desenvolvimento do capitalismo e, ainda, acrescenta que apesar desse sistema ter se desenvolvido de forma diferente em cada país, em razão de seus processos internos diferenciados de desenvolvimento, é possível identificar três grandes períodos, conforme apresentado a seguir.

O primeiro período compreende todo o século XIX, é o período do capitalismo liberal, no qual a idéia do desenvolvimento harmonioso entre os princípios do Estado, do mercado e da comunidade¹ se dilaceram. Para o referido autor (2006), nesse período os princípios do Estado, do mercado e da comunidade, apresentam as seguintes características: há um desenvolvimento sem precedentes do princípio do mercado, uma atrofia quase total do princípio da comunidade e o desenvolvimento ambíguo do princípio do Estado. O desenvolvimento do mercado está evidente no surto vertiginoso da industrialização, na crescente importância das

¹ De acordo com Santos (2006), a comunidade que em Rousseau era entendida enquanto uma comunidade concreta de cidadãos tal como a soberania era do povo, reduziu-se a um composto de dois elementos abstratos: a sociedade civil, concebida como agregação competitiva de interesses particulares, suporte da esfera pública, e o indivíduo, formalmente livre e igual, suporte da esfera privada e elemento constitutivo básico da sociedade civil.

idades comerciais e na primeira expansão das novas cidades industriais (SANTOS, 2006).

Nesse período são difundidos a partir dos modos de produção capitalista os pressupostos do Liberalismo – em que a harmonia social só se dá através da livre concorrência do mercado. Dessa maneira, o parâmetro que rege a sociedade de mercado não é mais a sociedade, mas sim o indivíduo. Há aqui uma crítica a qualquer forma de regulação por parte do Estado, seja esta de origem socialista ou keynesiana².

Já no século XIX, são diversas as iniciativas voltadas aos desempregados e aqueles sem condições de obtenção de renda. É o caso das *Work Houses*, que, segundo Gimenez (2001), eram espaços que buscavam "reabilitar" aqueles que se encontravam sem trabalho, vistos como pessoas grosseiras, sem educação, vítimas de sua miséria pessoal. Nessa perspectiva o desemprego era visto como um problema individual e não como fruto do sistema econômico.

Com relação ao segundo período de desenvolvimento capitalista, Santos (2006) expõe que ele se inicia no final do século XIX e atinge seu pleno desenvolvimento no período entre guerras e nas primeiras décadas depois da 2ª Guerra Mundial; para o referido autor seria o período do "capitalismo organizado". Nesse momento o princípio do mercado continua a expansão ativa do período anterior e para isso rompe com os quadros institucionais e os limites de atuação característicos desse período, assumindo outras formas e se difundindo cada vez mais. Conforme o autor (2006),

(...) o desenvolvimento industrial capitalista e a conseqüente expansão do operariado, por um lado, e o alargamento do sufrágio universal, inscrito na lógica abstrata da sociedade civil e do cidadão formalmente livre e igual, por outro, contribuem para a rematerialização da comunidade através da emergência das práticas de classe e da tradução destas em políticas de classe. São os sindicatos e as associações patronais, a negociação coletiva,

² O Estado Keynesiano ou Welfare State surgiu após a crise de superprodução dos anos 1930, a qual colocou em xeque as proposições liberais, que eram hegemônicas desde meados do século XIX. O Keynesianismo, como também ficou conhecido, representou uma resposta à crise de 1930, garantindo não só a manutenção da acumulação capitalista, como também a hegemonia burguesa diante da ameaça socialista (NOBRE, 2001).

os partidos operários a disputar um espaço político anteriormente negociado entre os partidos burgueses e oligárquicos (SANTOS, 2006).

Os Estados Nacionais, ao longo do século XX, passaram a estar diante de uma substancial modificação, tanto no plano infraestrutural quanto em sua dimensão funcional. As experiências durante os anos 30, sob o efeito da *Grande Depressão*, e a catástrofe representada pela Guerra nos anos 40, implicaram em grande medida, no advento e avanço em vários países de novas estruturas estatais, intensificando o processo de transformação das estratégias de enfrentamento das questões sociais e econômicas em curso desde o final do século XIX.

As décadas do entre guerras, marcam um momento muito importante na consolidação de concepções avessas às teses do *laissez faire*. Nos conturbados anos 20, ainda sem romper com a hegemonia do pensamento liberal precedente, vários países capitalistas avançados gestam experiências diferenciadas do ponto de vista do enfrentamento das questões econômicas e sociais. A década de 1930, definitivamente, traz a ruptura com a ordem liberal, constituindo-se num período extremamente importante para acompanharmos a constituição de um novo padrão de tratamento das questões sociais e do mundo do trabalho.

Esses anos são considerados os “anos dourados” do capitalismo nos países centrais. Nesse momento quando a economia operava com pleno emprego e salários reais crescentes, as desigualdades sociais se reduziram e os padrões de vida das massas elevaram-se de forma sistemática.

Consoante Mattoso (1995), a trajetória dos países avançados no pós-guerra foi acompanhada pela presença da intervenção estatal, de uma ação resoluta dos sindicatos e de mecanismos que se sobrepunham ao livre funcionamento dos mercados, tornando as condições mais favoráveis para a vida dos trabalhadores. Destarte, as reformas que vinham sendo efetivadas como reação aos efeitos da crise de 1929 ganham força no pós-guerra, viabilizando a crescente intervenção estatal na economia e na sociedade. Uma certa estabilidade do crescimento da economia era garantida pelas políticas econômicas. Além disso, a tributação e os gastos sociais da esfera pública funcionavam como um poderoso mecanismo que alterava a distribuição primária de renda. A legislação favorável, a ação sindical e o

crescimento econômico, de certo modo estável, com seus ganhos de produtividade, garantiam salários reais crescentes e uma certa segurança dos empregos.

Entretanto, os “anos dourados” logo se esgotaram, e a crise dos anos 70, segue-se à rápida reestruturação do capitalismo, em um processo conhecido como III Revolução Industrial³. Segundo Cano (1998), o período dos anos 70 foi marcado pelo esgotamento nos Estados Unidos do padrão de acumulação de capital, tendo ocorrido uma desaceleração de renda, do emprego, do investimento e um debilitamento de suas finanças públicas. O aumento do endividamento interno e externo dos Estados Unidos teve como contrapartida uma grande acumulação financeira por parte de empresas e bancos multinacionais, que ampliou ainda mais a “nuvem de papel” em que se constituíram os principais fluxos financeiros internacionais.

Esse período é caracterizado por Santos (2006) como o terceiro período de desenvolvimento capitalista. Ele se inicia nos finais da década de sessenta, em alguns países um pouco mais cedo, noutros mais tarde, e é nele que nos encontramos agora. Também chamado de período do capitalismo financeiro ou do capitalismo monopolista de Estado. Na análise do autor (2006), o período tem sido, notadamente, marcado por transformações profundas, e, assim, *“o princípio do mercado adquiriu pujança sem precedentes, e tanto que extravasou do econômico e procurou colonizar tanto o princípio do Estado, como o princípio da comunidade – um processo levado ao extremo pelo credo neoliberal”* (SANTOS, 2006).

Nessa perspectiva, para romper com as profundas barreiras institucionais que se impunham ao sistema produtivo, o capitalismo faz nascer uma nova ideologia: o neoliberalismo⁴, sistema que traz em seu bojo alguns pressupostos básicos, quais sejam: a privatização de ativos públicos, a ruptura dos monopólios públicos e a reestruturação produtiva global. Com relação a este último pressuposto, fazem-se necessárias algumas considerações, que se seguem logo mais.

³ De acordo com Cano (1998) a III Revolução Industrial é um processo que se difunde sob a égide de velhos postulados liberais, que por sua vez tem se traduzido em: debilitamento dos Estados Nacionais, liberalização à entrada e saída de capitais estrangeiros, abertura comercial e de serviços, privatização e quebra de monopólios públicos, flexibilização de contratos de trabalho, corte ou abandono das políticas sociais, etc.

⁴ A abordagem sobre o sistema neoliberal estará presente de forma mais detalhada em um outro ponto desse texto, o qual destaca *As formas de gestão da força de trabalho*.

A mundialização da economia - também tratada por alguns autores como a chamada globalização - responsável pelas modificações no padrão de produção global, é fruto, em grande parte da introdução tecnológica da III Revolução Industrial, acelerada face à expansão da acumulação financeira. Para Cano (1998), esse processo encerra duas dimensões:

a globalização financeira, que resulta da desmedida expansão financeira internacional, propiciada pela difusão dos novos meios de telecomunicações e pela complacência de muitos Estados Nacionais com o livre trânsito de capitais; e a globalização produtiva, que consiste na reestruturação (econômica, técnica, administrativa, comercial e financeira) das grandes empresas transnacionais, cujo resultado mais evidente é a promoção de uma nova divisão internacional do trabalho (CANO, 1998).

Autores que trabalham a globalização e os reflexos nas políticas de emprego e renda, como Marcio Pochmann (2001b), definem a Divisão Internacional do Trabalho identificando três momentos dessa divisão. Esse tema assume importância em razão de sua interferência nas relações capital-trabalho como expressão do grau de assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial, intervindo também nas lógicas que conformam as políticas públicas de emprego, pois a inserção de um maior ou menor número de trabalhadores nessas políticas também está relacionada à forma de inserção de cada país na economia mundial.

Desse modo, a divisão internacional do trabalho tende a expressar diferentes fases da evolução histórica do capitalismo, caracterizada por relações de desigualdade na repartição do trabalho no mundo, as quais ocorrem entre nações do centro, da semiperiferia e da periferia⁵, como se examina, sumariamente embora, a seguir.

Para o referido autor, sobressaem-se duas filiações teóricas voltadas ao entendimento da integração do trabalho no espaço econômico: a primeira trata da especialização da empresa com base na estratégia de minimização de custos da produção. Nesse caso, a empresa decide onde será sua melhor localização com

⁵ Essa classificação entre países considerados de centro, semiperiferia e da periferia, segue o enfoque teórico adotado por Pochmann (2001), que divide a economia mundial a partir desses três conceitos, visando qualificar as reais possibilidades de inserção nacional nos dias de hoje, bem como seus efeitos sobre o trabalho.

base nos custos atraentes com mão-de-obra e com transportes, pois a oferta de trabalho não seria necessariamente espontânea onde fosse necessária.

A segunda filiação refere-se à localização da empresa conforme a estratégia de maximização dos lucros. A versão mais sofisticada dessa visão teórica pode ser vista nas publicações das agências multilaterais que enunciam as possibilidades de expansão nacional como diretamente associadas a maior integração no mercado mundial. Logo, como medidas necessárias para o desenvolvimento econômico temos: a desregulamentação dos mercados financeiros, de produtos e do trabalho, etc. Por outro lado, temos outra noção teórica que identifica a estratificação e a hierarquização da economia mundial como resultado da lógica intrínseca de funcionamento do sistema econômico e social.

Assim, a correlação de forças entre as distintas nações engendraria a geografia mundial da geração e absorção de riqueza e de criação e destruição de postos de trabalho, havendo possibilidades de manifestação de múltiplas formas de dominação de uma nação por outra, por meio das dimensões política, militar, econômica e cultural. A Divisão Internacional do Trabalho, seria, assim, obra constituída por diversos fatores, não conformada por ordenamento natural, mas sim uma repartição capitalista própria do trabalho (POCHMANN, 2001b).

Para o autor (2001b), a primeira divisão ficou marcada pela dicotomia entre os produtos manufaturados do centro e os produtos primários da periferia. O setor agrícola era o grande empregador nos países periféricos, enquanto o setor urbano/ indústria era o grande empregador da mão-de-obra nas economias centrais. A segunda foi sendo maturada pela constituição de um bloco de países semiperiféricos que teve o apoio de uma ordem econômica mais favorável à difusão geográfica do padrão de industrialização norte-americano. *“O surgimento desse bloco de países semiperiféricos se deu a partir da combinação do forte esforço das elites internas com a oportunidade de ter o espaço geográfico nacional transformado pela concorrência das grandes empresas transnacionais”* (POCHMANN, 2001b).

Já na terceira divisão o comando pertence à dimensão financeira, havendo dois vetores estruturais que influenciam a partir do centro do capitalismo mundial. Pochmann (2001b) caracteriza esses vetores da seguinte forma: 1º vetor – está associado ao processo de reestruturação empresarial, acompanhado da maturação

de uma nova Revolução tecnológica. Pouquíssimas empresas controlando os principais mercados como o de computadores, de automóveis, processamento de dados, petroquímico e setor de material de saúde; - 2º vetor – está relacionado à expansão dos Investimentos Diretos no Exterior (IDE), que apesar do avanço do fluxo de recursos estrangeiros em países semiperiféricos, ainda se encontra fortemente concentrado nas economias centrais.

Nessa nova fase de Divisão Internacional do Trabalho há uma expansão das antigas empresas multinacionais que se transformaram em grandes corporações transnacionais ainda mais fortes e poderosas, adotando as seguintes características: investimentos de curta duração nos países para obter mais lucros em várias regiões geográficas; produção industrial nos países periféricos com operações de montagens mais simples e rotineiras, que não exigem elevado nível de qualificação de seus empregados e baixos custos da produção e da contratação da mão-de-obra. Contudo, dados das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) constatam que cerca de 82% do total das ocupações existentes nas corporações transnacionais permanecem concentradas no centro capitalista.

Segundo o autor (2001b), para poder sobreviver às dinâmicas espaciais diferenciadas do sistema capitalista, os países situados como periféricos e semi-periféricos subordinam-se, isto é,

os países periféricos e semiperiféricos, no intuito de oferecer condições mais satisfatórias à atração das corporações transnacionais aceitam o programa de agências multilaterais como FMI e BIRD, o que termina por provocar o rebaixamento ainda maior do custo do trabalho (usando recurso público para qualificar mão-de-obra, criando contratos de trabalho especiais, ampliando jornada de trabalho, entre outras medidas) e a desregulamentação dos mercados de trabalho (POCHMANN, 2001b).

Finalmente, durante o terceiro estágio de desenvolvimento capitalista, as políticas econômicas mostram-se agora incapazes de assegurar o pleno emprego e a concorrência internacional torna-se aguda. Diante das tendências globalizantes, os mecanismos tradicionais de regulação tornam-se ineficientes e a concorrência ganha novos contornos de liberdade, fazendo com que os velhos propósitos do capitalismo voltem a reagir com mais forças ainda.

Mattoso (1995) ressalta que, ao mesmo tempo em que um novo padrão industrial se consolidava, em meio à desestruturação da ordem econômica internacional e a quebra do compromisso Keynesiano, observou-se um processo no qual o novo padrão entra em choque com as próprias bases materiais que deram sustento à relação salarial e as demais formas constitutivas do mundo do trabalho anteriores, sem que nova articulação tenha sido criada (MATTOSO, 1995).

O autor complementa, ainda, que esse processo assumiria a forma de uma crescente ampliação da insegurança do trabalho, que por sua vez sinalizaria para a sua desregulamentação, estabelecido no pós-guerra. Esse processo desdobraria-se em outras formas de insegurança que estariam permeando os campos do emprego, da renda, do mercado de trabalho, da contratação e a falta de garantias na representação do trabalho.

A mundialização do capital emerge trazendo consigo as políticas neoliberais que atuam num quadro oposto à produção e ao trabalho. Pochmann (2000) salienta que é nesse momento marcado por medidas de desregulamentação do mercado de trabalho que *“predominam políticas governamentais favoráveis a valorização financeira do capital, com medidas deflacionistas para os preços e redução do Estado”* (POCHMANN, 2000).

Foi neste contexto que, ao longo dos anos 80 e 90, ocorreu a expansão da hegemonia econômica, política e ideológica do neoliberalismo, inicialmente na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha e, posteriormente, atingindo vários países em diferentes continentes, quando passou a intensificar-se a crítica ao Estado do bem-estar social (welfare state) e em particular aos direitos sociais. Houve também um claro processo de desmonte dos direitos dos(as) trabalhadores(as), os quais, desde então, vêm sofrendo uma progressiva “flexibilização” do trabalho, um crescimento da informalização (sem registro em carteira) e uma conseqüente perda das conquistas trabalhistas.

Portanto, as novas lógicas nos processos e condições de trabalho como conseqüência das novas estruturas de acumulação capitalista têm trazido impactos em todas as esferas da vida das pessoas, principalmente nas vidas das populações residentes em países da semi e da periferia mundial. Já no final dos anos 60 e início

dos anos 70 as bases para as atuais lógicas globais começam a ser desenhadas, operando mudanças nos processos produtivos.

Segundo Dupas (1999), nesse período houve uma rápida expansão dos processos produtivos quanto as suas localizações, os quais passam a ser direcionados aos países mais periféricos, na busca de mão-de-obra de menores valores.

As corporações norte-americanas, por exemplo, no período de 1966 a 1987 aumentaram em 184% os seu empregos em países periféricos, contra apenas 3% nos centrais. A mudança regional de emprego nos países centrais deve-se também a deslocamentos entre esses próprios países. O setor têxtil inglês, por exemplo, foi bastante atingido pelo avanço da Alemanha, da Itália e dos Estados Unidos nesta área. Também foi significativo o impacto das importações de produtos provenientes do Japão sobre as taxas de desemprego na Europa e nos Estados Unidos (DUPAS, 1999).

Nesse caso, a expansão transnacional dos processos produtivos, até 1968, havia sido um fenômeno quase que exclusivamente americano, mas entre 1968 e 1973 ocorreu uma aceleração repentina do investimento estrangeiro direto de outros países, particularmente do Japão e da Europa. Diversas estruturas corporativas buscavam localidades que oferecessem oportunidades rentáveis de expansão, visando obter corte de custos por meio da contratação de força de trabalho mais barata e disciplinada (DUPAS, 1999).

Nos períodos que se seguiram, assistimos a mudanças sociais rápidas, abrangentes e profundas que afetaram todo o mundo. A desregulamentação do mundo do trabalho e a liberalização dos mercados foram colocadas como requisitos imprescindíveis para que a lógica capitalista global pudesse manter sua força e conseguisse, assim, prevalecer. Porém, os governos acabaram tendo que contrabalançar os efeitos negativos decorrentes da mundialização da economia, estruturando suas políticas e programas de proteção, dentre eles programas de geração de emprego e renda.

Há então uma radical mudança no paradigma do trabalho, fruto das novas formas de organização que são gestadas: o emprego tradicional torna-se

progressivamente mais flexível e a informalidade⁶ surge como uma alternativa para a saída do desemprego. Na América Latina, de acordo com Dupas(1999), de um total de 15,7 milhões de novos empregos, nos anos de 1990 a 1994, a grande maioria desses, ou seja, 8,4 milhões foram gerados no setor informal. Na região os índices de informalidade crescem 4,7% ao ano, enquanto os empregos no setor formal crescem 1,1%. Conforme o autor, “*para a América Latina em geral, o chamado setor informal já atinge segundo a OIT, cerca de 40% a 70% do mercado de trabalho*” (DUPAS, 1999).

Ademais, o crescente problema do desemprego permanece a nos afrontar. Fenômeno esse que vêm atingindo, no mundo todo, e em maior grau as economias menos desenvolvidas, mulheres, homens e famílias, colocando-os em condições precárias de sustentação e sobrevivência, além de marginalizá-los da inclusão social através do trabalho.

Paralelamente ao desemprego crescente, surge a árdua questão de como enfrentá-lo, que já se manifestou nas mais diferentes formas no decorrer das últimas décadas. As chamadas políticas de emprego têm sido o instrumento utilizado pelos diferentes governos na luta pela geração de postos de trabalho suficientes para satisfação da oferta de mão-de-obra disponível ou, como na maioria das vezes, apenas como meios de ajustar seus níveis às reduzidas demandas das empresas por força de trabalho (políticas de oferta).

As políticas de emprego já foram centrais no capitalismo, fazendo parte (como nos anos do pós-guerra até meados da década de 70) de um conjunto orgânico maior de iniciativas - representadas por políticas macroeconômicas, fiscais, monetárias, institucionais, de regulação de mercados, jurídicas, de proteção social – que compunham uma articulação integrada, visando o crescimento e o desenvolvimento econômico, com geração de emprego e inclusão social. Tais políticas também já assumiram um papel mais restrito a partir da crise internacional dos anos 70. Nesse período, a postura incorporada pelos governos consistia em

⁶ A caracterização do setor informal é realizada por Dupas (1999), onde o mesmo coloca que neste setor os trabalhos são heterogêneos e fragmentados. Temos a presença de trabalhadores isolados, muitas vezes *inventando* (grifo do autor) seu próprio trabalho, com grande mobilidade de atividades e horários flexíveis. “*Quanto à jornada de trabalho, o típico é a anomalia : ou trabalha-se muito pouco, ou sobrepõem-se várias jornadas, quase sempre por falta de melhor alternativa, raramente por opção*” (DUPAS, 1999).

uma atuação mais focalizada sobre o mercado de trabalho, tomando medidas de enfrentamento do desemprego distanciadas das demais políticas macroeconômicas e sociais e destituídas do apoio dos demais instrumentos de política governamental, que anteriormente visavam o crescimento e o pleno emprego da mão-de-obra.

Desse modo, a denominação “políticas de emprego” atualmente é equiparada por alguns autores a políticas de mercado de trabalho, uma vez que o problema do desemprego tem sido enfrentado, de forma predominante, por iniciativas focadas no âmbito restrito das relações que dizem respeito ao mercado de trabalho.

Por outro lado, segundo Guimarães (1998), as expressões “políticas públicas de emprego” e “políticas para a geração de emprego e renda” têm sido utilizadas no Brasil também para fazer referência direta aos programas de apoio a pequenos empreendedores, urbanos e rurais, e a microempresas em geral, tendo como base o crédito, a assistência técnica, a capacitação profissional, o incentivo à incorporação de ciência e tecnologia e a facilitação à comercialização. O referido autor expõe que *“é com esse sentido que se admite hoje a possibilidade de implantação de políticas de emprego”* (GUIMARÃES, 1998). As tendências internacionais e experiências das Políticas de Emprego no Brasil, especialmente as políticas que envolvem a adoção do microcrédito e como ele se destina às mulheres, serão tratadas nos tópicos que se seguem.

1.2 As experiências internacionais de políticas públicas de geração de emprego e renda

A construção e desenvolvimento das políticas de emprego e renda nos países desenvolvidos remontam ao surgimento da primeira Revolução Industrial e tecnológica, ainda no século XVIII. Segundo Pochmann (2000), as propostas de proteção àqueles sem-emprego, que envolviam transferências indiretas de renda e a criação de oportunidades de ocupação, vigoraram até 1890, com recursos provenientes dos fundos sindicais.

É assim que, na última década do século XIX, sob os efeitos da depressão econômica de 1929, os programas de partidos sociais-democratas europeus passaram a incorporar medidas de ação pública direcionadas para o apoio ao desempregado. Pochmann (1998a) coloca-nos um exemplo: “(...) em Berna, em 1883, e Colônia, em 1896, foram implementados os primeiros fundos públicos voluntários de assistência aos desempregados, posteriormente difundidos para outras cidades européias” (POCHMANN, 1998a).

A primeira experiência nacional de implantação de programas voluntários de subsídios aos desempregados ocorreu em 1905, na França. Em seguida, países como a Noruega (1906), Dinamarca (1907), Holanda (1916), Finlândia (1917), Bélgica (1920), Suíça (1924) e Suécia (1934) também adotaram programas voluntários de subsídio ao desemprego. A Inglaterra, por sua vez, foi a primeira nação a introduzir, em 1911, um programa compulsório de proteção ao desempregado, com financiamento por meio de recursos tripartites. Foi desencadeado a partir daí uma transformação dos fundos voluntários em fundos compulsórios, apesar do predomínio de um Estado Liberal. Como nos diz Pochmann (1998a),

as novas formas de ação do serviço público passaram a contra-arrestar, de certa maneira, as flutuações gerais do mercado de trabalho. Conviviam, entretanto, os mecanismos não institucionalizados de proteção sindical, como as antigas bolsas de trabalho e os fundos mútuos de solidariedade, como forma de intermediação privada de mão-de-obra. A ação do poder público no mercado de trabalho era ainda muito tímida (POCHMANN, 1998a).

As concretas ações contra o desemprego só se constituíram com a crise de 1929, a qual deixou grande parte da população desprovida de emprego. A renúncia dos pressupostos liberais de não-intervenção nos mercados permitiu a constituição de uma nova fase de adoção de políticas econômicas e sociais, comprometidas com o crescimento econômico e com o pleno emprego.

Para o autor (2000), foi no segundo pós-guerra que as medidas de intervenção no mercado de trabalho assumiram elevada centralidade nas políticas governamentais dos países desenvolvidos. As ações de estímulo à demanda e de contração da oferta de mão-de-obra se mostraram satisfatórias à permanência de

baixas taxas de emprego, consagrando a influência direta do Estado na modificação e regulação do diferencial de poder existente entre compradores e vendedores de força de trabalho (POCHMANN, 2000).

Entretanto, com o esgotamento do padrão de crescimento do pós-guerra nos anos 70 e com a difusão de políticas neoliberais e deflacionárias houve muitas alterações no funcionamento do mercado de trabalho. Ao longo dos anos 50 a 70 foi verificado nos países capitalistas um aumento das taxas de emprego, porém com a maturação das políticas neoliberais o mundo passa a vivenciar um cenário de crescimento do desemprego e o aparecimento de formas cada vez mais precárias de ocupação. Na análise de Santos (2006), o período denominado por ele de *capitalismo desorganizado* é marcado pelas seguintes características:

(...)os mecanismos corporativos de regulação dos conflitos entre capital e trabalho, estabelecidos a nível nacional no período anterior, enfraquecem e a relação salarial torna-se mais precária, assumindo formas que, na aparência pelo menos, representam um certo regresso ao período do capitalismo liberal; a flexibilização e automatização dos processos produtivos, combinadas com o embaratecimento dos transportes, permitem a industrialização dependente do terceiro mundo e destroem a configuração espacial do aparelho produtivo nos países centrais com a descaracterização das regiões, a emergência de novos dinamismos locais, a ruralização da indústria, a desindustrialização, a subcontratação internacional etc., (...) (SANTOS, 2006).

Diante desse quadro de escassas e incertas condições de geração de emprego regular, as múltiplas formas de ocupações precárias foram utilizadas pelos liberais como um novo parâmetro de emprego possível. Ou seja, isso significava o incentivo à flexibilização de regras de contratação e demissão da mão-de-obra (contratos atípicos, temporários e independentes), a restrição nos programas de indenizações de desemprego e pré-aposentadoria, a focalização do gasto público no mercado de trabalho, entre outros.

Por conseguinte, a composição dos gastos com políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho sofreu modificações nos anos 80 e 90. Países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, como a Alemanha, Dinamarca, Espanha e Suécia, ampliaram seus gastos com políticas de

mercados de trabalho, contudo em outros países esses gastos foram reduzidos. Conforme Pochmann (2000),

entre as décadas de 80 e 90, o gasto com políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho ampliou-se para muitos países, chegando a ultrapassar, por exemplo, 6% do PIB na Finlândia. Para outros países, contudo, o gasto com as políticas públicas para o mercado de trabalho foi rebaixado como porcentagem do PIB, como no caso da Inglaterra (POCHMANN, 2000).

Os serviços públicos de emprego sofreram alterações organizacionais e funcionais. Cresceu o papel das políticas compensatórias em detrimento das políticas ativas de geração de novos postos no mercado de trabalho, como podemos observar o seu caráter no Quadro I, exposto a seguir. Isso possibilitou, ainda, a expansão de novos serviços no setor privado, principalmente nas áreas de qualificação e treinamento. Em suma, as experiências dos países do centro capitalista se concentraram nesses dois tipos de políticas de emprego: ativas e compensatórias.

Quadro I

Características das políticas de emprego

Políticas de emprego	Conteúdo
Ativas	Representam um conjunto de medidas direcionadas à elevação da quantidade de postos de trabalho, principalmente as medidas que atuam sobre os fatores determinantes da demanda da mão-de-obra, como a expansão das atividades econômicas que usam mais intensivamente o trabalho. Medidas: redução da carga fiscal, elevação do crédito, aumento do gasto público, direcionamento do orçamento público para maior ocupação, subvenção no custo do trabalho e da produção, ampliação de programas sociais, complementação de renda, melhor distribuição da renda, redução da jornada de trabalho, redistribuição da propriedade fundiária, abertura de cooperativas de trabalho, estímulo à exportação e contenção das importações, aumento do emprego público (gastos sociais), frentes de trabalho urbano e rural, pré-aposentadorias e ações para segmentos específicos

	do mercado de trabalho (deficientes, jovens, mulheres), entre outras.
Compensatórias	São as ações que objetivam impedir a redução do nível de emprego e favorecer o tratamento social dos que não possuem um emprego. Medidas: preparação da mão-de-obra para os requisitos profissionais, a intermediação da mão-de-obra, a garantia de renda básica de sobrevivência, a ampliação da idade mínima para o jovem ingressar no mercado de trabalho, a diminuição dos limites de aposentadoria, os adicionais para o ato de rompimento do contrato de trabalho, a restrição à mobilidade ocupacional regional, entre outras.

FONTE: Pochmann, 2000.

Enfim, apesar da preocupação geral com problema do desemprego nos países com economias avançadas, não obstante pode-se destacar a inexistência de homogeneidade nas ações nacionais. O Brasil, é um país que ainda permanece em situação desfavorável com relação a uma expansão e no desenvolvimento de políticas ativas de emprego e renda, como veremos a seguir no próximo ponto.

1.3 Políticas públicas de geração de emprego e renda: traçando os percursos percorridos no Brasil

É consenso na literatura que trata sobre as Políticas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil que este é um país o qual ainda carece bastante de programas e políticas eficientes e eficazes no enfrentamento do desemprego e de todas as dificuldades decorrentes dele. É o caso, por exemplo, da ausência de um serviço público nacional de atenção ao emprego. O país já possui algumas iniciativas em nível nacional, estadual e municipal que tentam responder aos problemas surgidos no mundo do trabalho, porém a incipiente capacidade de articulação e integração dos desempregados nos mercados de trabalho são fatores que limitam sua atuação.

De acordo com Pochmann (2001b), a questão da falta de políticas públicas eficazes voltadas para a geração de emprego e renda dá-se, sobretudo, em razão

da pouca atenção historicamente dispensada ao problema do emprego no país, quando comparado a outras políticas como a educação e a saúde.

Consoante o autor (2001b), ao contrário de outras experiências de políticas públicas, as quais registram presença de sistemas de atenção nacional à saúde e à educação, o desemprego no Brasil segue tratado como um problema menor, na maioria das vezes, identificado pelas autoridades governamentais como de ordem individual, mais privado do que público. O problema do desemprego, passa a ser uma dificuldade que recai apenas para o indivíduo, que não tem capacidade para se estabelecer no mercado, não estando mais relacionado à questão da escassez de políticas eficazes de emprego e renda. Para o autor, é necessário lembrar que o desemprego constitui uma das mais difíceis situações sociais e que a inexistência de atendimento social adequado ao desempregado reflete não apenas o estágio de atraso, conservadorismo e individualismo de uma sociedade, mas também o fato de o desempregado conduzir-se mais facilmente ao desespero social, à violência, às drogas, enfim, ao quadro de desamparo e de regressão numa sociedade que já tem muito desgastado o tecido social (POCHMANN, 2001b).

Destarte, as políticas públicas de emprego e renda no país tem buscado, na maioria das vezes, amenizar os impactos negativos que a exclusão da condição de emprego traz ou mesmo implantar programas de redução da oferta de mão-de-obra, ao invés de contribuir para a criação de novos postos de trabalho -- o que seria representado por políticas de crescimento econômico sustentado.

A experiência do Brasil na área de políticas de emprego é relativamente recente, ressaltando a questão, citada anteriormente, de que ainda não temos um Sistema Público de Emprego, o qual vem se estruturando de modo gradual a partir do Sistema Nacional de Emprego (SINE)⁷. O SINE tem sido nos últimos vinte anos uma das principais políticas públicas de emprego do governo brasileiro. Assim, apesar do longo caminho trilhado pelas economias desenvolvidas desde o final da II

⁷ O SINE foi instituído através do decreto do governo brasileiro (Decreto 76.403 de 8 de outubro de 1975) para, em síntese: atuar com vistas à intermediação de mão-de-obra; criar um sistema de pesquisa e informações sobre o mercado de trabalho visando municiar tanto os executores de políticas de emprego, como os órgãos treinadores e capacitadores de mão-de-obra, e ainda para ser fonte de orientação sobre o mercado de trabalho em geral e da mão-de-obra em particular e para fomentar projetos de emprego e renda.

Guerra Mundial na estruturação de seus sistemas públicos de emprego, a experiência brasileira nesse campo ocorreu de forma tardia.

Embora o desenvolvimento desse sistema público venha se delineando de forma lenta, as linhas de atuação das políticas públicas de emprego e renda parecem claras: a regulação de oferta e demanda de trabalho, o pagamento do seguro-desemprego, os programas de qualificação profissional e os programas de geração de emprego e renda.

Pode-se dizer que as primeiras políticas de proteção ao trabalhador só começaram a ser implantadas no Brasil na década de 1960. O aparato institucional de regulação das relações e condições de trabalho começou a ser desenhado no Brasil durante a Primeira República, estabelecendo-se no Estado Novo por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. Entretanto, políticas públicas como as que serão apresentadas a seguir, só entraram na agenda governamental a partir dos anos 1960. Nessa época, o crescimento populacional, a migração rural e o crescimento dos grandes centros urbanos provocaram uma expansão significativa da mão-de-obra disponível nas cidades. As altas taxas de crescimento econômico do período possibilitaram a incorporação de parcelas expressivas da População Economicamente Ativa (PEA) ao mercado formal de trabalho, sobretudo no setor industrial e nos aparelhos de Estado.

Em um período em que a economia mundial vivia um surto de crescimento econômico sem precedentes, acreditava-se no Brasil que a melhoria das condições de vida da população seria consequência direta do crescimento econômico. O desemprego existente era entendido como uma imperfeição decorrente do baixo nível de desenvolvimento econômico que marcava o país. O predomínio dessa concepção parece explicar a quase ausência no Brasil de programas públicos de emprego e renda ainda no decorrer dos anos 1960 e 1970.

Contudo já na década de 40, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), instituições que contam com recursos públicos provenientes da contribuição dos empregadores sobre a folha de salários. Durante os anos 60 e o

início da década de 70, foi definido e regulamentado o ensino profissionalizante. O Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO) foi instituído em 1963.

Os serviços de intermediação de mão-de-obra passam a ser realizados pelo SINE que foi instituído através de decreto do governo brasileiro (Decreto 76.403 de 8 de outubro de 1975). Este sistema, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, deveria abranger os serviços e agências públicas de emprego, federais e regionais, bem como os serviços privados de emprego.

Dentro da estrutura institucional do período desenvolvimentista, foram instituídos, no início da década de 70, o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Tinham como objetivos formar um patrimônio individual do trabalhador, estimular a poupança e corrigir distorções na distribuição de renda. A principal justificativa utilizada para a instituição destes programas amparava-se na necessidade de assegurar o cumprimento do dispositivo da Constituição, vigente à época, que tratava da integração do trabalhador na vida e no desenvolvimento da empresa, incluindo a sua participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão das empresas.

Os objetivos do PIS-PASEP, no que diz respeito ao trabalhador, não chegaram a ser cumpridos. Azeredo e Ramos (1995) mostram através de um balanço realizado em 1987 que o patrimônio individual acumulado, após 15 anos de existência do fundo, não representava quase nada para o assalariado, independente de seu nível de renda. O único benefício significativo oferecido era uma pequena complementação de renda aos trabalhadores com salários até cinco mínimos, por meio do pagamento do abono salarial, no valor de um salário-mínimo anual. Por outro lado, o PIS-PASEP cumpriu o seu papel de fundo de desenvolvimento, ao constituir-se em uma fonte importante de recursos para o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O instrumento clássico do seguro-desemprego, que representou um dos eixos básicos dos sistemas de proteção social consolidados nos países desenvolvidos no pós-Segunda Guerra, só foi instituído no Brasil na segunda metade da década de 80 e organizado na forma abrangente como o conhecemos hoje. Quanto à forma de financiamento, a lei do seguro-desemprego inovou ao criar o Fundo de Amparo ao

Trabalhador (FAT), integrado, principalmente, pela arrecadação do PIS-PASEP. De acordo com Azeredo e Ramos (1995), com base na Constituição, 30% dos recursos são repassados ao BNDES, que pode aplicar, também, os recursos que não são utilizados de imediato no custeio do seguro-desemprego e do abono salarial. Com o FAT, o seguro passa a ser financiado com receitas provenientes, principalmente, do faturamento das empresas, e por um instrumento compensatório face aos movimentos cíclicos da economia.

Com relação aos programas de geração de emprego e renda, embora já estivessem presentes a algum tempo no cenário brasileiro, sob a forma de iniciativas isoladas, somente a partir do ano de 1994 ganham um formato de política nacional com o incentivo de recursos significativos para essa área. É preciso destacar que as políticas de emprego no Brasil são aplicadas muitas vezes sem levar em consideração as especificidades nacionais, regionais, setoriais e locais. Ademais, sofrem também a intervenção dos organismos multilaterais, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização Internacional do Trabalho - OIT, entre outros, os quais tecem observações, dando os direcionamentos sobre as políticas governamentais nos países da semi e da periferia do capitalismo.

Assim, é dentro de um quadro assinalado por profundas inquietações com as conseqüências da crise brasileira dos anos 80 e as políticas de ajuste macroeconômico e reestruturação produtiva no plano social, que começam a surgir no Brasil os programas de geração de emprego e renda, como citado anteriormente, por iniciativa de organismos internacionais – multilaterais, governamentais ou privados.

Nos países periféricos, onde o fenômeno do desemprego e da precarização das relações e do mercado de trabalho assume grande relevância, com inserções ocupacionais muito heterogêneas, ganham destaque os programas de popularização de crédito público. A dificuldade de acesso ao crédito para a maior parte da população tem sido contrabalançada pela presença de linhas de crédito apropriadas às pessoas de baixa renda, preferencialmente mulheres.

A análise desses programas, que utilizam o microcrédito como instrumento da política social, pressupõe que se destaque as possibilidades que eles oferecem

diante do cenário do desemprego, bem como suas especificidades, pois é com base nesses argumentos que eles são justificados. Segundo Azeredo (1998), o objetivo das políticas de microcrédito é,

face às dimensões e à natureza substantiva do desemprego contemporâneo, oferecer alternativas de geração de emprego e renda, de inserção no processo produtivo, portanto, sem o recurso a práticas assistencialistas ou paternalistas. O estímulo à capacidade empreendedora e à busca da auto-sustentação são assim traços comuns a eles (AZEREDO, 1998).

Tentaremos, nos pontos que se seguem, explicitar algumas experiências e trajetórias delineadas com a implementação de políticas públicas de emprego e renda, principalmente aquelas que têm na concessão de crédito o seu instrumento principal de ação no nosso país.

1.3.1 Programas de geração de emprego e renda: breve relato das experiências brasileiras

As políticas públicas de geração de emprego e renda no Brasil⁸ ao longo desses últimos dez anos (1994-2004) têm apresentado avanços na sua estruturação, desenvolvimento, implementação e consolidação. Infelizmente, esse saldo positivo, que temos presenciado na formulação dessas políticas no país, também foi acompanhado por uma série de deficiências e falhas em torno das ações voltadas para a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho. Sabe-se que muito já foi feito no sentido de colocar as práticas da política pública de emprego no Brasil nos patamares das mais modernas e eficientes do cenário internacional, mas isso ainda não é o bastante e o processo carece de evoluções significativas. Segundo Chahad (2002) *“ainda há um longo caminho a percorrer, tanto para melhorar o desempenho de cada política isoladamente, quanto para implantar o sistema público de emprego definitivamente”*.

As políticas de emprego e renda se mostram necessárias, porém não suficientes para, de maneira isolada, responderem por uma melhora na performance do emprego nacional. Faz-se necessário, desse modo, apresentar a seguir algumas das políticas públicas de geração de emprego e renda encontradas no Brasil, principalmente as que têm como instrumento o crédito, de forma a subsidiar nossa temática de investigação.

⁸ Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego as políticas voltadas para o mercado de trabalho podem ser classificadas em políticas ativas e políticas passivas. As políticas ativas compreendem um amplo conjunto de medidas objetivando melhorar o acesso dos desempregados ao mercado de trabalho, ações voltadas à qualificação do trabalhador e outras destinadas ao funcionamento do mercado de trabalho. Os gastos nessas políticas são, regra geral, classificados em cinco categorias: serviço público de emprego, treinamento, políticas para jovens, subsídios ao emprego e ações para incapacitados. As políticas passivas compreendem os gastos com o programa de seguro-desemprego e com os benefícios destinados a planos de aposentadoria voluntária.

O Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER)⁹, que foi instituído pelo Ministério do Trabalho e por meio da resolução 59 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) no início de 1994, tem por finalidade promover ações que gerem emprego e renda através da concessão de linhas especiais de crédito a setores e indivíduos que usualmente têm pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro tais como pequenas e microempresas, cooperativas, formas associativas de produção e iniciativas de produção próprias da economia informal.

De acordo com Chahad (2002), o Proger apresenta as seguintes características: as linhas de crédito estão associadas a dispêndios em capacitação, assistência técnica e formas de acompanhamento dos beneficiários. Conta com a participação da sociedade civil, representada pelas comissões estaduais e municipais de emprego, na busca de parcerias, definição de programas, indicação de prioridades locais e acompanhamento das ações realizadas.

Outro exemplo é o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) que é o instrumento utilizado pelo BNDES para operar o microcrédito, via repasses para Organizações Não-Governamentais (ONGs). Instituído em 1996, o Programa visa promover o desenvolvimento institucional e a operacionalização do conceito de microcrédito e de microfinanças¹⁰, em geral, buscando a formação de uma rede de instituições capaz de propiciar créditos aos microempreendedores, formais ou informais, e às microempresas.

Realizando os serviços de intermediação de mão-de-obra apresentamos outra importante política pública: o Sistema Nacional de Emprego (SINE), que foi criado no ano de 1975 e vem até hoje com a finalidade de inserção do trabalhador no mercado

⁹ O PROGER é um programa que apresenta duas vertentes: uma urbana e outra rural. Importante observar que além do Proger outros programas de fomento ao emprego e à renda, implementados no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, seguem a mesma filosofia deste, entre eles: Pronaf, Proemprego, Protrabalho e Finep.

¹⁰ Segundo Neto (2004), o conceito de microfinanças e de microcrédito está muito próximo, sendo por vezes utilizado como sinônimos. Para o autor apenas algumas diferenciações são importantes destacar: o microcrédito é o crédito destinado ao financiamento de pequenos negócios produtivos, podendo, dessa forma, ser também denominado de crédito produtivo popular; já as microfinanças são também chamadas de microfinanciamento ou microbanco, compreendem não só o crédito destinado aos pequenos negócios produtivos, mas também outras atividades financeiras de pequeno valor, tais como seguros, poupança popular, desconto de cheques, crédito direto ao consumidor etc.

de trabalho. O SINE encontra-se atualmente na maior parte dos estados brasileiros. Para Chahad (2002) esse Sistema sempre sofreu de inúmeros problemas, como o hiato entre o perfil da demanda e qualidade da mão-de-obra ofertada, a captação inadequada de vagas, a descrença devido às dificuldades de recolocação, a ausência de equipes bem preparadas e permanentes, o modelo institucional baseado em convênios burocráticos, a ingerência político-partidária, entre outros.

Apesar dessas limitações, o SINE tem apresentado melhoras em seu desempenho, como mostram as estatísticas. Em 1995, a relação colocados/vagas passou de 39,2% para 52,1% em 2001, o que não deixa de ser significativo. Também cresceu a relação entre colocados e inscritos, passando, nesse período, de 13,3% para 18,3%, embora se trate de uma cifra ainda muito baixa tendo em vista a eficácia requerida. Permanece baixo, contudo, o conjunto dos segurados que passam pelas agências do SINE, não ultrapassando a cifra de 30% (CHAHAD, 2002).

Mesmo tendo melhorado muito a sua estrutura, o SINE ainda carece de reformulações no sentido de definir critérios de repasse de recursos aos agentes do sistema, da forma de ampliação e controle de instituições do setor privado e que são parceiras do sistema e, principalmente, da avaliação permanente de resultados.

Apesar dos programas existentes, grande parte da população encontra-se excluída das políticas públicas. Para que houvesse uma maior inserção da população economicamente ativa e para que essas políticas fossem mais eficazes seria preciso que elas fossem melhor analisadas e difundidas. Para Lima e Araújo (2001), é necessário que os programas públicos de emprego incorporem: uma definição mais clara dos objetivos de cada programa, distinguindo-se objetos diferenciados e incorporando ações específicas de redução da exclusão social; e reformulação de procedimentos a serem adotados pelos agentes financeiros, de modo a incorporar de forma sistemática, os segmentos com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro.

Como aparato às políticas de emprego e renda, a questão da qualificação profissional vem sendo bastante demandada pelo mercado de trabalho. No Brasil, o treinamento da mão-de-obra teve início com os programas do Sistema S, do qual o

SENAI e o SENAC constituem os pilares básicos. No entanto, só a partir de 1995 é que a qualificação profissional no país ganhou dimensão de política pública de emprego e renda, através do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O Planfor representa uma estratégia de qualificação desenvolvida de forma descentralizada e em parceria com diversas instituições, entre elas as secretarias estaduais de trabalho, através de planos estaduais de qualificação, assim como importantes segmentos da sociedade civil, como ONGs, centrais sindicais, fundações privadas, universidades e organismos internacionais. Conforme Chahad (2002) a meta inicial do Planfor era treinar 15% da força de trabalho a cada ano; o autor complementa que esse plano fundamentou-se na integração entre habilidades básicas, habilidades específicas e habilidades de gestão.

Em suma, podemos informar que a contribuição do Planfor se verifica no sentido de que esse plano se configura como um programa social do governo para garantir a qualificação profissional principalmente daqueles segmentos marginalizados da sociedade, como mulheres, jovens, trabalhadores do setor informal em geral, populações rurais e não-brancas no país, destacando a questão de que o número de mulheres que se inserem no mercado de trabalho atualmente é muito significativo e praticamente dobrou nos últimos 30 anos:

a participação da mulher no mercado de trabalho subiu de 21% em 1970 para 40% da PEA em 1995/96, como reflexo da urbanização e queda nas taxas de fecundidade, que tanto favorece como de certa forma exige o trabalho da mulher, inclusive para complementação de renda familiar (PLANFOR, 1998).

Apesar de todo o esforço em distribuir recursos através das políticas públicas e do investimento na qualificação profissional ainda existem muitos impasses e limitações que envolvem aspectos como: fragilidade da rede de controle social, ausência de integração de políticas e programas, inércia burocrática, resistência a mudanças por parte dos próprios atores institucionais, uma inadequada distribuição de recursos entre programas e entre regiões e, ademais, um resultado pouco expressivo quanto aos empregos gerados (LIMA E ARAÚJO, 2001).

Diante do baixo dinamismo das atividades modernas, ganhou maior destaque a reprodução informal de renda e ocupação, muito desta representada através das micro e pequenas empresas.

Conforme enfatiza Pochmann (2001a):

Em 1999, o país já contava com quase 60% do total da ocupação associada às micros e pequenas empresas. Do universo de quase 43 milhões de ocupados, 26% eram empregos assalariados com contrato formal e 33% eram empregados assalariados sem contrato, enquanto 44% eram autônomos (POCHMANN, 2001a:430).

O crescimento de ocupações sem registro formal e não-assalariadas, em pequenas empresas, deu maior amplitude aos segmentos econômicos pouco organizados e à precarização do mercado de trabalho, simbolizando um quadro recente de piora no padrão de uso e remuneração da força de trabalho.

Para modernização da pequena empresa e para garantir condições de produção mais competitivas o crédito torna-se fundamental. São cinco os agentes financeiros responsáveis pelo oferecimento de crédito: Banco do Nordeste - BNB, Banco do Brasil - BB, Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, Caixa Econômica Federal - CEF e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Cabe destacar que a experiência brasileira de oferecimento de linhas de crédito popular encontra-se fortemente concentrada em algumas regiões, sobretudo no Nordeste, responsável pela absorção de 66% do total dos recursos (POCHMANN, 2000).

Ainda que as políticas de emprego e renda, no sentido estrito, tenham se tornado nos últimos anos mais pró-ativas, contribuindo de forma direta para a geração de empregos, elas não são suficientes para criar postos de trabalho a quantidade que o país necessita. Segundo Lopes (2002), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 constatou que havia quase 8 milhões de pessoas em busca de ocupação no país e que, dentre as ocupadas, 18 milhões não estavam registradas. Reduzir esses números torna-se um dos principais desafios.

2. O MICROCRÉDITO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE EMPREGO E RENDA

2.1 Historiando sobre o microcrédito

Coloca-se nesse momento um outro exemplo dessas políticas de geração de emprego e renda, a qual se apresenta como um dos temas centrais da investigação: **o microcrédito**, que se configura como alternativa de organização econômica e social e é apontado como uma das saídas para o desemprego.

A experiência internacional do microcrédito tem como base dar financiamento para alguém que já dispõe de alguma base. A linha de trabalho dos seus agentes financiadores leva em conta a manutenção da infra-estrutura das empresas, dinheiro e recuperação dos custos e, se possível, com um pouco mais, daí a cobrança dos juros. Esta é a filosofia dessa modalidade de investimento praticado em alguns países da América Latina como Bolívia, Colômbia e México, por exemplo.

O microcrédito, instrumento das políticas públicas de geração de emprego e renda, pode ser definido como sendo “(...) *o financiamento e a assessoria prestados aos empresários da economia informal, donos de microempreendimentos¹¹ dos níveis de subsistência, acumulação simples e ampliada, os quais não dispõem das garantias tradicionais exigidas pelo setor financeiro*” (MANUAL BÁSICO – CREDIAMIGO APUD PAULO, 1999: 20).

Consoante Azeredo (1998), o microcrédito possui especificidades próprias em relação aos programas dessa natureza, tais como: nesse tipo de

¹¹ Segundo o IBGE (2003) são características dos microempreendimentos /micronegócios: baixa intensidade de capital; altas taxas de natalidade e de mortalidade dos negócios; forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão-de-obra ocupada nos negócios; poder decisório centralizado; estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente, em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica; registros contábeis pouco adequados; contratação direta de mão-de-obra; utilização de mão-de-obra não qualificada ou semiquificada; baixo investimento em inovação tecnológica; maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; e relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte (IBGE, 2003).

política se exige, ou pelo menos se provoca a organização das clientelas beneficiadas, seja para estruturar o processo produtivo, seja para realizar o pagamento dos débitos contraídos. E, simultaneamente, coloca-se para as agências (públicas ou privadas) prestadoras dos serviços a necessidade de promover sua própria especialização e capacitação, adotando estruturas altamente profissionalizadas; *“devem elas, além disso, buscar a auto-suficiência em termos financeiros, através da criação de fundos rotativos não subsidiados”* (AZEREDO,1998).

Segundo Paulo (1999), existem requisitos básicos a serem observados na concessão de microcrédito: as agências de fomento (órgãos gerenciadores e controladores das aquisições de crédito); a constituição dos grupos solidários para a solicitação do financiamento; a confiança entre os membros do grupo, pois caso não exista, serão difíceis a constituição e permanência do mesmo; e a troca de experiência entre o grupo. Os microempreendedores atendidos nessa nova tendência de financiamento são geralmente caracterizados por uma disponibilidade mínima de capital fixo, utilizam poucos trabalhadores, geralmente familiares ou assalariados não registrados e participam diretamente da produção sem se caracterizarem como assalariados. Muitas vezes dispõem de instalações de aparência pouco sólida, semipermanente, temporária e móvel, como é o caso dos ambulantes.

A primeira experiência de concessão de microcrédito no mundo é a do Grameem Bank, fundado no dia 2 de outubro de 1983 pelo economista e professor Muhammad Yunus, que hoje financia cerca de 6,7 milhões de pessoas pobres das zonas rurais de Bangladesh,num total de mais de US\$ 800 milhões a cada ano, sendo que 95% dos tomadores de empréstimos são mulheres (Jornal da USP, 2006). Essa experiência já foi adaptada e replicada em cerca de cem países, dentre eles o Brasil. O Grameem baseia-se no princípio de que o acesso ao crédito é um direito humano. Os tomadores de empréstimos são, em sua maioria, mulheres pobres e analfabetas. O microcrédito financia a produção e não o consumo. Oferece também linhas especiais de crédito para habitação e educação superior (Lobo e Naigeborin, 2004).

Experiências de países como a Índia, Sri Lanka e Bangladesh assemelham-se, em parte, aos programas de desenvolvimento do Banco de Trabalhadores para fomento de recursos apropriados às necessidades de crédito abaixo do custo para famílias de baixa renda, que se procurou difundir, sem sucesso, na América Latina nos anos 70.

Mais recentemente, a difusão de fundos de solidariedade em países da América Latina parece atender aos objetivos de focalização, descentralização e racionalização dos recursos sociais para segmentos específicos da população carente, conforme recomendação do Banco Mundial (POCHMANN, 1998b).

Nos anos de 1988 a 1993 foram criados em 12 países da América Latina programas de fundos de solidariedade, com o objetivo de direcionar o acesso ao crédito popular para determinadas partes do setor informal. Nesse período foram constituídas redes de instituições voltadas para a implementação de programas de geração de emprego e renda, baseados no crédito, contando cada uma com núcleo próprio, mesmo que possa haver uma superposição entre elas. Segundo Azeredo (1998), as mais antigas (instituições) foram estruturadas “*em torno do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e de algumas agências alemãs, como o SACTES (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social), a GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica) e a Fundação Friedrich Naumann*” (AZEREDO, 1998).

Muhammad Yunus (2000), ao criar o Banco Grameen queria provar que o microcrédito poderia se constituir numa estratégia eficaz para combater a pobreza, sem grande risco para o financiador e com grandes benefícios para os pobres. Segundo ele, uma das grandes conquistas do Grameen foi:

(...) sustentar a bandeira de que o crédito é um direito fundamental, porque ele permite que uma pessoa mude sua própria vida. O crédito precisa ser estabelecido como um direito humano. Além disso, a questão da pobreza costumava ter como resposta a caridade, e o Grameen não entrou nesse caminho – em vez disso usou um enfoque empresarial. Olhar de modo empresarial é muito mais eficiente e efetivo porque as pessoas se tornam donas de seu destino, de suas próprias vidas (LOBO E NAIGEBORIN, 2004).

A plena constituição de uma política de microcrédito no Brasil não se dá no início da década de 80, como em muitos países da América Latina. Presenciávamos nesse período no País uma época notadamente marcada por altas inflações e instabilidade econômica, os quais dificultavam a implantação desses tipos de programas. Mesmo diante desse contexto, as iniciativas de crédito popular começavam a se difundir em grande número pelo Brasil, ajustando-se às condições específicas das zonas urbanas, zonas rurais e aos diversos segmentos da população.

No Brasil, onde o microcrédito funciona através de instituições públicas como bancos estatais ou de ONGs e com apoio de instituições internacionais, são registradas experiências expressivas em Brasília, no Rio Grande do Sul e Bahia, no final dos anos 80. No entanto, a primeira experiência de microcrédito para o setor informal urbano se deu em 1973, no Brasil e, mais especificamente, em Recife e Salvador.

Segundo Dantas (2005), por iniciativa e com assistência técnica da Accion International, uma organização privada sem fins lucrativos criada em 1961, na época conhecida como AITEC, e com a participação de entidades empresariais e bancos de Pernambuco e da Bahia, foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, que ficou conhecida como Programa UNO. A UNO era uma associação civil, sem fins lucrativos, que nasceu especializada em crédito e capacitação. Trabalhava com crédito individual e com a garantia de um "aval moral". O Fundo de Crédito inicial foi montado com recursos doados pelo PACT, uma associação de ONGs estadunidenses. Esses recursos foram depositados no Banco Nacional do Norte, no caso do Recife, e no Banco Econômico, em Salvador. Contra esse depósito, que funcionou como garantia, os bancos abriram linhas de crédito para a UNO.

De acordo com Dantas (2005), acerca da associação UNO temos que,

Inicialmente a Uno foi concebida como projeto piloto que tinha como meta, como objetivo, provar que se poderia emprestar dinheiro para o trabalhador por conta própria, o autônomo, o informal, e que ele devolveria esse dinheiro, que era um bom pagador, e que o acesso ao crédito produziria um impacto positivo no pequeno negócio. Hoje isso é absolutamente aceito,

mas há vinte e cinco anos era impensável que uma instituição, que um banco, se envolvesse, quisesse emprestar dinheiro a uma pessoa que não tinha nenhuma garantia real para oferecer, que não tinha nenhum registro (DANTAS, 2005).

A UNO já nasceu profissionalizada. Um grupo de profissionais das áreas de Ciências Sociais, Economia e Administração de Empresas, criaram uma base técnica para análise das “propostas de crédito” para o setor informal, produziram cartilhas para capacitar nos temas básicos gerenciais, acompanhavam o crédito (assessoria), produziram pesquisas sobre o perfil do microempresário informal e sobre o impacto do crédito, promoveu o trabalho associativo criando cooperativas, associações de artesãos e grupos de compra e proporcionou assistência técnica a vários ramos da pequena produção.

A UNO financiou milhares de pequenos empreendimentos em Pernambuco e na Bahia. Formou dezenas de profissionais especialistas em crédito para o setor informal e durante muitos anos foi a principal referência para a expansão dos programas na América Latina. A experiência da UNO foi sendo transmitida a outros países da América Latina por representantes da Accion, o que originou outros programas de crédito individual para pequenos empreendedores informais urbanos.

Como exemplo desses programas implementados na América Latina temos: ADMIC - Asesoría Dinámica a Microempresas em Monterey, México, ADEMI - Asociación para el Desarrollo de Microempresas INC em Santo Domingo, República Dominicana, FED - Fundación Ecuatoriana de Desarrollo y Fundación Eugenio Espejo, no Ecuador, Fundación Carvajal y Fundación Compartir, na Colômbia.

Com relação ao desenvolvimento da concessão de crédito a grupos solidários, Dantas (2005) coloca que,

Em princípios de 1979 a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) do Governo Americano , contratou a Accion/AITEC, com programas de microcréditos na América Latina, a Partnership for Productivity (PFP), com programas de microcréditos na África e Development Group for Alternative Polices (The Developement GAP) com trabalhos na Ásia, para executarem o Programa para Inversão no Setor de Pequeno Capital (PISCES). O Programa PISCES em sua primeira fase consistiu em

identificar metodologias creditícias com populações urbanas muito pobres e que tivessem uma atividade econômica por conta própria.

A equipe PISCES pesquisou 16 países nos três continentes e identificou duas organizações: a PRIDECO em el Salvador e Foro das Mulheres Trabalhadoras em Madrás, Índia, que concediam crédito com aval solidário. No início dos anos 80 a Accion reaplicou essa metodologia em Santo Domingo em parceria com a Fundación de Desarrollo Dominicano (FED). O público dessa experiência dominicana foram os tricicleiros, homens que alugavam um triciclo, compravam frutas e verduras com dinheiro tomado emprestado a agiotas a juros de 10% ao dia e vendiam nas ruas da cidade.

No Brasil, a primeira experiência se deu em Porto Alegre em 1986, com um projeto piloto, a partir da experiência Colombiana . Em 1987, foi criado o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), institucionalizando o projeto piloto e viabilizando o surgimento da Rede CEAPE com a criação da Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), hoje CEAPE Nacional, em 1990. A rede hoje atua com doze centros em vários estados brasileiros. Os CEAPE's estão articulados na Rede CEAPE de forma independente, mas utilizam a mesma metodologia de crédito produtivo orientado, o mesmo princípio da sustentabilidade e a mesma orientação de apoio aos empreendedores excluídos do sistema financeiro tradicional. Ao longo dos anos, a Rede CEAPE vem concedendo créditos individuais, com a garantia de avalistas e em grupos solidários.

Depreende-se que, até 1994, a indústria de microfinanças no Brasil ainda se apresenta muito incipiente, apenas com destaques para a Rede CEAPE e o Banco da Mulher, que foi criado em 1989, na Bahia, considerado um marco para a expansão do microcrédito. O Banco da Mulher passou a funcionar com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Intaremiracano de Desenvolvimento (BID). O Banco da Mulher no Brasil está ligado ao Banco Mundial da Mulher e tem representantes espalhados por sete estados do País. Após a estabilização macroeconômica em 1994, emergiu, então, o interesse de governos municipais e estaduais em investir na implementação de instituições que concedessem microcrédito.

Assim, em 1995, surgiu na cidade de Porto Alegre, como uma das iniciativas da Prefeitura em conjunto com a sociedade civil, na área do trabalho e renda, a organização não governamental Portosol – Instituição Comunitária de Crédito. A Portosol tornou-se um modelo de instituição concessora de microcrédito no país, por adotar o princípio da autosustentabilidade das organizações, baseadas na iniciativa do Poder Público e no controle pela sociedade civil.

Em 1996, confirmando o ciclo do desenvolvimento do microcrédito no Brasil, o BNDES passou a apoiar as iniciativas populares com a criação do Programa de Crédito Produtivo Popular, que tinha por objetivo *“divulgar o conceito de microcrédito e promover a formação de uma ampla rede institucional, capaz de oferecer crédito aos pequenos empreendedores, formais e informais, viabilizando alternativas de investimento para a geração de ocupação e renda”* (BARONE ET. AL.,2002). Ainda no ano de 1996, outra experiência brasileira mereceu destaque quanto à concessão de crédito para pequenos empreendedores de baixa renda nas comunidades populares: o VivaCred. Este programa foi gestado a partir do Movimento Viva Rio, na cidade do Rio de Janeiro e atua com quatro agências localizadas na Rocinha, Maré, Rio das Pedras e uma agência destinada a atender os moradores do centro e da zona sul do Rio de Janeiro.

Com o objetivo de oferecer crédito aos pequenos empreendimentos do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo nasce, em 1998, o Programa CrediAmigo¹², financiado pelo Banco do Nordeste, contando, inicialmente, com cinquenta (50) agências especializadas. O CrediAmigo é o único programa de atendimento direto operacionalizado por um banco estatal. Segundo Barone et. al. (2002), o Programa do BNB trabalha com *“a metodologia de grupos solidários e, concomitantemente à concessão de crédito, oferece capacitação gerencial para os tomadores. Toda a operacionalização do programa, incluindo os assessores de crédito, é realizada de forma autônoma das atividades do Banco”* (BARONE ET. AL., 2002).

Nesse mesmo ano é implementado no município de Fortaleza, o outro programa que é central para a nossa pesquisa: a Coordenadoria de Promoção e Geração de Emprego e Renda – CPGER, responsável pelo desenvolvimento do

¹² O Programa CrediAmigo será, no ponto seguinte deste trabalho, explicitado com maiores detalhes por se tratar de um dos Programas adotados como base para esta investigação.

Programa de Crédito Orientado da Profitec, substituído, no ano de 2006, pelo Programa Agência Cidadã de Crédito – PAC¹³, o qual foi reestruturado na gestão municipal atual e funciona ligado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE de Fortaleza.

Entre as experiências na área de microcrédito que despontaram nos anos seguintes, temos o Programa de Apoio ao Segmento de Microcrédito do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE, que iniciou a sua atuação em outubro de 2001. A Caixa Econômica Federal - CEF também tem desenvolvido experiências de parcerias com organizações não governamentais no sentido de estimular o setor de microfinanças. A CEF é responsável pela disponibilização de recursos financeiros e pelo risco das operações, já as entidades pela metodologia do microcrédito.

A partir de 2002 inaugura-se uma nova fase do microcrédito. É nesse ano que a regulamentação e a política de microcrédito são alteradas a partir da formulação do Governo Lula. Esta fase se caracteriza pelas seguintes medidas:

1. inclusão bancária massificada, associando-a ao oferecimento de outros serviços bancários para a população de baixa renda;
2. conta simplificada;
3. viabilização de recursos para o crédito de uso livre e para microempendedor;
4. constituição do Banco Popular do Brasil;
5. apoio ao Cooperativismo de Crédito, incluindo a permissão para constituição de Cooperativas abertas (livre adesão);
6. ampliação do número e da atuação dos correspondentes bancários;
7. crédito consignado em folha de pagamento para trabalhadores assalariados e, no INSS, para aposentados e pensionistas;

¹³ O PAC, da mesma forma que o o CrediAmigo, será apresentado de forma mais minuciosa, por se tratar do programa concesso de microcrédito aos interlocutores da investigação.

8. ampliação e consolidação do Programa Crediamigo.

Observa-se, no final de 2004, ainda dentro dessa fase, a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), o qual redesenha aspectos da agenda do microcrédito no Brasil, procurando uma articulação maior entre o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), através do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Quadro 2

Formato Institucional do Microcrédito no Brasil - 2003

Natureza	Formato	Principais Características
Sem fins lucrativos (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)	Organizações Não Governamentais (ONGs)	Sujeitas a restrições quanto aos juros praticados (máximo de 12% a.a.)
	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público / OSCIP	Reguladas pela Lei 9.790/1999, e devendo ser registradas junto ao Ministério da Justiça, não sujeitas a restrições quanto a estipulações usurárias (impede a cobrança de taxa de juros superiores a 12% a.a.)
Com fins lucrativos	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM)	Autorizada pelo Banco Central, controlado por qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive instituição financeira ou Oscips.
	Instituições financeiras (diretamente)	Oferecendo crédito ao público diretamente
Poder Público	Bancos de Desenvolvimento, com participação indireta, fomentando entidades especializadas ou participação direta, por intermédio de bancos públicos com carteira especializada	Indiretamente: como "banco de segunda linha". O principal exemplo, na época era o BNDES que atuou através do Programa Crédito Produtivo Popular (PCPP). Diretamente: o exemplo mais recorrente é o BNB que atua através do programa Crediamigo
Programas Municipais e Estaduais	Trata-se de diferentes experiências que vêm sendo implementadas pelos governos municipais, de diferentes formatos institucionais, cuja principal referência é o Portosol, criada em 1995, como instituição de crédito comunitária ligada às políticas de geração de emprego e renda da Prefeitura Municipal de Porto Alegre	A principal característica dessas experiências é que elas estão ligadas às políticas de geração de ocupação e renda, sendo conhecidas pelo nome fantasia de Banco do Povo. Na maior parte das situações, os governos municipais e estaduais criam fundos públicos destinados especificamente ao microcrédito, os programas são operacionalizados por órgãos públicos, por entidades criadas para esse fim e por meio de parcerias com a sociedade. Os principais exemplos são o Banco do Povo Paulista; o Banco do Povo de Goiás, o Banco do Povo de Juiz de Fora e Creditralho, do Governo do DF.
Diversos	Serviço Brasileiro de Apoio a	Atuação indireta oferecendo recursos ou

	Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Caixa Econômica Federal e Agências de Fomento.	outros serviços de apoio ao microcrédito.
--	--	---

Assim, a trajetória da política de microcrédito no Brasil foi marcada, ainda, por uma revisão do marco legal, que, segundo, Barone et. al. (2002), resultou em três decisões importantes:

a chamada nova lei do terceiro setor (Lei 9.790/99), que inclui o microcrédito como uma das finalidades das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPS; a não sujeição das OSCIPS à lei de usura (que limita os juros a 12% ao ano); e a criação, pelo Conselho Monetário Nacional, de uma nova entidade jurídica: a Sociedade de Crédito ao Microempreendedor – SCM, que regulamenta a participação da iniciativa privada na indústria de microfinanças (Resolução 2874).

Desse modo, as experiências de microcrédito foram se difundindo pelo Brasil, tendo as mulheres como sujeitos principais no momento de solicitação desses empréstimos. Sabe-se, no entanto, que isso obedece a uma lógica; lógica essa estabelecida pelo capital, onde ao passo que temos uma crescente inserção das mulheres na vida laborativa, por outro lado, essa participação se revela, principalmente nos empregos precários e vulneráveis que são oportunizados com a participação em políticas de acesso ao microcrédito. Para Hirata (2001), *“trata-se de um dos paradoxos da globalização, este aumento do emprego remunerado acompanhado pela sua precarização e vulnerabilidades crescentes”* (HIRATA, 2001).

Segundo Beatriz Azeredo (1999), o microcrédito não é mágica: ele é um instrumento de uma política pública de emprego, voltada para um segmento específico do mercado de trabalho, nada desprezível: a população de baixa renda, pouco qualificada, que está fora do mercado de trabalho. Maria Ivete Ribeiro de Oliveira (1999), presidente da seção baiana do Banco da Mulher, acrescenta que a questão fundamental é a democratização do acesso ao crédito e a formulação de políticas que alavanquem as empresas de menor porte, facilitando o seu desenvolvimento harmônico com a necessária complementaridade no contexto global da economia. *“Não podemos pensar*

no crédito popular desvinculado de uma política nacional de desenvolvimento”, afirma o economista Hélio Eduardo da Silva (1999).

Então, o microcrédito surge como uma forma de manter a ocupação e melhorar as condições de renda da população, mesmo que de forma emergencial, pois o crédito popular não substitui políticas de proteção social mais amplas, já que não consegue atingir a população situada abaixo da linha de pobreza absoluta, todavia está sendo considerado fator estratégico de uma política de emprego e de geração de renda.

Na direção do setor informal urbano os governos têm voltado as metodologias e programas de auto-emprego que estimulam o “espírito empreendedor”¹⁴, sobretudo para as mulheres pertencentes à população de baixa renda. Os órgãos governamentais que mais se destacam neste tipo de atuação no Ceará são IDT/SINE, Banco do Nordeste e Prefeitura Municipal de Fortaleza. Já as organizações não governamentais que mais atuam na concessão do microcrédito podemos citar: Banco Palmas, Barra Crédito, Fundação Caixa do Povo e Cearah Periferia.

No entanto, como é de conhecimento geral, embora existam tais projetos, nem sempre a participação dos desempregados ou mais especificamente das mulheres nos referidos programas significa garantia de sucesso. Algumas conseguem progredir na sua nova atividade autônoma, outras continuam somente pela inexistência de alternativas de emprego e renda e ainda existem aquelas que não obtém êxito. A participação no mercado de trabalho como autônoma pode não significar uma opção, como é o caso de uma ambulante ocupada no setor informal da economia cearense, que diz:

(...) se conseguisse um emprego razoável, igual ou pouco acima do meu lucro deixaria a ocupação atual e passaria a ser empregada. Deixaria de trabalhar 14 horas diárias, como faço na minha atividade para trabalhar 8 horas. Com emprego ainda temos mais garantia de cuidar da saúde e de outras necessidades (LOPES, 2003).

¹⁴ Essa expressão está intrinsecamente relacionada à categoria empreendedorismo e aqui pode ser entendida a partir do que Vieira (1999) conceitua como o perfil do empreendedor: “não é preciso abrir um empreendimento, é necessário haver um potencial dentro de si mesmo que, desenvolvido, tenha a capacidade de gerar prosperidade” (Vieira, 1999:48).

2.2 Características principais do microcrédito

Em asserções anteriores, ressaltamos que o microcrédito é um sistema de crédito diferenciado, destinado a setores com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro tradicional. Nesse setor encontram-se os microempreendedores, inclusive os informais, os artesãos, os prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as microempresas formais, bem como as associações ou cooperativas constituídas pelos segmentos mencionados. No Brasil, os atuais programas de microcrédito visam à implantação, à modernização, à ampliação e/ou a diversificação de atividades capazes de gerar ou manter trabalho e renda, em bases auto-sustentáveis, mediante investimentos de pequeno valor, com respaldo principalmente no sistema de crédito solidário.

Consoante Barone et. al. (2002), existem alguns aspectos que caracterizam o microcrédito como uma metodologia específica, entre eles estão: o caráter de crédito produtivo, a ausência de garantias reais, o crédito orientado, o crédito adequado ao ciclo do negócio, o baixo custo de transação e considerável custo operacional e ação econômica com impacto social.

O microcrédito é um crédito especializado para um determinado segmento da economia, sejam eles: os pequenos empreendedores do setor informal ou formal e a microempresa, conforme descrição feita anteriormente. Essa modalidade de crédito está voltada para apoiar negócios de pequeno porte e que sejam gerenciados, em geral, pelas pessoas das classes populares, não se destinando a financiar o consumo, mas a produção, por isso o seu caráter de crédito produtivo.

Como segunda característica do microcrédito temos a ausência de garantias reais, ou seja, não é necessária a comprovação de renda ou bens para o que o tomador do empréstimo consiga um microcrédito. Nesse caso existem duas formas de respaldar o pequeno empreendedor que deseja solicitar o crédito: a primeira é através do aval solidário ou fiança solidária, onde de duas a cinco pessoas se tornam mutuamente responsáveis pelos créditos de todo o grupo solidário constituído. A formação dos grupos solidários é auto-seletiva, e isso acontece porque:

as pessoas buscam o bom pagador sabendo que o não pagamento de um faz com que todos respondam, pagando, pelo crédito concedido. Assim, estabelece-se uma rede de apoio e vigilância que tem como resultado a baixa inadimplência. (BARONE *et.al.*, 2002).

A outra opção para quem não prefere formar um grupo solidário no momento de tomada do microcrédito é a apresentação de um avalista/fiador que corresponda aos requisitos e condições estabelecidas pela instituição concessora do microcrédito. O fato de o mesmo ser concedido a pessoas que estão em conformidade com o que se convencionou chamar de pessoas empreendedoras e que têm uma atividade econômica de pequena escala, mas viável economicamente, e o reconhecimento dos tomadores do valor que a linha de crédito representa para o seu negócio, configuram as principais garantias que as instituições de microcrédito possuem.

Outra característica associada ao microcrédito é o caráter de ser um crédito concedido de forma assistida, daí ser classificado como crédito orientado. Ou seja, a concessão do microcrédito acontece a partir da intermediação de um agente de crédito que se utiliza de linguagens e abordagens de fácil entendimento aos pequenos empreendedores, levando as informações necessárias para o bom desenvolvimento do negócio, nesse caso é o agente de crédito que vai até o pequeno empreendedor e não o contrário, como acontece nas operações bancárias tradicionais. Segundo Barone *et. al.* (2002) o agente de crédito é

o elo entre a instituição de microcrédito e o tomador de empréstimo, sendo o responsável pelo estabelecimento de uma relação profissional e de confiança. Afinal, concedentes e tomadores precisam que os empréstimos sejam pagos e retornem à instituição de microcrédito, assegurando sua continuidade em bases sustentáveis (BARONE *ET. AL.*, 2002)

O papel do agente de crédito consiste na realização de uma entrevista com o possível tomador ou tomadora do microcrédito. Ele vai até o negócio, que na maior parte das vezes funciona no local de moradia, e averigua a situação financeira e os aspectos gerenciais do pequeno negócio, avaliando a possibilidade do crédito ser concedido. A figura do agente de crédito está envolvida no processo como um todo, desde a liberação até o recebimento do microcrédito. No entanto, esses atores nem sempre estão tão presentes como deveriam permanecer ao longo do empréstimo,

acompanhando a utilização e fornecendo informações para um melhor gerenciamento da quantia emprestada o que, por vezes, pode se configurar como uma dificuldade para a continuidade do negócio depois do financiamento.

Outra característica que está associada ao microcrédito, pode ser entendida como o crédito ser adequado ao ciclo do negócio, ou seja, os empréstimos realizados são de valores pequenos, de acordo com a realidade financeira de cada empreendedor, nas instituições brasileiras eles giram em torno de R\$ 1.000,00 (mil reais); os prazos de pagamento são curtos, sendo semanais, quinzenais ou mensais, de forma a manter uma proximidade com o tomador do empréstimo e garantir o retorno do pagamento, ao mesmo tempo em que criam mecanismos para incentivar à adimplência. Tais incentivos decorrem do fato de concederem-se pequenos valores iniciais de empréstimos, renováveis e crescentes à medida que os tomadores de empréstimos quitem em dia os seus débitos. Os pagamentos são geralmente adequados ao fluxo financeiro dos clientes. Segundo Barone *et. al* (2002), essas características

criam uma espécie de “círculo virtuoso” onde o tomador é incentivado a pagar em dia, já que esse é um indicativo importante para o recebimento de novo crédito, que pode ser de valor maior. O fato de o tomador de microcrédito vivenciar a obtenção, a administração e a liquidação de diversos créditos aumenta a confiança e a motivação em relação à possibilidade de crescimento do seu negócio e o grau de informação e de organização do seu pequeno empreendimento. Além disso, a instituição de microcrédito ganha sustentabilidade e escala nas operações (BARONE *et al*, 2002).

O baixo custo de transação do microcrédito que é requerido pelos microempreendedores é conseguido por estes em razão de alguns fatores, como: a proximidade da localização da instituição concessora e da residência e/ou local de trabalho dos clientes; o mínimo de burocracia adotado no momento de obtenção do crédito e por fim a agilidade na entrega do crédito, onde o prazo entre a solicitação e a entrega deve ser o mais curto possível. No entanto, os custos operacionais para as instituições de microcrédito são significativos, posto que além da eficiência administrativa exigidas para o sucesso das transações é necessário ainda o uso de tecnologias microfinanceiras atualizadas e adequadas.

Com isso o microcrédito vem buscando se afirmar enquanto alternativa de geração de ocupação e renda para os segmentos mais pobres da população, de forma a se caracterizar como uma estratégia para enfrentar a pobreza e a exclusão social. Porém, isso tem o seu preço e torna-se fundamental observar como os governos têm se utilizado dessa política para aumentar a participação no trabalho produtivo, seja de homens e mulheres e quais são as consequências na vida desses atores, no momento de concessão do microcrédito.

2.3 Programa Agência Cidadã de Crédito - PAC e Crediamigo: analisando programas de microcrédito em Fortaleza

No Brasil, os pequenos negócios têm se configurado como peças básicas na engrenagem econômica nacional, ocupando praticamente todas as áreas da atividade empresarial. Nesse sentido, os programas de microcrédito desenvolvidos pelas instituições do poder público passam a desenvolver importante papel no setor das microfinanças.

A economia brasileira é caracterizada pela intensa presença de pequenas empresas, sejam elas formais ou informais. Na pesquisa Economia Informal Urbana de 2003 (ECINF, 2005), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), constata-se que havia 10.525.954 pequenas empresas (com cinco ou menos trabalhadores) não agrícolas no Brasil em 2003. Dessas empresas, 10.335.962 eram informais e empregavam 13.860.868 pessoas. E, segundo Neri (2002), por volta de 60% da população economicamente ativa do Brasil estão no mercado informal.

Contudo, a participação na oferta de crédito por parte do Estado aos micronegócios ainda é diminuta, e as mudanças nas políticas ainda precisam ser realizadas de forma a elevar a taxa de ocupações, multiplicar o número de inovações, além de proporcionar riquezas para o País, contribuindo ainda como uma das soluções para a redução do crescente desemprego. De fato, existe um grande

contigente da população no circuito do consumo e da geração de renda, como resultado da implementação de diversos planos econômicos, o que até certo ponto veio ampliar as oportunidades dos pequenos negócios, fazendo emergir formas alternativas de busca de ocupação e renda.

Assim, antes de analisar o Programa Agência Cidadã de Crédito - PAC e o Programa Crediamigo, que são os programas alvo desta investigação, considerou-se relevante listar e comentar sobre bancos e linhas de crédito existentes no Ceará. Pretendeu-se com isso exemplificar as diversas experiências de concessão de crédito atuantes no âmbito do estado do Ceará, principalmente em Fortaleza.

2. 3.1 Principais entidades que atuam com microcrédito no Ceará

De acordo com os dados do SEBRAE-CE (2004), as principais entidades que atuam com microcrédito no Ceará são:

O Banco Palmas, que tem como público alvo pequenos empreendimentos dos moradores do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza. Sua finalidade é investimento fixo, misto e capital de giro. Não há exigência de garantias. A própria comunidade é quem define. Em relação ao limite de crédito: o 1º crédito consiste em até R\$ 300,00; o 2º crédito, até R\$ 500,00; e o 3º crédito, até R\$ 1.000,00.

O Barra Crédito, que atende microempreendimentos informais dos setores industrial, comercial e de serviços da comunidade do Caça e Pesca, em Fortaleza. Tem investimento fixo, misto e capital de giro. Conta com aval individual e grupo solidário. O limite para a concessão de crédito vai de R\$ 200,00 a R\$ 500,00.

A Fundação Caixa do Povo, que é voltada para pequenos empreendedores formais e informais de baixa renda e que ganham até 05 salários por família. Tem por fim o capital de giro (vedado bens de consumo). Após 1 ano de giro pode adquirir máquinas e equipamentos. A garantia é o grupo solidário

composto por 5 membros. O valor inicial do crédito é de R\$ 500,00, com aumento em até 50% a cada renovação. O teto é de R\$ 3.000,00.

O Cearah Periferia, que possui dois programas de concessão de microcrédito: o Programa Capital Popular, que tem como público alvo microempreendimentos formais e informais da economia, associados a entidades comunitárias. O capital é voltado para giro e investimento fixo. Existe aval individual e aval solidário. O valor do crédito varia de R\$ 500,00 a R\$ 2.000,00; e o Programa Força da Mulher, que investe em mulheres do setor industrial, comercial e de serviços que ganhem até três salários mínimos. O capital é para giro e investimento fixo. O aval também é individual e solidário. O limite de crédito é de até R\$ 300,00.

A Visão Mundial Promicro, que atende microempreendimentos formais e informais, cooperativas de trabalho e produção que já funcionam há pelo menos um ano. O investimento é fixo, misto e capital de giro. Existe o aval individual, o solidário e a garantia real. O limite de crédito vai de R\$ 200,00 a R\$ 1.500,00 (individual) e de R\$ 200,00 a R\$ 1.000,00 (grupo solidário).

O IDT (Instituto de Desenvolvimento do Trabalho), que através do Prorenda, é voltado para microempreendimentos informais da economia. A sua finalidade é investimento fixo, misto e capital de giro. A garantia é o aval individual e o aval solidário (2 a 4 componentes). O crédito é de até R\$ 700,00.

A Fundação Mão Aberta – PROAPE, que financia microempreendimentos formais e informais da economia localizados nos municípios do Baixo e Médio Jaguaribe. O investimento é fixo, misto e capital de giro. Possui aval individual e aval solidário. O valor do crédito para giro vai até R\$ 1.500,00 e o para investimento fixo e misto, até R\$ 2.500,00.

A ORGAPE/CE, que atende microempreendimentos formais e informais da economia nos municípios: Icapuí, Aracati, Itaiçaba, Palhano, Quixadá, Beberibe e Pedra Branca. O investimento pode ser fixo, misto e capital de giro. A garantia é o aval individual, o solidário e a alienação fiduciária. O limite do crédito para o capital de giro é de até R\$ 5.000,00 e para investimento fixo e misto, até R\$ 8.000,00.

A FUNDESOL (Fundação de Economia Solidária), que concede microcrédito para pessoas de baixa renda que queiram implantar ou expandir um negócio e que morem no bairro Bom Jardim, em Fortaleza. O investimento pode ser fixo, misto e capital de giro. A garantia é o aval solidário. O crédito vai de R\$ 200,00 a R\$ 1.500,00.

A Associação dos Moradores do Bairro Henrique Jorge, em Fortaleza, que atende mulheres em situação de risco. A finalidade é para capital de giro e investimento fixo. A garantia para investimento em capital de giro é o avalista e para o investimento fixo é a alienação fiduciária. O limite de crédito é até R\$ 300,00.

A FORTBRASIL financia microempreendedores formais ou informais em funcionamento há pelo menos 1 ano. O crédito concedido é para capital de giro, investimento fixo e descontos de recebíveis. As garantias são pessoais ou reais. O crédito para giro vai de R\$ 300,00 a R\$ 10.000,00; para fixo, de R\$ 300,00 a R\$ 10.000,00; e para desconto de recebíveis, até R\$ 10.000,00.

A Scala Sociedade de Crédito ao Microempreendedor, que tem como público alvo microempreendedores formais ou informais em funcionamento há pelo menos 1 ano. A finalidade é capital de giro e investimento fixo. As garantias são pessoais ou reais. O limite do crédito para capital de giro é de R\$ 500,00 a R\$ 5.000,00; para fixo, de R\$ 500,00 a R\$ 10.000,00.

O Banco do Brasil, através do Proger Urbano Informal, que apóia trabalhadores autônomos. O investimento é fixo, misto e capital de giro. A garantia é a fiança ou aval e garantias reais. O limite é de até R\$ 5.000,00.

A Caixa Econômica, através do Proger Autônomo, que financia trabalhadores autônomos, do setor informal da economia. O investimento é fixo e misto. A garantia se dá pelo aval ou outras garantias admitidas pela Caixa. O valor limite de crédito é até R\$ 5.000,00.

2.3.2 Programas de Concessão de Microcrédito da Prefeitura Municipal de Fortaleza e o Programa Agência Cidadã de Crédito - PAC

Em maio de 1997, teve início em Fortaleza o Programa de Concessão de Crédito Orientado da extinta Fundação Municipal de Profissionalização, Geração de Emprego e Renda e Difusão Tecnológica – PROFITEC. Esse programa foi considerado uma das mais avançadas iniciativas da política social de geração de emprego e renda da Prefeitura de Fortaleza.

Esse programa de microcrédito que atuou durante os anos de 1997 a 2000 foi remodelado e passou a ser denominado: PINC (Programa de Incentivo aos Negócios em Casa), o qual financiava microempreendimentos informais dos setores industrial, comercial e de serviços no domicílio. O tipo de investimento era fixo e misto (30% para capital de giro). Não havia exigência de aval e o valor do crédito variava até R\$ 5.000,00.

O objetivo do Programa era dar suporte financeiro e orientação técnica às pessoas que necessitavam de apoio para o desenvolvimento de pequenas atividades produtivas. Através da realização de cursos de capacitação gerencial, da concessão de linhas de crédito e do acompanhamento empresarial, o Programa viabilizava os pequenos empreendimentos como parte integrante do plano de desenvolvimento integrado que estava sendo posto em prática pela Gestão Participativa da Prefeitura de Fortaleza, que tinha como então Prefeito Juraci Magalhães .

Em 1997, ano de início do Programa de Concessão de Crédito Orientado da PROFITEC, foram atendidas 632 pessoas e em 1998, 413 pessoas. Na pesquisa realizada sobre o Programa constatamos que durante os anos de 1997 e 1998, a concessão de créditos foi dirigida em grande parte para as mulheres, ou seja, em torno de 57,3%, ratificando as estimativas da feminização do mercado de trabalho autônomo em Fortaleza. O valor dos empréstimos era de até R\$ 5.000,00, com pouco capital de giro e mais investimentos na parte tecnológica.

Após a extinção da PROFITEC, o programa similar, em termos de atuação, como fora citado anteriormente, foi o PINC - Programa de Incentivo aos Negócios em Casa, lançado em junho de 2001 e coordenado pela CPGER -

Coordenação do Programa de Geração de Emprego e Renda da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

O PINC foi uma iniciativa da Prefeitura de Fortaleza, via Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), que objetivava apoiar o desenvolvimento de pequenos negócios, através da concessão de financiamentos. O programa atendeu 16 mil pessoas em 2001. Implementado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o PINC elaborou até setembro de 2002 um total de 1.478 projetos. No PINC, os micro e pequenos empreendedores apresentavam a idéia à Prefeitura, que verificava sua viabilidade econômica e só depois formatava um projeto. A próxima etapa era esperar pelo aval do Banco do Brasil, instituição financeira que operava o dinheiro para o crédito, a qual tinha até 30 dias para liberar o financiamento. Depois de aprovados os projetos, a SDE realizava um curso obrigatório de gerenciamento de crédito com os tomadores de crédito.

Em 2002, 57 cursos foram desenvolvidos, capacitando 1.154 pessoas. O PINC incentivava microcréditos para negócios nas áreas de confecção, informática, metalúrgica, mercadinhos, lanchonetes e salão de beleza.

Com a mudança de gestão no ano de 2005, a Prefeitura Municipal de Fortaleza institui o Programa Agência Cidadã de Crédito – PAC, coordenado pela então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SDE. O PAC tem por objetivo fomentar o desenvolvimento dos microempreendedores formais e informais de Fortaleza, através da ampliação do acesso ao crédito, do acompanhamento aos empreendimentos e do monitoramento dos resultados.

O Programa tem como público-alvo os trabalhadores autônomos, donos de pequenos negócios, prestadores de serviços, comerciantes, artesãos e produtores que estão à margem do sistema financeiro tradicional e que necessitam de recursos financeiros para fortalecer suas atividades ou para criar novos negócios como alternativa de ocupação e renda. Segundos os coordenadores do PAC, há prioridade para as mulheres, desempregadas, pobres, chefes de famílias, deficientes físicas, vítimas de violência e moradoras de áreas de risco que desejem sair da condição de pobreza de forma sustentável.

Os parceiros financeiros do PAC são: Banco do Nordeste (BNB), Banco do Brasil e Fundesol. A finalidade do empréstimo pode ser para investimento fixo, capital de giro, pequenas reformas no negócio e na casa, e assessoria empresarial. Sendo os financiamentos para iniciar negócios (por meio do Banco do Brasil e da Fundesol) e para ampliar ou fortalecer negócios (por meio do Banco do Nordeste e da Fundesol).

Como requisitos para ter acesso ao microcrédito pelo PAC é necessária a apresentação dos seguintes documentos: cópia da carteira de identidade, do CPF e comprovante de residência. Para empréstimos por meio do Banco do Brasil, não é permitido que a pessoa tenha a sua carteira assinada. Com relação aos prazos para pagamento a Prefeitura estipula que de 3 a 6 meses serão os empréstimos para capital de giro pelo BNB, já os empréstimos de 6 a 36 meses serão para investimentos.

O valor dos empréstimos vai de R\$ 100,00 (cem reais) até R\$8.000,00 (oito mil reais) quando é financiado pelo BNB, e até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para abertura de negócios pelo Banco do Brasil, com pouco capital de giro sendo mais investimentos na parte tecnológica. A taxa de juros para quem recebe o empréstimo através do BNB é de 2% a.m. mais a taxa de abertura de crédito de 1% a.m para valores até R\$ 1.000; já para os empreendedores que recebem o crédito pelo Banco do Brasil a taxa se configura da seguinte maneira: Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP + 6% a.a. (1,26% a.m.) e taxa de 2%.

A capacitação para aqueles que têm o empréstimo financiado pelo BNB é opcional, mas para quem tem o Banco do Brasil como o parceiro financeiro é exigido previamente ao empréstimo uma formação para a realização da concessão (capacitação gratuita pela SDE). Ainda referente à capacitação, esta é feita de acordo com a necessidade do empreendedor. A SDE capacitou 18 (dezoito) agentes de crédito distribuídos na área das seis Secretarias Executivas Regionais (SERs) para atendimento personalizado. É através das SERs que o acesso ao microcrédito pode ser feito pela população. O Programa tem ainda como metas atender 2.500 empreendedores, até final de 2008, com valor médio de R\$ 600, injetando R\$ 1,5 milhão na economia de Fortaleza por meio dos agentes financeiros Banco do Nordeste (BNB), Banco do Brasil e Fundesol.

2.3.2.1 Perfil dos beneficiados pelo PAC: elucidando dados do Programa em Fortaleza (maio/2005 – março/2006)

O Programa Agência Cidadã de Crédito – PAC, criado no ano de 2005, realizou uma pesquisa¹⁵ na segunda metade do ano 2006, de forma a avaliar quais foram os resultados dos últimos 15 (quinze) meses do Programa no município de Fortaleza. A apresentação desse perfil dos beneficiários foi considerada como de fundamental importância para o entendimento dessa investigação por se tratar de um monitoramento da política pública de trabalho, na perspectiva de avaliar não só o Programa em referência, mas, ainda, elaborar apreciações acerca do mercado de trabalho informal em nosso município.

O PAC beneficia 838 (oitocentos e trinta e oito) pessoas na cidade de Fortaleza, que estão distribuídas nas seis Secretarias Executivas Regionais, ou mesmo nos 114 bairros que compõem a cidade: SER I - 16,83%, SER II - 14,08%, SER III - 11,58%, SER IV - 6,92%, SER V - 23,27% e SER VI - 27,33%. O número de mulheres beneficiadas é de 550 (quinhentos e cinquenta), ou seja, 65,63% são do sexo feminino, enquanto 229 participantes são homens, perfazendo um total de 34,37% do sexo masculino. Esse números evidenciam a representação da feminização do trabalho autônomo em Fortaleza.

Outro dado a ser destacado é referente à idade média das pessoas participantes do Programa: 40 anos. Nesse universo, 49,16% são casados, 31,38% são solteiros, 9,67% declaram-se “juntos” (união estável), 6,21% são divorciados,

¹⁵ Destaca-se que as informações dessa pesquisa foram coletadas junto aos microempreendedores que participam do PAC, a partir de um estudo da Sala de Prospecção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE. Esta sala é responsável pelo monitoramento das Políticas Públicas desenvolvidas pela Secretaria, especialmente as Políticas de Trabalho. A sala de prospecção dispõe de uma equipe formada por 7 (sete) profissionais, que se situam em várias áreas de concentração acadêmica, como: Ciências Econômicas, Ciências Sociais, etc. Para a referida pesquisa, contou-se, ainda, com a participação dos agentes de crédito do PAC.

2,21% são viúvos e 1,31% não informaram. A maioria, 53,58%, tem ensino fundamental, 35,44% dos pesquisados(as) possuem o ensino médio, 3% informa que nunca estudou e 5 % não informou. Com relação ao ensino superior a representação é de apenas 2,86%. Podemos perceber através dessas informações que o acesso à educação aparece como um fator importante para o sucesso dos empreendedores informais. Quanto mais anos adicionais de estudo, tanto maior é a possibilidade de êxito do micronegócio, bem como o retorno em termos de faturamento e lucro.

Entre os que tiveram a concessão de empréstimo realizada no ano de 2006, 87,35% residem em casa própria e 9,31% em casa alugada. Consoante a pesquisa temos que o tempo que residem no mesmo domicílio é, em média, de 13 anos. Com relação ao local onde exercem a atividade produtiva cerca de 61,81% têm seu empreendimento na própria residência. Referente a esses dados, vimos que, muitas vezes, o espaço da casa é utilizado para montagem de seus próprios negócios, mediando convivências entre o espaço privado e espaço doméstico.

O rendimento médio familiar é de 2,51 salários mínimos, com uma média de 80% dos componentes da família trabalhando no negócio, ou seja, existem de 1 a 4 pessoas da família exercendo alguma atividade no negócio. Outro indicador é que 53,58% das pessoas na família realizam algum tipo de trabalho produtivo.

O programa gerou 826 postos de trabalho aos familiares dos beneficiados, isto significa 1,45 emprego por empreendimento. Agregando os demais empregados aos membros da família que trabalham somam-se 1.222 postos de trabalho, ou seja, 1,65 emprego por empreendimento (PROGRAMA AGÊNCIA CIDADÃ DE CRÉDITO / PERFIL, 2006).

O tempo médio do empreendimento é de, aproximadamente, 7 anos, em que 25% possuem o negócio de 1 a 4 anos de existência, 29% possuem seu empreendimento de 4 a 8 anos e 13% possuem o negócio entre 8 a 12 anos. Esses últimos afirmam que a experiência na área produtiva em que atuam é uma das características principais para se manterem por tanto tempo nesse ramo.

O setor de atividade predominante é o comércio (77,42%), seguido pelo setor de serviços (8,83%) e o de produção/indústria (8,23%); o ramo de atividade onde estão a maioria dos empreendedores é o de confecção (18,97%). Observa-se que um dos

ramos de atividade mais procurados é um ramo considerado “tipicamente” feminino, concentrando, então, grande número de mulheres do programa.

Os valores médio dos empréstimos solicitados nos anos de 2005 e 2006 foram de R\$ 759,20, sendo que 50% dos beneficiados requisitaram um valor máximo de R\$ 710,19. Concernente a destinação dos valores tomados como empréstimo, essa se deu em sua grande maioria para ampliação do negócio, ou seja, cerca de 90,57% da finalidade do microcrédito era para a melhoria na estrutura do empreendimento.

Não obstante, os empréstimos serem realizados para um melhor desenvolvimento das atividades laborais de homens e mulheres participantes do Programa de Microcrédito da Prefeitura de Fortaleza, o índice de existência de controle contábil era de apenas 42,96% em 2006, isso significava que apenas esse percentual referido realizava a contabilidade dos gastos e faturamento no pequeno negócio. Face ao exposto, é possível concluir que os beneficiados pelo PAC não têm o controle formal registrado das operações realizadas no seu negócio, o que é apontado, pelos agentes de crédito do Programa, como um dos fatores prejudiciais ao empreendimento, chegando mesmo a ocasionar o insucesso dos participantes.

Contudo, a baixa inadimplência no PAC é citada como um dos aspectos mais favoráveis à continuidade dos tomadores e tomadoras de financiamento. Os agentes de crédito ressaltam que em razão da metodologia do programa, ou seja, a realização de empréstimo através do aval solidário há uma facilitação no pagamento das prestações entre os componentes do grupo, que se sentem mais responsáveis pelo cumprimento das parcelas devidas.

Diante desse panorama apresentado com os resultados da pesquisa acerca do Programa Agência Cidadã de Crédito – PAC fica evidente o crescimento do setor informal da economia, que hoje é composto por 30,2 milhões de pessoas no Brasil. (DEDECCA, 2007). Só em Fortaleza os trabalhadores do setor informal representam 54% da força de trabalho ocupada. São autônomos, empregados domésticos e pequenos negócios com baixo nível de organização que compõe um dos setores de maior crescimento na economia brasileira, na tentativa de encontrar formas de sobrevivência e sustentação através de programas de geração de emprego e renda, como o microcrédito.

Sabe-se, entretanto, que apesar da existência de consideráveis recursos destinados ao microcrédito nos últimos anos no Brasil a partir de gestões municipais, como é o caso de Fortaleza, pode-se considerar que essas políticas carecem de expansão devido a vários fatores, entre eles o fato de o governo não conhecer devidamente o perfil do público tomador e ao mesmo tempo a população desconhecer as características do microcrédito, como importante benefício disponível, e as instituições de microcrédito existentes em cada região.

Nesse contexto, a qualificação para o microcrédito é considerada um importante investimento, tendo-se como premissas básicas a sustentabilidade/continuidade, qualidade e autonomia de decisão.

2. 3.3 Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste: CrediAmigo

Iniciado como projeto piloto em novembro de 1997 e oficialmente lançado em abril de 1998, o CrediAmigo é o maior programa de microcrédito da América do Sul e conta com financiamentos de organismos multilaterais como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de empréstimos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O Programa apresenta como missão: “contribuir para o desenvolvimento do setor microempresarial, mediante a oferta de serviços financeiros e de assessoria empresarial, de forma sustentável, oportuna e de fácil acesso, assegurando novas oportunidades de ocupação e renda” (Relatório Anual do CrediAmigo, 2007). Propõe como visão de programa: “Ser líder da América do Sul no mercado de microfinanças direcionado ao setor produtivo, atendendo aos empreendedores de forma orientada, ética e socialmente responsável” (Relatório Anual do CrediAmigo, 2007).

O programa CrediAmigo, no âmbito do Banco do Nordeste, tem como eixo principal de sua concepção a idéia de atender diretamente aos empreendedores do setor informal. A literatura sobre o tema assinala que foi o primeiro banco público a

ocupar-se de fornecer diretamente crédito para micro e pequenos empreendedores do setor informal.

Segundo Farranha (2006), o Crediamigo é considerado uma das únicas iniciativas mundiais bem sucedidas organizada por um banco estatal.

Isso porque, tradicionalmente, os bancos estatais estiveram fora do cenário de desenvolvimento do microcrédito, uma vez que o terreno onde se desenvolveram as principais experiências nesse sentido foi no mundo privado. O que parece significativo nessa perspectiva, é que ao criar um programa de crédito produtivo popular, o Banco do Nordeste articulava elementos de uma estratégia contrária ao que se desenhou para os investimentos regionais nas décadas de 1980 e 1990, ou seja, a tendência de centralização dos bancos levou a um esvaziamento das decisões de investimento regional. (FARRANHA, 2006).

Em linhas gerais, o Crediamigo é um programa urbano de crédito popular concedido através da Central de Microcrédito do Nordeste, uma iniciativa do Banco do Nordeste. Destina-se a microempreendedores, principalmente da economia informal, que necessitam de capital de trabalho (ou giro) para melhorar o nível de suas atividades. O Banco do Nordeste, através do Crediamigo, financia microempreendimentos com pelo menos um ano de atividade. Fornece financiamentos a grupos solidários (de 3 a 10 pessoas). Segundo Castro e Sales (2003), 97,4% é o percentual das operações acumuladas do financiamento que têm como destino capital de giro.

A primeira operação por cliente varia entre R\$ 100,00 a R\$ 2.000,00, de acordo com o nível de atividade e necessidade de capital de giro do microempreendimento, podendo atingir até R\$ 10.000,00 por cliente, isto valendo para o grupo solidário. Entre outros produtos do Crediamigo, além do crédito para grupo solidário, o Banco do Nordeste oferece ainda outras modalidades de crédito para os empreendimentos, conforme descrição e características citadas a seguir:

1. *Giro individual*: para capital de giro individual são necessárias pelo menos duas experiências no grupo solidário com valor mínimo para o primeiro crédito de R\$ 300,00, podendo atingir até R\$ 10.000,00. Os valores de cada empréstimo adequam-se às necessidades do negócio e à capacidade de pagamento. O recurso

é destinado para compra de matéria-prima e/ou mercadorias. A renovação automática e o aumento progressivo do valor se dão de acordo com o crescimento das vendas e da capacidade de pagamento. As taxas de juros variam de 2% a 3% ao mês + TAC (Taxa de Abertura de Crédito), de acordo com a quantidade de empréstimos realizados pelo cliente no Crediamigo, com um prazo de até 6 meses. Os pagamentos são fixos quinzenais ou mensais e a garantia é coobrigado;

2. *Giro Popular Solidário*: nessa modalidade de crédito o capital de giro é destinado para microempreendedores com pelo menos 1 ano de atividade. As principais características desse crédito são: empréstimos que variam de R\$ 100,00 até R\$ 1.000,00; empréstimo em grupo de 3 a 10 pessoas; taxa de juros de 1,95% ao mês + TAC (Taxa de Abertura de Crédito); o recurso é liberado para compra de mercadorias e/ou matéria-prima; prazo de até 6 meses; pagamentos são fixos quinzenais ou mensais e a garantia é o aval solidário;

3. *Investimento fixo*: neste tipo empréstimo o recurso é destinado a compra de equipamentos/máquinas e/ou reformas no negócio ou na residência. Os empréstimos giram em torno de R\$ 100,00 a R\$ 5.000,00, com taxa de juros que vão de 1,95% ao mês + TAC. Os pagamentos são fixos e mensais e o prazo é de 36 meses (sem carência). A garantia do empréstimo é coobrigada.

4. *Crediamigo Comunidade*: caracteriza-se pela formação de bancos na comunidade contemplando pessoas que tenham ou queiram iniciar uma atividade produtiva. O crédito é destinado ao financiamento de capital de giro e pequenos equipamentos para a população de áreas urbanas e semi-urbanas, comerciantes, prestadores de serviços, vendedores ambulantes e pequenos fabricantes. Em geral essa modalidade de empréstimo dirige-se a: compra de matéria-prima e/ou mercadorias; os valores dos empréstimos vão de R\$ 100,00 até R\$ 1.000,00; o empréstimo realiza-se em grupo de 15 a 30 pessoas; a taxa de juros é de 1,95% ao mês + TAC (Taxa de Abertura de Crédito); com prazo de até 6 meses e pagamentos fixos quinzenais ou mensais; a garantia é o aval solidário.

5. *Seguro Vida Crediamigo*: o Seguro Vida Crediamigo é mais um produto oferecido pelo Crediamigo, destinado a pessoas físicas clientes ou não do Programa, com o objetivo de garantir o pagamento de indenização ao(s)

beneficiário(s) do seguro, caso o segurado venha a falecer por morte de qualquer causa. As principais características são: o pagamento do seguro é realizado em parcela única; duas opções de escolha, de acordo com a capacidade de pagamento do segurado: opção 1 - R\$ 15,00; opção 2 - R\$ 25,00; auxílio funeral em caso de morte do segurado; ocorrendo a morte do segurado, o valor da indenização chega a 153 vezes o valor investido, o que equivale a R\$ 3.840,00; a renovação é automática e o segurado concorre a 4 sorteios mensais de R\$ 1.500,00.

Através da explicitação dos produtos oferecidos pelo Crediamigo, podemos perceber que a instituição não apenas realiza a concessão do microcrédito, mas para além dos serviços de capacitação, suporte técnico e o próprio financiamento, tem procurado inovar o trabalho do programa do BNB, diferenciando o acesso ao crédito. Segundo os coordenadores do Programa essa é uma forma de integrar os microempreendedores à maneira competitiva do mercado.

Em adição a essas informações, temos que algumas das exigências do Programa é que não pode haver familiares no grupo solidário e o microempreendedor deve participar de reuniões informativas. Não é necessário que os solicitantes tenham ganhos reais nem tampouco avalistas. “Cada um retira o valor necessário e o grupo responde por qualquer insucesso”, esclarece o superintendente de Microfinanças e Projetos Especiais do Banco do Nordeste, Stélio Gama Lyra Júnior (CASTRO E SALES, 2003). Nessa perspectiva, através da reunião de pessoas no grupo é criado um capital social, compartilhando vitórias e derrotas.

Segundo o Relatório Anual de 2007 do Programa Crediamigo, as principais realizações ao longo da história do Programa foram:

- 1997: Projeto Piloto, com a implantação de cinco Unidades do Crediamigo e a criação do produto Giro Solidário.
- 1998: Abertura de 45 Unidades.
- 1999: Criação do produto Giro Individual e abertura de 23 Unidades.
- 2000: Acordo de empréstimo com o Banco Mundial e abertura de 35 Unidades.

- 2001: Criação do produto Investimento Fixo e abertura de 52 Unidades.
- 2002: I Prêmio BNB de Microcrédito.
- 2003: Criação do produto Giro Popular Solidário.
- 2004: Abertura de conta corrente para os clientes.
- 2005: Criação do produto Crediamigo Comunidade.
- 2006: Criação do produto Seguro Vida Crediamigo.
- 2007: Redução das taxas de juros.

O Crediamigo está presente em 1.481 municípios da área de atuação do Banco do Nordeste (Região Nordeste, Minas Gerais, Espírito Santo e Brasília) com 300.000 clientes ativos. O atendimento se dá por meio de uma estrutura logística que dispõe de 170 agências e 37 postos de atendimento a clientes, com 1.327 colaboradores operacionalizando o programa nestas Unidades.

Ao longo de cinco anos de atuação (1997-2002) foram realizadas 1,2 milhão de operações e R\$ 925 milhões em empréstimos (CASTRO E SALES, 2003). De janeiro até outubro de 2003, o valor das operações contratadas foi de R\$ 294,3 milhões, resultando 9,5% superior a todo o ano de 2002 (R\$ 268,8 milhões). Com base nos relatórios e resultados divulgados pelo site do Crediamigo (2007), só até fevereiro de 2008 foram liberados R\$ 134 milhões, perfazendo um total de 134.653 operações durante esses dois meses do ano, totalizando um número de 307.683 clientes ativos, com médias de empréstimo de R\$ 995,86. Para o superintendente do Programa, Stélio Gama, o microcrédito se tornou um instrumento utilizado para reduzir as desigualdades sociais.

Na história do programa do Banco do Nordeste, a participação das mulheres sempre foi, em número de tomadores, muito próxima a dos homens, afirma a gerente executiva da linha de crédito, Lúcia Barbosa. Nos grupos solidários maiores, compostos por até 10 pessoas e lançados pelo BNB em junho de 2003, a participação feminina chega a cerca de 60%. A partir de dados mencionados no Relatório Anual de 2007, o percentual de mulheres no programa é de 64% enquanto

o de homens é de 36%, indicando mais uma vez como a política de microcrédito tem sido preponderante entre as mulheres.

Nos grupos solidários, a inadimplência é zero, melhor que o índice geral de inadimplência do programa (CORDEIRO, 2003). O índice de inadimplência observado entre os clientes do Crediamigo em novembro de 2003 era de 2,23%, segundo afirmou Stélio Gama, em palestra proferida no 2º Seminário Banco Central sobre Microfinanças, ocorrido nos dias 10 e 11 de novembro de 2003 no Centro de Treinamento do Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, em Fortaleza.

A partir de agora apresentaremos alguns dados referentes aos empréstimos concedidos no ano de 2007, para exemplificar a atuação desse Programa, enquanto política pública de geração de emprego e renda no Nordeste. Em 2007, dos 824.782 empréstimos desembolsados, 78,5% foram de até R\$ 1.000,00, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 3. Empréstimos desembolsados por faixa de valor

PRODUTOS	VALORES EM R\$ (mil)	%	QUANTIDADE	%
Até R\$ 300,00	10.416,5	1,3%	51.552	6,3%
De R\$ 300,01 a R\$ 600,00	106.978,7	13,5%	243.776	29,6%
De R\$ 600,01 a R\$ 1.000,00	304.643,8	38,4%	351.355	42,6%
De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	153.409,5	19,3%	110.701	13,4%
De R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00	84.964,0	10,7%	36.555	4,4%
De R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00	52.132,9	6,6%	15.700	1,9%
De R\$ 4.000,01 a R\$ 5.000,00	37.568,8	4,7%	8.420	1,0%
De R\$ 5.000,01 a R\$ 6.000,00	15.154,9	1,9%	2.840	0,3%
De R\$ 6.000,01 a R\$ 7.000,00	9.530,5	1,2%	1.498	0,2%
De R\$ 7.000,01 a R\$ 8.000,00	10.965,1	1,4%	1.423	0,2%
Superior a R\$ 8.000,01	8.492,4	1,1%	962	0,1%
TOTAL	794.257,1	100,0%	824.782	100,0%

Fonte: Relatório Anual do Programa Crediamigo, 2007.

Esse quadro evidencia que grande parte das operações do Programa (42,6%) são destinadas para pequenos empreendimentos, onde os clientes ainda estão estruturando suas atividades e portanto utilizam o crédito para a melhoria dos

negócios. Desse modo, os valores não ultrapassam os R\$ 1.000,00, que se adequam ao perfil e capacidade de pagamento de cada cliente.

Quanto ao perfil dos clientes do Crediamigo estes são, em sua maioria, *“pessoas que trabalham por conta própria, em negócios de pequeno porte, e se caracterizam por dispor de um mínimo de capital fixo, utilizar poucos trabalhadores – familiares ou assalariados, registrados ou não – e por participar diretamente da atividade”* (Relatório Anual do Crediamigo, 2007). O setor de atividade que concentra o maior número de participantes no Crediamigo é o comércio com percentuais de 92%, seguido pelo setor de serviços (6%) e pela indústria (2%).

A faixa etária predominante é aquela que se situa entre 36 a 50 anos com 39%, depois vem a faixa que vai dos 25 aos 35 anos com 31%, seguidas pela faixa acima de 50 anos com 18% e até 24 anos com 12%. Percebe-se que a idade dos clientes do Crediamigo demonstra que as pessoas quando não mais encontram alternativas para inserção no mercado de trabalho formal, muitas vezes, por conta da idade já elevada, recorrem às políticas de microcrédito para continuarem as atividades no mundo laboral, mesmo que estas colocações sejam em atividades informais ou mesmo precárias.

As atividades que concentram o maior número de empreendedores é o ramo de confecções apresentando 29% dos clientes, depois vem o ramo de produtos alimentícios/ cereais com 11%, seguidos pelos ramos de bebidas com 7%, perfumaria e cosméticos com 6%, abate de animais com 4% e outros com 43%. É importante ressaltar que esse ramo classificado como Outros (43%) tem o mais alto índice de procura por englobar variadas atividades em todos os setores como comércio, serviços, etc.

Com relação aos dados acerca da escolaridade dos participantes do programa Crediamigo, observa-se que eles possuem, em grande parte, até 4 anos de estudo, a qual representa 34% dos tomadores de empréstimo, em seguida temos aqueles com 9 a 11 anos de estudo que perfaz um total de 31%, logo após temos aqueles que possuem de 5 a 8 anos de estudo com 30%. O percentual de clientes que possuem o nível superior é de 4% e aqueles que se declaram analfabetos completam 1% da clientela no Crediamigo.

Em geral, referente ao perfil dos participantes do Programa de Microcrédito do BNB temos uma forte participação das mulheres que passaram de 49% do total de clientes no ano de 2002 para 64% do universo de empreendedores do Programa, por outro lado, o quantitativo de homens que fazem parte do Crediamigo decresceu de 51%, em 2002, para 36% em 2007. São dados como estes que ratificam a hipótese de que a política de microcrédito no município de Fortaleza se sexualiza ao longo dos anos, tendo as mulheres como seu principal agente de participação e inserção.

Diante do que foi exposto acerca dos programas de microcrédito, alvo dessa investigação, percebe-se a importância dessa política em âmbito nacional e sua repercussão na vida de homens e mulheres em nosso município. Entretanto, o microcrédito tem se apresentado como um instrumento de política pública de geração de emprego e renda paradoxal, pois ao passo que ele aumentou a possibilidade de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, não conseguiu mudar de forma significativa os setores com menores condições de sobrevivência da população, além de ter gerado postos de trabalho, em sua maior parte, no setor informal da economia, sem garantias trabalhistas concretas.

É inegável a ampliação da quantidade de empréstimos de microcrédito, durante os últimos 10 anos no Brasil, mas eles ainda não conseguiram alcançar àqueles que realmente carecem de políticas de trabalho para se desenvolver. A política de microcrédito, que hoje tem uma cara feminina no Brasil, tem apenas sido um alívio para as camadas populares no sentido em que ela apóia iniciativas produtivas, principalmente situadas em setores como o do comércio e o de serviços (ramos eminentemente marcados pela presença das mulheres), porém as micro e pequenas empresas com maior tempo no mercado, maior volume de capital e relativo potencial de crescimento continuaram a ser privilegiadas no momento da concessão do crédito no Brasil.

O capítulo que se segue, intenta explorar de que forma as transformações no mundo do trabalho foram decisivas para reproduzir e aumentar as desigualdades de gênero e trabalho em nosso país, particularmente, destacando a participação que a política de microcrédito tem no sentido de alterar, amenizar ou, ainda, reforçar traços de desigualdade no cenário nacional.

**3. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: (RE)
LEITURAS ACERCA DESSE PANORAMA**

3.1 As formas de gestão da força de trabalho: reflexões sobre as desigualdades produzidas

As transformações no mundo do trabalho apresentam hoje conseqüências drásticas para a população: o desemprego, a precarização estrutural do trabalho, que se traduz nas terceirizações, os trabalhos informais e os temporários. Essas transformações são os principais resultados da reestruturação produtiva, que despontou na década de 70 e foi provocada pelo processo de mundialização da economia.

Assim, tanto no Brasil como na América Latina, homens e mulheres, de um modo geral, têm sofrido bastante face aos graves problemas sociais, na medida em que tanto este país como este continente têm se caracterizado como uma das regiões mais atingidas pelo processo de mundialização, em que a abertura econômica vigente na maioria dos países componentes não correspondeu à melhoria das condições de vida das populações destes países, notadamente dos segmentos mais pobres.

Desse modo, levando-se em consideração as transformações ocorridas nas relações sociais de trabalho neste final de século, redesenhando novas formas de concepção do trabalho humano, derivadas da crise global do capitalismo monopolista e da reestruturação produtiva, é que são gestadas novas atividades e qualificações, ou em decorrência dos avanços tecnológicos e das novas formas de gestão da força de trabalho, ou porque, com o aprofundamento de uma crise econômica mundial, o desemprego estrutural provoque a necessidade da emergência de atividades em outros setores, principalmente no informal.

Destarte, cabe aqui uma breve abordagem sobre os modos de gestão do trabalho e de que forma eles criaram culturas hegemônicas para que possamos compreender de que forma eles interferiram nas mudanças em torno do mundo do trabalho. A literatura existente acerca destes modos de produção é vasta e neste

texto nos limitaremos a enunciar alguns elementos centrais para o seu entendimento.

Sabe-se que a cada modo de gestão correspondeu um modo de ser no social. Sendo assim, as transformações nas formas de produzir e de gestão da força de trabalho e na recomposição desta força de trabalho precisaram se apoiar num discurso legitimador da nova opção de desenvolvimento. O discurso hegemônico é social, politicamente e historicamente construído para legitimar um determinado padrão produtivo, isto é, esse discurso, seja no Taylorismo, no Fordismo ou no Toyotismo (ou modelo Japonês), será utilizado para justificar, ou mesmo reforçar as situações de desigualdade (NUNES, 2002).

No Taylorismo¹⁶ vemos a vitória da construção da figura da eficácia, da racionalidade econômica, em que cada homem tem um lugar certo na produção e também a aceitação da alienação, em detrimento de uma melhor remuneração. Segundo Nunes (2002), nesse padrão de produção o homem permanecia alienado no ato de trabalhar, mas se humanizava a partir do momento em que poderia consumir os bens por ele produzidos. Ou seja, havia uma separação entre o indivíduo, figura eficaz ao lado do capital e alienado do lado do trabalho, e o cidadão, sendo que para chegar ao status de cidadania só seria possível através de sua inserção no consumo de bens e serviços, tornando-se, assim, “proprietário”, em parte, de uma fatia de sua produção. Com o modelo fordista¹⁷ vemos a consolidação desta lógica racional da economia. A cidadania é posta aqui como uma tríplice bem

¹⁶ “Sistema de organização do trabalho, especialmente industrial, baseado na separação das funções de execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração por desempenho. É uma estratégia patronal de gestão/organização do processo de trabalho e, juntamente com o fordismo, integra a Organização Científica do Trabalho...”. (CATTANI apud NUNES, 2002:43).

¹⁷ “(...) sistema de produção e gestão empregado por Ford. Gramsci associa tal sistema de produção à forma de racionalização que define um modo de vida demandando... um novo tipo humano, em conformidade com o tipo de trabalho e de processo produtivo (...) uma mão de obra estável, um conjunto humano (o trabalho coletivo) (...) Hoje o termo tornou-se a maneira usual de se definirem as características daquilo que muitos consideram constituir-se um modelo/tipo de produção, baseado em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista a produção e o consumo em massa. Ao contrário do trabalho de execução (repetitivo, parcelado e monótono), o de concepção torna-se altamente qualificado, encarregando-se do desenho dos produtos, da programação da produção, das tarefas de manutenção e de reparação, sendo realizado isoladamente, fora da linha de montagem. (...) A negociação fordista de salários estava confinada a certos setores da economia em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção em massa” (HARVEY apud NUNES, 2002).

articulada de três fatores na esfera do trabalho: aceitação da alienação, retribuição em bens sociais e a humanização que viria em forma de propriedades.

Consoante Harvey (2002), Henry Ford tinha uma visão de que à medida que os trabalhadores produzissem em massa, eles consumiriam em massa, porém a lógica não se concretizou nesse mesmo raciocínio. Essa postura de Ford colocava de lado as demais dimensões do trabalho, que seriam suas dimensões antropológicas, sociológicas, psíquicas e econômicas, tão necessárias para se pensar o trabalho de forma mais abrangente. Dentro dessa dinâmica desenvolvem-se na Europa os movimentos, também, de massa e a construção de um indivíduo coletivo, evidenciados através do aumento das representações coletivas de interesses, como sindicatos e movimentos sociais. Porém, já nos anos 70 e 80 o movimento sindical europeu começa a apresentar sinais de redução de sua robustez, perdendo parte de sua intensidade de décadas anteriores. No Brasil, os movimentos sindicais têm seu auge nos anos de 1978 e 1988, organizando diferentes formas societárias. Segundo Nunes (2002), isso ocorreu

quando os operários, os empregados provenientes da classe média, os bancários, os funcionários públicos, os empregados de empresas estatais, os setores da área rural - operários agrícolas, bóias frias, sem terra, posseiros - surgiram na cena política com novas demandas e se configuraram novos movimentos sociais (NUNES, 2002).

Entretanto, a partir de 1973 o capitalismo em mais uma de suas “metamorfoses” desencadeia um processo intenso de reestruturação produtiva, onde se sobressai a alteração do padrão taylorista/fordista, já em crise, para o denominado Toyotismo¹⁸ (ou ainda modelo japonês). Conforme Nogueira (2003), a fase toyotista é caracterizada por rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento que são desiguais, tantos entre os setores, entre as regiões geográficas, como entre as relações entre homens e mulheres. Hirata (2000) coloca que a emergência desse novo paradigma da produção deve levar em conta a existência de uma divisão sexual e internacional do trabalho, tendo em vista que a organização do trabalho não se realiza de maneira indistinta entre homens e

¹⁸ Consoante Nunes (2002), “o termo modelo japonês ou Toyotismo tem sido utilizado para designar um conjunto de técnicas de organização da produção industrial, formas de gestão administrativa e relações de trabalho visando o incremento da qualidade e produtividade. Esta nova forma de gestão ganha proeminência com o sucesso da economia japonesa após a Segunda Guerra Mundial”.

mulheres, entre países altamente industrializados ou países considerados subdesenvolvidos. As políticas são diferenciadas de acordo com o sexo: a contratação, a formação profissional e a remuneração são assimétricas.

Segundo a mesma autora a partir de investigações realizadas sobre a tecnologia, a organização do trabalho e as políticas de gestão da mão-de-obra em filiais de empresas multinacionais no Brasil, na França e no Japão, levou-a a constatar que existe uma extrema variabilidade na organização e na gestão da mão-de-obra segundo os sexos e segundo os países.

En lo que concierne a la organización del trabajo, la primera conclusión que se impone es que em los establecimientos de los tres países, el personal afectado era masculino o femenino según el tipo de máquinas, el tipo de trabajo y la organización del trabajo. El trabajo manual y repetitivo era atribuido a las mujeres, el que requería conocimientos técnicos a los hombres. Otra línea en común: en los establecimientos de los tres países los empleadores reconocen voluntariamente cualidades propias a la mano de obra femenina, pero no hay un reconocimiento de estas cualidades en cuanto a las calificaciones. Más allá de esta división del trabajo y de las calificaciones, siempre presentes entre hombres y mujeres, existen diferencias muy significativas en la organización del trabajo¹⁹ (HIRATA, 2000).

No mais, é importante ressaltar que a crise pela qual o capital passou, fez com que ele se reorganizasse, trazendo novos significados para o seu sistema ideológico e político, marcados pela dominação. Como exemplo dessa reorganização do capital temos o advento do neoliberalismo, que tem como características básicas as privatizações do Estado, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a desmontagem do setor produtivo estatal.

O texto que deu origem ao ideário neoliberal foi *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Esse texto critica qualquer limitação do mercado e

¹⁹ “No que concerne à organização do trabalho, a primeira conclusão que se impõe é que nos estabelecimentos dos três países, o pessoal afetado era masculino ou feminino segundo o tipo de máquinas, o tipo de trabalho e a organização do trabalho. O trabalho manual e repetitivo era atribuído às mulheres, e o que requeria conhecimentos técnicos aos homens. Outra linha em comum: nos estabelecimentos dos três países os empregadores reconhecem voluntariamente qualidades próprias à mão-de-obra feminina, porém não tem um reconhecimento destas qualidades enquanto qualificações. Mas além desta divisão do trabalho e das qualificações, sempre presentes entre homens e mulheres, existem diferenças muito significativas na organização do trabalho” (Tradução livre da autora).

das liberdades individuais por parte do Estado. Para Hayek e outros adeptos do neoliberalismo, a crise teria sido provocada porque o Estado propiciou poder excessivo e nefasto aos sindicatos, ao movimento operário de modo geral, corroendo as bases da acumulação capitalista, com suas pressões reivindicativas sobre os salários e para aumento dos gastos sociais (ANDERSON, 1995: 10).

Para o neoliberalismo, *o mercado é o melhor mecanismo dos recursos e da satisfação das necessidades dos indivíduos* (LAURELL, 1995:161). Nessa perspectiva, os neoliberais possuiriam o “remédio” para a crise do *Welfare State*: forte disciplina orçamentária, com contenção nos gastos com bem-estar; restauração da taxa “natural” de desemprego, isto é, criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos; reformas fiscais, com redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas.

Na América Latina, apesar de alguns países terem vivenciado experiências aproximadas do modelo que se denominou *Welfare State*, ou mesmo Estado de bem-estar incompleto, esse sistema viria a sofrer um processo de reorientação dos programas neoliberais, os quais não se preocuparam com o grau de pobreza da população que se tornou cada vez mais alarmante.

No Brasil, o ideário neoliberal foi introduzido pela primeira vez após a eleição de Fernando Collor para presidente da república. De acordo com Oliveira (1995), a ideologia do neoliberalismo encontrou terreno propício para se desenvolver devido à pregação anti-social por que passava o país após longos períodos de ditaduras militares. Entretanto, esse modelo foi aprofundado a partir do ano de 1994, sendo facilmente identificado a partir das medidas adotadas durante o governo do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que subordinou o país aos interesses do capital estrangeiro, em todos os setores da vida social, econômica, cultural e política.

É necessário ressaltar, ainda, que o avanço do neoliberalismo vem associado a um novo padrão de acumulação capitalista, pautado em processos mais flexíveis, onde, a busca incessante pela ampliação das taxas de lucro impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas, novos modelos de gestão da força de trabalho e busca de novas tecnologias.

Consoante Castro (2001), o neoliberalismo tem que ser discutido não apenas como uma forma de organização da economia política, mas também como um tipo de cultura pelo qual se ampliam as desigualdades e sujeições de homens e, principalmente, mulheres no mundo do trabalho. De acordo com Hirata (2001) as novas características apresentadas pela política neoliberal têm inúmeras conseqüências na divisão sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo. Segundo a autora (2001), nos anos 90 a mundialização do capital repercutiu efeitos complexos, além de contraditórios, afetando desigualmente o emprego feminino e o masculino. Houve uma regressão ou mesmo estagnação no emprego masculino. Já o emprego e o trabalho feminino remunerado cresceram. Apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto nos espaços formal quanto informal do mercado de trabalho, ele se traduz majoritariamente, nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina. O papel feminino no mundo do trabalho segue marcado por uma flexibilização mais acentuada, como exemplo tem-se o aumento do número de trabalho em tempo parcial, o qual é realizado majoritariamente por mulheres.

A precarização do trabalho assume também uma dimensão relevante na vida das mulheres, visto que as trabalhadoras são menos protegidas tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais. Segundo Dupas (1999), referente à constituição do setor informal, ele acrescenta que,

para a OIT, a ausência de alternativas de outras oportunidades de emprego mantém os trabalhadores no setor informal. Por outro lado, muitos trabalhadores formais complementam sua renda com atividades no setor informal. Outra possibilidade freqüente é a de que um membro da família trabalhe no setor formal enquanto os outros permaneçam no setor informal. As mulheres representam uma fração majoritária no setor informal, devido à flexibilidade desse setor e à ausência de oportunidades nas atividades formais da economia (DUPAS, 1999).

Portanto, tanto no plano internacional como no nacional, a crise estrutural do capitalismo e, em particular, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista e fordista, bem como a reestruturação produtiva do capital e o advento do neoliberalismo, trouxeram mudanças significativas para o mundo do trabalho. Tais

mudanças levaram a um duplo e paradoxal movimento nos processos de trabalho: por um lado, uma inserção dos sujeitos no ato de trabalhar, através, sobretudo, do surgimento de políticas públicas de emprego e renda para contornar a crise, mas por outro lado, como veremos a seguir, presenciamos um crescimento da precarização e da informalidade do trabalho, acompanhado também pelo contínuo fluxo de desemprego.

3.2 Desemprego, precarização e desregulamentação do trabalho: uma cartografia das desigualdades sociais.

A precarização das condições de trabalho e, principalmente, o desemprego crescente que vem ocorrendo em nível mundial ensejam a busca por novos mecanismos de sobrevivência. Então, quanto à questão do emprego, observamos progressiva deterioração. Vemos no topo da pirâmide o emprego nobre no setor formal, com salários relativamente elevados e normas de trabalho relativamente respeitadas, mas envolvendo um segmento minoritário da população, tanto em volume como em termos de distribuição por países; essa modalidade de emprego não predomina no Brasil (caracterizado hoje pelos tipos de ocupação precária), chegando a ser rara uma colocação nela. Mais abaixo, temos o conjunto de atividades terceirizadas mais ou menos instáveis, onde a precariedade leva a uma grande insegurança e produz um volume elevado de pequenas e médias empresas, de elevadíssima taxa de mortalidade. Segundo Dowbor (2001), em torno deste espaço formal desenvolve-se amplo sistema de economia informal, que hoje ocupa freqüentemente um terço da totalidade de mão-de-obra e onde os níveis salariais, respeito a normas de trabalho e preservação ambiental são cada vez mais baixos.

Segundo relatório do Banco Mundial (2001) sobre o combate à pobreza no Brasil, uma grande parcela dos pobres são trabalhadores no setor informal (22% são empregados informais e 37% são autônomos) ou então são inativos (15%). Apenas 15% dos pobres trabalham no setor formal (privado ou público) e 5% são

desempregados. Isso significa que políticas sociais ligadas ao emprego formal ou ao desemprego têm um impacto limitado sobre os pobres.

Conforme o estudo “Empregos no Brasil – Prioridades de Políticas” do Banco Mundial (2002), no nosso país o setor informal cresceu cerca de 34% da força de trabalho em 1990 para mais de sua metade. Ainda segundo esse estudo,

quatro de cada cinco dos 17 milhões de trabalhadores autônomos do Brasil dizem que preferem seu emprego informal a um emprego no setor formal, mas 27 milhões de trabalhadores informais, que compõem 28% da força de trabalho, prefeririam trabalhar no setor formal. Os dois grupos não contribuem para a previdência social, têm pouco ou nenhum acesso a programas de apoio à renda e ao seguro-desemprego e enfrentam um grau de incerteza muito mais alto quanto à sua renda futura (BANCO MUNDIAL, 2002).

As conseqüências desse processo no plano social são catastróficas. Os trabalhadores - homens e mulheres - são expulsos do mercado de trabalho formal, com boa parte deles engrossando as fileiras do trabalho informal e precarizado; há os que ingressam no mercado à procura do primeiro emprego e, outrossim, aqueles que desistem de procurar emprego, passando a compor a população não economicamente ativa (PNEA) ou assumir atividades ilícitas. Além disso, contribui para o agravamento do quadro a concentração de renda no plano internacional, entre países ricos e pobres, e no plano nacional, dentro dos países em desenvolvimento, ocasionando a maioria de população privada de recursos mínimos para escapar da pobreza. A ampliação da exclusão econômica e social origina por sua vez nova dinâmica de emprego, trabalho informal e ilegal, obrigando-nos a repensar os nossos conceitos tradicionais de emprego, com horário, carteira, direitos e também, porque não, um futuro previsível.

O problema do desemprego atinge, no Brasil, hoje, mais de 20 milhões de pessoas, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006). É importante notar a precariedade das metodologias de acompanhamento desta realidade. Na visão do IBGE, quem não está procurando emprego na semana da pesquisa não está desempregado, faz parte dos inativos, porém, na visão do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE, que inclui nos desempregados os que não

estão procurando emprego porque cansaram de procurar – desemprego por desalento – os desempregados representam algo em torno de 18% da população economicamente ativa.

Para efeito de análise, podemos utilizar as seguintes estatísticas para o Brasil: temos, conforme dados da PNAD do IBGE (2006), mais de 180 milhões de habitantes, dos quais 107 milhões estão situados na idade de trabalho, entre 16 e 64 anos; subtraindo os que não trabalham por opção, chegamos aos 79 milhões considerados população economicamente ativa- PEA. Se levarmos em conta os que formalmente se declaram desempregados, chegamos a cerca de 72 milhões de trabalhadores que constituem a "população ocupada". Essa classificação nos permite apresentar porcentagens razoáveis, em termos internacionais, de um desemprego da ordem de 8% da PEA, ou pouco mais.

Na realidade, o desemprego real existente teria de levar em conta, além dos desempregados, as pessoas que são consideradas pelas estatísticas dos órgãos de aferição do desemprego como dispostas a trabalhar caso houvesse possibilidade de acesso às oportunidades ou aos salários mais compensadores. Atualmente, segundo o IBGE (2005), ainda se convive com 93,4% de mulheres que se vêem presas exclusivamente ao trabalho doméstico por ausência de políticas sociais de apoio e o gigantesco subemprego de que se valem os vendedores de rua, guardadores de carro e outros trabalhadores de baixíssima produtividade, por inserção precária no mercado de trabalho, por falta de formação elementar para serem produtivos ou, simplesmente, por fome. Não há dúvida de que estamos ante uma grande subutilização da maior fonte de recursos de que dispõe o País - a sua mão-de-obra.

As simples porcentagens de desemprego, que avaliam os que estavam efetivamente procurando trabalho, constitui metodologias inadequadas para o chamado "Terceiro Mundo", como abordamos anteriormente. Constituem-nas também os mais de 191 milhões de desempregados e subempregados, herança estrutural sempre reproduzida, e acrescenta-se ainda cerca de dois milhões de pessoas suplementares que chegam anualmente ao mercado de trabalho por simples pressão demográfica (SOMAVIA, 2005).

A população pobre do País, expulsa ontem do campo e hoje excluída do emprego urbano, produz a situação explosiva que se encontra em qualquer município.

Hoje, mais da metade da população já reside em cidades. O Brasil tinha dois terços de população rural nos anos 1950, hoje tem 80% de população urbana. Em termos institucionais, as decisões continuam centralizadas nas capitais, como no tempo em que o interior do País consistia em populações rurais dispersas e desarticuladas. Em termos de emprego, a mesma dinâmica que expulsou a mão-de-obra para as cidades, originando as imensas periferias caóticas e miseráveis, hoje reduz a própria base urbana de emprego. O pequeno avanço que conseguimos com a Constituição de 1988, em termos de descentralização, ainda não foi capaz de criar as instituições que nos permitirão uma gestão local integrada e sustentável, base da alocação racional e equilibrada dos recursos humanos.

O diretor geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o chileno Juan Somavía, informou, no dia 25/01/2005, em entrevista à agência EFE, em Buenos Aires, que o desemprego na América Latina cresceu de 6% em 1980 para 10,5% em 2004. Somavía (2005) apresentou esse dado com base no relatório da Comissão Mundial sobre Discriminação Social da Globalização, intitulado "Por uma globalização justa que encontre oportunidades para todos", na sede da Chancelaria Argentina, ao lado do Ministro do Trabalho, Carlos Tomada, e do Secretário de Relações Exteriores, Jorge Taiana, neste ano. Conforme Somavía, o relatório da OIT se baseia no conceito de "trabalho decente"²⁰ como eixo do crescimento.

Segundo Somavía (2005), o relatório da OIT ressalta que entre 1980 e 2004 o poder aquisitivo dos salários mínimos na América Latina foi reduzido em 22% e desde 1990 seis de cada dez novos trabalhadores estão no setor informal. A cobertura da previdência social caiu de 67% do total dos assalariados em 1990 para 64% em 2003, acrescentou Somavía. O diretor da OIT também advertiu que em todos esses indicadores as mulheres se encontram numa situação pior que a dos homens e que as taxas de desemprego entre os jovens são duas a três vezes superiores às da média nacional. Além disso, 76% dos entrevistados em 18 países da América Latina têm medo de perder o emprego no curso do ano seguinte. Esses indicadores dão conta da média da região, já que as porcentagens variam de país a país (SOMAVÍA, 2005)

²⁰ O conceito de "trabalho decente", segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), está ancorado em quatro pilares: criação de empregos dignos, respeito dos direitos trabalhistas fundamentais, níveis de proteção social adequados e formas necessárias de diálogo social para resolver os eventuais conflitos.

Assistimos, assim, a um processo articulado de transformação do emprego nas últimas décadas. Por um lado, aumenta o emprego nas empresas transnacionais, por outro lado, como os países em desenvolvimento recebem uma parcela muito pequena deste emprego, mas recebem toda carga dos produtos que hoje circulam no mercado mundial, gera-se um efeito de desemprego muito amplo, e conseqüentemente, pressão para a queda de salários e recuo no respeito às normas de trabalho.

Esta evolução leva por sua vez ao surgimento de um conjunto de políticas de estímulo à geração de empregos, tanto nos países do centro capitalista, como nos países em desenvolvimento, as quais segmentam e desarticulam o universo do trabalho.

Convergem assim a problemática do emprego e desemprego em um conjunto de fatores de transformação social. A urbanização torna o emprego mais vital, pois enquanto no campo a terra é simultaneamente um emprego e a base espacial da vida, permitindo uma razoável atividade de subsistência, na cidade uma família sem os rendimentos provenientes do trabalho é imediatamente desprovida das condições necessárias para a garantia de suas necessidades básicas, sobretudo no terceiro mundo onde as "redes" de segurança são simbólicas.

A transformação das bases produtivas da reprodução social levou à formação de gigantescos bolsões de empregos "não viáveis", na expressão do Banco Mundial, sobretudo numa economia globalizada (BANCO MUNDIAL, 2002). A dinâmica tecnológica está simplesmente colocando fora do mercado grandes áreas, como por exemplo, o emprego em agências bancárias. Finalmente, é importante lembrar que hoje uma pessoa que não está vinculada a um emprego simplesmente perde importância, na medida em que a urbanização liquidou em boa parte as estruturas comunitárias tradicionais e as redes familiares de solidariedade (CASTEL, 1998).

O Banco Mundial concluiu o seu relatório sobre o emprego no mundo (2002) afirmando que

as alternativas não são tão *laissez-faire* ou de intervenção governamental; trata-se de definir ações públicas efetivas capazes de dar suporte ao funcionamento eficiente do mercado, encorajar o investimento produtivo e responder às necessidades particulares de trabalhadores que são

discriminados ou colocados em situação de desvantagem [...] Para que uma estratégia baseada em mercado de trabalho possa ter sucesso, os governos têm de estabelecer políticas de trabalho para lidar com os direitos básicos do trabalhador, a discriminação e a desigualdade, a segurança de acesso à renda e o próprio papel do governo como empregador (WORLD BANK - WORLD DEVELOPMENT REPORT, 2002).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) segue uma visão semelhante: para aumentar o número de postos de trabalho produtivos no setor moderno é indispensável uma boa adaptação à mundialização, mas isto não basta. Em muitos países em desenvolvimento, a maior parte da população ativa segue trabalhando nos setores rural e urbano que são mal estruturados, com pouca produtividade. O subemprego é endêmico, e nestes países os pobres estão concentrados nestes setores. Procede, pois, que a política de desenvolvimento não os deixe em segundo plano e que nos programas públicos se dê prioridade às medidas destinadas a atenuar o subemprego e a pobreza.

Enfim, Pochmann (2000, p. 119) ressalta que o elemento-chave de determinação da política do emprego no Brasil, políticas essas que se caracterizam como compensatórias, no período de 1990-97, consiste em emprego desassociado da estratégia de crescimento econômico, com crescentes diferenças regionais, maior heterogeneidade do mercado de trabalho e dependente das políticas isoladas de emprego (educação profissional, redução e flexibilização do custo do trabalho, débil intermediação da mão-de-obra, seguro-desemprego parcial, medidas de concessão de crédito para microempresas e autônomos).

Ademais, essa tendência que se segue, marcada pela transformação e, conseqüente, desestabilização dos mercados de trabalho vem acompanhada pelo fenômeno da feminização do mundo do trabalho. As mulheres estão ocupando cada vez mais os postos de trabalho, a despeito deste estar precarizado, e representam 52% da população ocupada do país, segundo dados do IBGE (2006). Ainda possuem salários entre 30% e 40% inferiores aos dos homens, carregando consigo a persistência da segmentação e da remuneração diferenciada entre homens e mulheres.

3.3 A feminização do mundo trabalho: outras marcas da precarização

Muitas são as transformações no perfil e no mundo do emprego no momento em que se desloca do setor secundário, tradicional reduto masculino, para o terciário (serviços), surgindo assim um novo horizonte para a inserção e participação da mulher nos programas de qualificação e engajamento na força de trabalho. Os papéis sociais e econômicos começam a sofrer uma transformação e as mulheres passam a assumir uma nova postura diante da sociedade, crescendo a participação destas como chefes de família.

De acordo com Bruschini (2000), referente ao trabalho da mulher brasileira no período de 1985 a 1995,

Com um acréscimo de cerca de 12 milhões e uma ampliação da ordem de 63%, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da População Economicamente Ativa - PEA nos dez anos examinados. Enquanto as taxas de atividade masculina mantiveram patamares semelhantes, as das mulheres ampliaram-se significativamente de 85% a 90% e mais ainda nos anos seguintes (BRUSCHINI, 2000, p. 14).

No entanto, segundo a autora (2000), a constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, assim como as características do grupo familiar, como o ciclo de vida e a estrutura familiar. São fatores como esses que impedem a entrada, em maior grau de expressão, das mulheres no mercado de trabalho; fatores que dificultam a participação feminina, mas não a masculina.

É nesse sentido que essas questões fazem com que o trabalho das mulheres no mercado de trabalho assalariado seja mais sensível quanto a sua participação na força de trabalho ativa, fazendo com que esse segmento tenha como “opção” migrar para o mercado de trabalho informal. O que se verifica é que a precarização e a

desregulamentação da força de trabalho das mulheres, quanto a salários – os quais são menores do que aqueles auferidos pelo trabalho masculino –, a flexibilização dos direitos, ainda com condições de trabalho precárias, são questões centrais. Recentemente, as mulheres têm sido absorvidas no mercado de trabalho, principalmente no setor de serviços e através de contratos por tempo determinado, com jornada de trabalho parcial, atividades por conta própria e trabalho em domicílio, estratégias do novo modelo de organização do trabalho pelo capital com o objetivo de reduzir os custos das empresas e os encargos contratuais de proteção social. Estas condições se constituem nos novos espaços de confinamento da força de trabalho que atinge não só os homens, mas principalmente as mulheres.

Essas questões fazem parte das novas estratégias encontradas pelo capital no âmbito da produção moderna que provocou a feminização do mercado de trabalho, ou seja, a volta do trabalho a domicílio, realizado no âmbito da família, a terceirização de serviços, dentre outros fatores, precarizando ainda mais a força de trabalho feminina, tornando a categoria gênero imprescindível para a compreensão das mudanças neste cenário. Mudanças, essas, associadas às transformações do capitalismo, decorrentes dos processos de globalização da economia e da reestruturação produtiva, advindos da organização pós-fordista da produção. O que se percebe é que

[...] o caráter excludente desta feminização do mercado de trabalho se expressa no seu confinamento em ocupações de menor prestígio social, na alta instabilidade, nas reduzidas chances de mobilidade, na desigualdade de oportunidade para homens e mulheres e nas assimetrias salariais entre eles, assim como na desvalorização das atividades qualificadas como femininas e nas desigualdades de acesso aos postos considerados masculinos (ARAÚJO, 2001/2002, p. 136).

De acordo com Yannoulas (2002), o fenômeno de inserção diferencial de homens e mulheres nos mercados de trabalho, denominado segmentação ou segregação dos mercados de trabalho baseado em gênero, reporta-se à concentração de oportunidades de trabalho para mulheres em setores de atividade específicos e num número reduzido de ocupações dentro da estrutura produtiva. Dessa forma, os trabalhos em tempo parcial, ocasionais ou sazonais são mais

freqüentes entres as mulheres, respondendo à necessidade de harmonizar o desempenho doméstico e profissional.

Assim, é preciso destacar que as políticas macroeconômicas e nacionais, as quais levam em conta as questões de gênero quando da sua formulação e implementação, mantêm as mulheres concentradas no setor informal, sem proteções para o trabalho ou segurança e nos trabalhos com menor remuneração e mais perigosos na economia formal, ao mesmo tempo em que tornam invisível o trabalho doméstico. As mulheres ainda ganham menos que os homens realizando o mesmo trabalho e continuam drasticamente sub-representadas nas tomadas de decisão.

Segundo o Sistema Nacional de Informações de Gênero – SNIG²¹ (2006), a partir de dados do IBGE, em 2000, a população de Fortaleza era composta de 1.139.166 mulheres e 1.022.236 de homens, correspondendo a um total de 2.141.402 habitantes no município. Hoje, segundo dados da contagem da população realizado em 2007 pelo IBGE (2007) esses valores correspondem a uma população de 2.431.415 na cidade de Fortaleza, **permanecendo o número de mulheres superior ao de homens**. Essa desigualdade numérica entre homens e mulheres redefine os mecanismos de reprodução sexual, seleciona os espaços de trabalho e induz novos paradigmas de arranjos familiares. Como nos mostram dados dessa mesma fonte, em 2000, onde do percentual de famílias residentes em Fortaleza, 35,2% são chefiadas somente por mulheres. Ao passo que representam no município uma taxa elevada de mulheres chefes de família, acrescenta-se a isso as dificuldades que elas enfrentam sendo as responsáveis pelas atividades domésticas, cuidado com os (as) filhos (as) e demais familiares – sobrecarga de trabalho e muitas vezes até uma tripla jornada de trabalho.

Na estrutura produtiva, a questão de gênero está retratada na maneira como as relações de trabalho no mundo diferenciam as pessoas por sexo. Segundo a Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará – IPLANCE, em 2000, pode-se afirmar que as mudanças na divisão social e sexual do trabalho geradas a partir

²¹ O Sistema Nacional de Informações de Gênero – SNIG refere-se a um banco de dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal, que contém informações estatísticas sobre as expressões da questão de gênero no Brasil, elaborado pelo IBGE, a partir dos Censos de 1991 e 2000.

da urbanização e do processo de modernização / industrialização nacional explicam a abertura, para as mulheres, de espaços de prerrogativa masculina. Enquanto a participação do gênero feminino na População Economicamente Ativa (PEA), no Ceará, passou de 34,6%, em 1990, para 40,7%, em 1999, a do gênero masculino caiu de 65,4% para 59,3%, no mesmo período.

Consoante dados do SNIG (2006), a população de mulheres economicamente ativa, em Fortaleza, passou de 202.325, em 1991, para 308.603 mulheres, em 2000, já a participação dos homens passou de 296.680, em 1991, para 384.926 homens, em 2000, totalizando 499.005 pessoas economicamente ativas, em 1991, e 693.527, em 2000. Assim, a situação da mulher na ocupação da força de trabalho mostra que ela está mudando, mas ainda se encontra pouco empregada em relação ao seu contingente.

Pelos dados do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT (2004), metade da população de Fortaleza (50,88%) trabalha sem carteira assinada. Do universo de 805.043 pessoas ocupadas em Fortaleza, 419.105 estão no setor informal. Segundo Sales (2003) desse total, 230.323 são pessoas que trabalham por conta própria; 13.605 são trabalhadores familiares sem remuneração; e 120.130 são empregados particulares sem carteira assinada.

No setor informal, a presença feminina sempre foi expressiva e permanece em expansão. Robson Veras, coordenador do programa Ceará Empreendedor, coloca que as mulheres estão à frente dos negócios informais, respondendo por 60% das transações. No caso específico de Fortaleza, 80% dos negócios estão concentrados nas áreas de comércio e serviço (SALES, 2003).

As práticas discriminatórias sofridas pelas mulheres estão evidenciadas na remuneração menor pela realização de atividades similares, se comparada à dos homens. Além disso, nota-se uma crescente precarização do emprego, especialmente do feminino. Segundo dados do jornal O Povo (2006), a ocupação informal vem crescendo a cada dia em Fortaleza. Entre as mulheres, o índice de ocupação foi de 34,21% em janeiro de 2005, saltando para 36,42% em janeiro de 2006. É neste tipo de ocupação que as mulheres de Fortaleza estão encontrando possibilidades de inserção maiores, no entanto, ficam excluídas do conjunto de

benefícios assegurados pela legislação trabalhista, da categoria profissional e, portanto, da representação sindical.

Por outro lado, no município de Fortaleza, as mulheres economicamente ativas ultrapassaram o quantitativo de homens economicamente ativos em anos de escolaridade (8 anos de escolaridade, em média, entre as mulheres e 7, em média entre os homens), porém, elas recebem, ainda, salários menores, como vimos anteriormente. Isto significa que os avanços das mulheres com relação à escolaridade não têm sido suficientes para modificar, de forma substancial, as desigualdades socioeconômicas e de gênero.

Entre os motivos que levam o sexo feminino a pressionar o mercado de trabalho se dão, sobretudo, pelos seguintes fatores: primeiro, a necessidade de trabalhar para garantir sua sobrevivência e a dos seus familiares, ocupando a mulher as funções de chefe de família; a segunda, para complementar a renda familiar; e a terceira, para a sua própria emancipação (NUNES, 2002). Frente a esses fatos, acredita-se na tendência de aumento de procura por uma ocupação por parte dessas mulheres. Ainda segundo a mesma fonte, das ocupações procuradas, pelas mulheres, as que mais registraram crescimento foram as seguintes categorias: empregada doméstica, trabalhadora autônoma e empregadora. Dessas três, devem-se destacar a categoria trabalhadora autônoma, com uma expressiva pontuação na distribuição.

A inserção das mulheres no mercado possui não só diferenças em relação aos homens como também demonstra situações diferenciadas ao longo da vida laborativa delas: da inatividade para a atividade, do desemprego para a ocupação, quase sempre como assalariada sem carteira assinada, doméstica ou autônoma.

Diante do crescimento do setor informal da economia, os governos têm adotado políticas públicas de geração de emprego e renda, capacitando e subsidiando pequenos negócios ao mesmo tempo em que programam a formalização destas e de novas empresas. As políticas públicas e programas de geração de emprego e renda surgem visando minimizar a situação de pobreza e exclusão social em que está inserida grande massa de trabalhadores. Lima e Araújo (2001) acreditam que:

(...) é preciso considerar que, mesmo supondo-se maximização da eficiência e da eficácia do sistema de políticas públicas de emprego, não se pode atribuir a essas políticas a plenitude da tarefa de gerar empregos adicionais na dimensão necessária para compensar a falta de dinamismo econômico do país. Neste contexto, os objetivos de focalização dos programas, de integração entre políticas e de estratégias de médio prazo (...) necessitam ser buscados de forma mais consciente. Para isso, o efetivo controle social da execução desses programas é a peça que está por ser construída (LIMA E ARAÚJO, 2001:389).

Diante de tais fatos e de acordo com o embasamento teórico, intentou-se investigar as principais relações de gênero que se entrecruzam nas atividades desenvolvidas por mulheres e homens inseridos em programas de geração de emprego e renda, mais especificamente, em políticas públicas como o microcrédito.

3.4 Articulando gênero, políticas públicas e trabalho: caminhos-chaves para entender as questões

A abordagem sobre as relações de gênero no mercado informal em Fortaleza teve como propósito um desvelamento desta problemática nas suas múltiplas relações, no sentido de superar visões e análises parciais ou fragmentadas da realidade. Portanto, fez-se uma análise qualitativa, objetivando encontrar o significado das questões propostas. Para tal análise, elegemos categorias básicas: gênero, feminização do trabalho, políticas públicas de geração de emprego e renda e microcrédito.

Estas categorias foram analisadas no seu aspecto relacional entendendo que estão inseridas numa compreensão lógica que compõem um quadro teórico.

A mulher como força de trabalho surge, num processo contraditório de mudanças ocorridas no país, nas estruturas produtivas, nas formas de organização do trabalho e nas relações de trabalho (entre classes e entre sexos) que conduziram a sociedade brasileira à configuração predominantemente industrial.

Por força de trabalho compreende-se a capacidade física e mental posta no mercado de trabalho para a venda. Pode ser compreendida também como:

o conjunto de trabalhadores de todas as categorias e profissões, em atividade ou não, disponíveis em certa região, indústria ou empresa [...] A força de trabalho de toda uma economia é usualmente denominada população ativa, embora essa expressão inclua comumente pessoas que não estão em atividade na época da computação (NETTO, 1986).

Durante muito tempo acreditou-se que a mulher não tinha esta força de trabalho; usou-se a "fragilidade física da mulher" como argumento contra a profissionalização desta. As explicações dadas para justificar a divisão desigual do trabalho são as mais diversas. Durante muito tempo a causa dessa divisão foi a força física; tal argumentação dizia que a divisão sexual do trabalho tem a ver com as diferenças biológicas relacionadas à força física dos homens superior à da mulher. Com o desenvolvimento da tecnologia foi-se criando equipamentos e máquinas que em grande parte substituem a necessidade de uso da força física. Mesmo assim se continuou utilizando normas baseadas na divisão sexual do trabalho para explicar as diferenças sexuais entre mulheres e homens.

Encontra-se a feminização do trabalho quando nas trajetórias profissionais se articulam diferentemente as qualificações destinadas a homens e mulheres e quando esta qualificação associa-se às funções femininas advindas da divisão sexual do trabalho.

De acordo com Danièle Kergoat (1986, p. 19),

As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são duas proposições indissociáveis que formam o sistema. A reflexão em termos de relações sociais de sexo é, ao mesmo tempo, anterior e posterior à reflexão em termos de divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 1986).

É anterior porque foi uma conquista do movimento feminista, por outro lado, é posterior, pois veio com a necessidade de mostrar que os papéis sociais de homens e mulheres não são resultados de um destino biológico, mas que eles são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material. Essa perspectiva da problemática também é tratada pela citada autora (1986) quando a mesma coloca a questão de ser atribuído às mulheres cargos inferiores aos dos homens, não em

razão da baixa qualificação daquelas, mas isso se dá em razão da formação das mulheres ao longo do contexto histórico ter acontecido no espaço doméstico (privado). Para Kergoat (1986), se a má qualificação fosse motivo para desmerecimento do trabalho feminino, bastaria que as mulheres obtivessem um treinamento mais especializado no fazer profissional e então seria garantida a entrada delas no mercado que é ocupado com maior "prestígio" pelos homens.

Em suma, a definição de Kergoat (1986) a respeito das relações sociais de sexo se baseia em alguns pontos:

1. Em uma ruptura radical com as explicações biologizantes das diferenças entre as práticas sociais masculinas e femininas;
2. Em uma ruptura radical com os modelos supostos universais;
3. Nas afirmações de que tais diferenças são construídas socialmente e que esta construção social tem uma base material (e não apenas ideológica);
4. Que elas são, portanto, passíveis de ser apreendidas historicamente;
5. Na afirmação de que estas relações sociais repousam em princípio e antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos;
6. De que se trata, evidentemente, de uma relação de poder (KERGOAT, 1986).

Kartchevsky (1986, p. 09) complementa dizendo que a "*(...) divisão social do trabalho em termos de relações de classes e entre os sexos permite aplicar, concretamente, uma conceptualização ampla do trabalho compreendido como atividade profissional e atividade desenvolvida na esfera doméstica*".

Entre os critérios utilizados para justificar a valorização ou desvalorização do trabalho, o sexo foi um dos mais utilizados nessa nossa sociedade. Segundo Araújo (2002), passou-se, então, a considerar a divisão sexual do trabalho como um dos critérios para atribuir valor, ou seja: alguns trabalhos foram considerados femininos e outros masculinos.

"A partir da apropriação da esfera tecnológica pelos homens há uma construção social do feminino como incompetente tecnicamente. A segregação tecnológica dos homens e das mulheres se reproduz cada vez mais no tempo" (HIRATA, 2002). A emergência de uma divisão do trabalho, ou seja, divisão acentuada de papéis, tarefas e espaços acabaram numa segregação sexual mais intensa.

Torna-se importante afirmar a centralidade do trabalho nos dias atuais, e também este enquanto direito inalienável, pois é imprescindível para compreender o nosso objeto de estudo. Mesmo porque isso ocorre à medida que "*é apregoado para as massas desempregadas cotidianamente, que a saída para o desemprego é o trabalho informal, a criação do próprio negócio, em outras palavras, a saída é a desregulamentação do mercado de trabalho*" (COSTA, 2001).

Outra categoria fundamental para essa investigação são as Políticas Públicas. Segundo Bucci (2004), as políticas públicas funcionam como:

(...) instrumento de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses. Segundo uma definição estipulativa: toda política pública é um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular. Os elementos das políticas públicas são o fim da ação governamental, as metas nas quais se desdobra esse fim, os meios alocados para a realização das metas e, finalmente, os processos de sua realização (BUCCI, 2004).

Quando se adota gênero como categoria analítica, busca-se uma análise da relação entre os sexos, apoiada nos conteúdos culturais e sociais construídos historicamente, abrangendo dessa forma, significações mais amplas nesse campo da pesquisa, pois a referida categoria alarga os limites dos estudos, não em uma perspectiva meramente biológica (sexo) ou estrutura de classes sociais, mas em uma perspectiva que constrói uma relação social e simbólica (KERGOAT, 1987 & SCOTT, 1990). Daí é que se pode verificar a abertura para novas questões como as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho, bem como uma ênfase na subjetividade, na identidade e nas desigualdades e diferenças entre homens e mulheres.

No entanto, as mulheres enquanto força de trabalho são mantidas freqüentemente em desvantagem no mercado de trabalho, em razão de sua participação ser marcada por evidentes traços de segmentação. Diferenciação que destina para mulheres e homens posições diversificadas nos setores de trabalho, desenvolvendo distintos tipos de tarefas com diferentes estruturas salariais. Esta prática tem sido regra nas economias capitalistas. Segundo Leite (1997), isso significa que as forças do mercado não estão livres de fatores socialmente

determinados e requerem mecanismos e legislação específicos para a criação de oportunidades mais eqüitativas.

Além de categoria analítica, o uso do conceito de gênero pretende transformar politicamente a perspectiva dos olhares sobre a temática da relação entre os sexos. "*Identidade de gênero não significa identidade feminina, mas um registro social novo dado pela inscrição de categorias sociais como gênero*" (CASTRO E LAVINAS, 1992). Gênero vem enfatizar, também, o caráter mutável das relações entre os sexos, pondo em destaque as heranças culturais e institucionais, implicando, portanto, em reciprocidades tanto quanto antagonismos (LOBO, 1992).

Gênero é relacional como categoria analítica ou como processo social, pois capta a trama das relações sociais e as transformações por ela sofridas. Portanto, não se pode traçar o gênero até uma origem definível, porque ele próprio é uma atividade criadora ocorrendo incessantemente (SAFFIOTI, 1992).

Beechey (1994) afirma a importância de levarmos em consideração a categoria de gênero e suas relações com a forma em que se organiza o mundo do trabalho. Para a autora existem motivos sólidos para podermos pensar que este tema tem importantes papéis na definição dos postos de trabalho feminino e também masculinos. As análises de gênero hoje já encontram bons estudos empíricos que são capazes, também, de fornecer elementos teóricos para a abordagem desta categoria.

Desse modo, Beechey (1994), enuncia que,

La categoría de género se utiliza a menudo para designar las diferencias entre mujeres y hombres, indicando que no son de origen biológico, sino construcciones sociales, y también para destacar las limitaciones de un análisis económico, pero la categoría raras veces aparece integrada dentro de una teoría bien elaborada²² (BEECHEY, 1994).

²² "A categoria de gênero é utilizada, freqüentemente, para designar as diferenças entre mulheres e homens, indicando que não são de origem biológica, mas construções sociais, e também para destacar as limitações de uma análise econômica, porém raras vezes a categoria aparece integrada dentro de uma teoria bem elaborada" (Tradução livre da autora).

A importância de entender gênero enquanto categoria relacional reside no fato de que somente ao passo que considerarmos todos os temas que circunscrevem as teorias de gênero poderemos elaborar estudos coerentes e adequados. No nosso caso, coloca-se como questão central estabelecermos o diálogo entre as teorias de gênero, procurando compreender de que forma o trabalho contribui para manter as desigualdades entre mulheres e homens.

Muitos estudos em torno da teorização de gênero e suas relações com o mundo do trabalho têm-se embasado em casos concretos internacionalmente. Autoras como Cynthia Cockburn (na Inglaterra), Anne Game e Rosemary Pringle (na Austrália) tem desenvolvido análises de gênero baseadas em estudos concretos em indústrias situadas em seus países. De acordo com Beechey (1994), estas autoras consideram que,

Género constituye una categoría relacional, en el sentido de que remite a las relaciones entre hombres y mujeres, y es asimétrico, dada la diferente conexión de mujeres y hombres con el género. Ambos estudios destacan la importancia de los aspectos culturales de las relaciones de género y en ambos casos demuestran que el género forma parte de la experiencia personal vivida en el lugar de trabajo e interviene en la construcción de las subjetividades²³ (BEECHEY, 1994).

Para Scott (1990), a categoria gênero compreende um termo polissêmico, sendo uma categoria multifacetada, evocando representações múltiplas e muitas vezes contraditórias. Scott (1990) expõe que as feministas americanas começaram a usar esta expressão para designar a organização social da relação entre os sexos, com a intenção de enfatizar a recusa ao determinismo biológico, presente na utilização da expressão sexo ou diferença sexual, e de realçar a construção social das diferenças, bem como, o caráter relacional do conceito que se gestava.

Segundo a autora referida acima, é preciso que estejamos atentos para o perigo de caracterizarmos gênero como sinônimo de estudo de mulheres. Em diversas situações, nos anos 80, a categoria foi utilizada com esse propósito, mas o

²³ “Gênero constitui uma categoria relacional, no sentido que remete às relações entre homens e mulheres, e é assimétrico, dada a diferente conexão de mulheres e homens com o gênero. Ambos os estudos destacam a importância dos aspectos culturais das relações de gênero e em ambos os casos demonstram que o gênero forma parte da experiência pessoal vivida no lugar de trabalho e intervém na construção das subjetividades” (Tradução livre da autora).

que se busca agora é o reconhecimento de um novo campo de pesquisas, mais científico. Scott nos diz, ainda, que os estudos sobre gênero contribuem não apenas para se re-escrever uma história das relações entre os sexos, mas, sobretudo, coloca novas bases para a elaboração da abordagem histórica de outras áreas temáticas.

Portanto, gênero configura-se como uma proposta de renovação cultural, dentro das relações sociais que engendram essa perspectiva extremamente dialética, posto que se caracteriza fundamentalmente pelo histórico que lhe é peculiar. Dessa forma, o saber aqui pesquisado será um conceito operacional, cujo conteúdo permitirá apreender e explicar o saber engendrado na prática dos investigados.

Assim, como forma de investigar as políticas públicas nacionais de geração de emprego e renda realizou-se um estudo com um grupo de mulheres e um grupo de homens, trabalhadores autônomos, que estiveram inseridos em programas de geração de emprego e renda, mais especificamente programas de concessão de microcrédito, financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil e pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Finalmente, o capítulo que se segue exemplifica a análise da política de microcrédito enquanto uma política pública de geração de emprego e renda no Brasil e suas articulações com as relações de gênero no mercado informal em Fortaleza. Apresentam-se, adiante, os dados empíricos da pesquisa realizada junto aos interlocutores, buscando os elementos para um desvendamento do processo que faz as mulheres se tornarem as principais tomadoras de microcrédito em Fortaleza.

4. “Elas e eles estão em toda parte”: um olhar analítico acerca dos programas de microcrédito - as falas de mulheres e homens participantes

4.1 Como “descobri” os programas de microcrédito? : perfis e trajetórias de vida dos participantes do Programa Agência Cidadã de Crédito – PAC e do Programa Crediamigo

Objetivando uma análise das trajetórias e vivências de mulheres e homens que são participantes dos programas de microcrédito da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PAC) e do Banco do Nordeste (Crediamigo²⁴), buscamos, a partir do instrumental utilizado²⁵ (ver em anexo), reunir dados acerca dos perfis sócioeconômicos dos (as) 6 (seis) beneficiários(as) dos programas citados que foram eleitos para integrar a investigação. Essas informações discorrem sobre a religiosidade, escolaridade, faixa etária, número de componentes na família, renda, além de termos tomado conhecimento de como elas e eles tinham conhecido o programa de concessão de microcrédito em que estavam inseridos(as). Ou seja, será apresentado, também, como se deu o envolvimento com programas de crédito e quais as experiências/ conseqüências que os mesmos trouxeram para suas vidas.

a) Entrevistada 1 – “... Aí eu fui ver o que era isso!”

A primeira entrevistada dessa investigação tem 41 anos, é casada, sua religião é a católica, possui o ensino fundamental completo e mora no bairro da Parangaba, juntamente com seus 3 (três) filhos e seu marido. A renda média familiar mensal é de R\$ 900,00, quando agrupada as duas rendas da casa, isto é, do esposo e a da entrevistada. A renda média mensal dela totaliza R\$ 300,00 (trezentos reais) e, portanto, não é a principal da família. Ela trabalha com o ramo de confecção (fabricação de calcinhas, cuecas e pijamas infantis). Com referência ao modo como ela tomou conhecimento do programa de microcrédito, assinala:

O primeiro programa que eu procurei foi o CrediAmigo, esse foi o primeiro.

Aí eu fui até a Regional IV para solocitar esse crédito. Eu tomei

²⁴ O Programa Crediamigo realizou durante essa gestão municipal (2005-2008) uma parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento – SDE de Fortaleza, sendo o agente financeiro em algumas operações de crédito. Desse modo, foram entrevistados homens e mulheres que faziam parte dessa modalidade de empréstimo, não sendo escolhidas pessoas que procuraram diretamente o Banco do Nordeste, mas sim a Prefeitura Municipal de Fortaleza, quando do intento de tomada do microcrédito.

²⁵ O instrumental foi aplicado durante os meses de outubro a dezembro de 2007.

conhecimento do programa foi uma vez que eu fui fazer uma visita pra outro assunto e aí vi. Aí vi o cartaz lá. Aí perguntei, me informei, aí fui até lá. E aí fui ver o que era isso, o Programa. Eu me interessei em participar e vi lá. O valor do primeiro empréstimo foi de R\$ 300,00 e a última vez agora, que foi o terceiro empréstimo, foi de R\$ 500,00. Mas os motivos mesmo que me levaram a trabalhar como autônoma, primeiro é porque eu não gostava de sair de casa, sempre fui muito presa a cuidar dos filhos, eu não me sentia bem não, então, trabalhar fora eu não gostava. Antes de ter meu próprio negócio, há 10 anos atrás, eu trabalhei por 3 anos, foi quando eu saí, aí eu resolvi trabalhar por conta própria. Pra cuidar deles e ao mesmo tempo cuidar da casa e tudo (ENTREVISTADA 1).

A entrevistada frisou, por diversas vezes, que o fator dificultante para que ela pudesse se inserir no mercado de trabalho era a presença dos filhos e a constante necessidade de atender às responsabilidades dos afazeres domésticos. Constata-se aqui o “peso” que as mulheres ainda carregam com a divisão sexual do trabalho, onde as mulheres ficaram responsáveis pela reprodução e pelas tarefas domésticas, esferas que não têm seu devido reconhecimento e valorização, enquanto os homens ficaram responsáveis pela esfera da produção e pelas atividades da vida pública, que, em geral, são mais valorizadas socialmente.

Observando os relatos da entrevistada 1, pudemos depreender que a questão é que o domicílio e a família permanecem como espaço de produção material e simbólica da vida e do cotidiano; espaço em que as mulheres continuam respondendo pela produção, num mundo, notadamente, marcado por seu ingresso no trabalho pago e pelas exigências da sua contribuição na família.

Conforme salienta Araújo e Scalon (2005), *“o acesso das mulheres ao trabalho pago permanece condicionado pela domesticidade de suas relações, como se fosse uma dimensão exterior as suas vidas”* (ARAÚJO E SCALON, 2005). Por outro lado, o acesso dos homens permanece naturalizado e percebido a partir de suas trajetórias, possibilidades de ganho e de realização pessoal no mundo do trabalho.

b) Entrevistada 2 – “Eu fiquei sabendo através dela, da minha irmã”

Tem 58 anos, é viúva, sua renda individual média mensal é de um salário mínimo, renda obtida através das vendas dos produtos da marca Avon, atividade que é financiada pelo dinheiro do microcrédito. Além dessa renda, a família tem a complementação com o dinheiro obtido através do trabalho de sua filha mais velha, chegando a renda média mensal a três salários mínimos. A família é composta por cinco membros, assim distribuída: a entrevistada, duas filhas e dois netos. Ela revela que sua religião é católica. Sua escolaridade: ensino fundamental incompleto. Sobre a maneira como se deu sua aproximação com o programa de microcrédito, relata:

Eu fiquei sabendo desse programa da Prefeitura através da minha irmã. Ela foi lá se informou e me falou da idéia de montar o próprio negócio. O valor do primeiro empréstimo acho que foi de R\$ 1.000,00 reais, eu não me lembro muito bem agora. Eu ando tão esquecida, porque quem mexe com vendas, com muita coisa, sabe como é, eu uso muito a memória, é muito ruim. Mas isso não faz nem dois anos não, hoje meu último empréstimo foi de R\$ 150, 00 reais. Mas eu trabalho com isso há 17 anos, vendo um bocado de coisas, vendo bijuterias, vendo confecções, vendo perfumes, AVON. Só Natura que nunca vendi. Sempre trabalhei nesse ramo de vendas; vendo também as coisas que a minha irmã faz, só vendo, não produzo não (ENTREVISTADA 2).

A entrevistada, em alguns momentos, confundiu os valores tomados como empréstimo. Vale ressaltar que a mesma, ao longo da entrevista, teceu poucas considerações acerca do envolvimento inicial com o programa de crédito, não demonstrando conhecimento sobre as principais características e modos de operação do microcrédito, como veremos posteriormente. Quando questionada sobre os motivos que a tinham levado a trabalhar nesse ramo, a entrevistada coloca:

Eu comecei a trabalhar por conta própria por causa da situação financeira, as dificuldades né, tinha que procurar um meio de vida, arranjar alguma coisa pra sobreviver. Mas nem sempre trabalhei assim, quando tinha marido nunca trabalhei não. Depois que ele morreu ...(risos nesse momento), tive que trabalhar, foi aí que a situação piorou. A renda foi ficando pouca, aí tinha que arranjar um meio de ganhar mais, um pouquinho mais. Quando meu marido era vivo eu trabalhava, mas era assim lavando roupa, passando, mas depois que ele faleceu eu tinha que ficar mais em casa pra cuidar dos meninos, por isso eu escolhi trabalhar assim. Então eu vendo em casa, vendo nas casas dos outros, na vizinhança, nas minhas amigas. E nunca participei de feira não (ENTREVISTADA 2).

Mais uma vez, percebe-se que as dinâmicas do mundo laboral afetam com maior intensidade a vida das mulheres em relação à vida dos homens. De acordo com o que foi descrito pela entrevistada 2, o fato de os cuidados no âmbito privado terem ficado, majoritariamente, como responsabilidades femininas, isso a levou a tentar formas de trabalho onde ela pudesse conciliar vida familiar e trabalho, dividindo os tempos para cada atividade. Ademais, a ausência de políticas públicas que ofereçam redes de segurança e atenção, particularmente no tocante a crianças, enfermos e idosos, gera impactos especiais sobre a vida das mulheres.

- c) Entrevistada 3 – “(...) ela ia fazer um empréstimo, e aí começamos a conversar e me interessei em fazer”.

A terceira entrevistada da pesquisa é uma senhora de 74 anos de idade, que mora no bairro da Serrinha, é católica, casada e sua escolaridade é o ensino médio incompleto. Ela relata ter terminado todo o 1º grau (atual ensino fundamental completo) e ter feito até o 3º ano do 2º grau (atual 3ª série do ensino médio). Através do dinheiro solicitado para o desenvolvimento da atividade, atua no ramo de vendas de produtos Avon e de confecções. A composição familiar é de 6 membros, nesse caso duas pessoas contribuem com a renda da família, a entrevistada e seu companheiro:

Aqui em casa são 6 (seis) pessoas comigo. Mas só eu e meu marido contribuimos com a renda da casa. Meu filho até trabalha, mas o dinheiro é só pra ele, às vezes ele ajuda a pagar uma luz, uma coisa ali, mas é pouco também e ele paga a faculdade. As despesas ficam mais com meu esposo, o meu negócio é pouco, se eu for gastar em casa não sobra nada. O meu esposo trabalha por conta própria, tem meses que ele não ganha nada, passou uns quatro, cinco meses sem ganhar nada. Aí nós sobrevivemos das minhas vendas. Quando eu e ele estamos trabalhando dá pra tirar um salário e meio, em torno de R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais). A minha renda sozinha dá pouco, eu nem sei, nunca contabilizei, mas fica em torno de uns R\$ 200,00 (duzentos reais). Eu não faço essa conta porque eu vou apurando, eu vou investindo, eu vou comprando. Porque eu não compro fiado, eu só compro à vista. O que eu vou recebendo das pessoas, eu vou pagando. Aí não faço plano não (ENTREVISTADA 3).

Como vimos, a renda individual média mensal é de R\$ 200,00 (duzentos reais), obtida através das vendas dela, porém essa não é a renda principal da família. Com relação à montagem do pequeno negócio, ela assinala:

Há uns 2 (dois) anos que a gente fez o primeiro empréstimo. Nós já estamos fazendo três empréstimos. Isso de quatro em quatro meses. Eu participo do CrediAmigo, e conheci através de uma outra colega. Ela que divulgou, assim ela ia fazer um empréstimo, e aí começamos a conversar e me interessei em fazer. Eram 4 (quatro) pessoas, ela já tinha ido na Regional, aí conheceu. O valor do primeiro empréstimo foi de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e nós fizemos um agora de R\$ 1.000,00 (mil reais). O pagamento ficou 5 (cinco) de R\$ 196,00 (cento e noventa e seis reais) (ENTREVISTADA 3).

Ao ser indagada sobre os motivos que a levaram a trabalhar no setor informal, a entrevistada coloca:

Eu fui trabalhar no setor informal por causa da idade, eu não conseguia emprego. Aí eu comecei a vender. Meu menino uma vez me deu R\$ 50,00 (cinquenta reais) e comecei a investir, depois comecei a fazer esse empréstimo para multiplicar né. Pra aumentar as vendas. Eu só trabalhei com carteira assinada quando eu era solteira. Mas aí parei de trabalhar fora por causa dos meninos mesmo. Eram pequenos e eu não deixava com ninguém, nem encontrava né. Aí foram crescendo, crescendo, eu tomando de conta deles. O último emprego meu, meu menino tinha 1(um) ano de idade, aí eu saí do emprego. Hoje eu tenho quatro filhos. Antes ficava cuidando da casa e o marido trabalhando fora, eu ficava só esperando por ele. Mas como eu nunca gostei de depender de marido, aí comecei a vender Avon, aí comecei a vender confecção, vender coisinhas. O empréstimo eu pedi pra isso, pra vender confecção. Uma vez eu comecei a produzir também, comprei uma máquina, mas foi à falência. Vendemos um terreno aí investimos, mas não deu certo não, porque eu não sabia costurar e aí tinha que pagar alguém. Botamos no “mato” o dinheiro, acabou não sendo tão bem aplicado. Aí com o dinheiro do empréstimo do Crediamigo eu trabalho as vendas de Avon e confecção. Também estou trabalhando com plantas medicinais, a gente tem um horto, a gente também tá pelejando. Mas a gente não investe dinheiro não. É pra fazer uns “remediozim”, xarope (ENTREVISTADA 3).

d) Entrevistado 4 – “Eu financiei mais da metade do que eu tinha...”.

Tem 26 anos, reside e montou o próprio negócio no bairro da Parangaba, é católico, solteiro, possui o ensino superior incompleto (está cursando Mecatrônica, no CEFET). O quarto entrevistado da pesquisa trabalha no setor de prestação de serviços, possui uma *lan house*²⁶. A sua família é composta por 5 (cinco) membros e sua renda é, exclusivamente, para gastos pessoais, enquanto o padrasto sustenta a casa. Ele informou que sua renda individual mensal chega a 5 (cinco) ou 6 (seis) salários mínimos, em algumas ocasiões até 7 (sete) salários. Referente ao tempo e especificidades para a criação do próprio negócio, o entrevistado fala:

Está com 1ano e 8 meses que eu criei meu próprio negócio, mas eu inaugurei está com 1 ano e 6 meses. Passei 2 meses fazendo reforma e comprando materiais, atrás de dinheiro também, financiamento. Eu financiei mais da metade do que eu tinha, pra criar, pra abrir o negócio. No meu caso os próximos empréstimos vão ser pra ampliar. Por que se eu tivesse pensado mais com a cabeça, eu não teria feito cabines assim (apontando para as cabines postas no local de trabalho). Eu teria feito bancadas, porque caberiam mais máquinas, entendeu? Como elas não são removíveis, são chumbados na parede, todos os computadores também são chumbados, pra prevenir assalto né. Aqui são 7 (sete) computadores com o servidor (...) Eu pretendo tirar essa cabine e comprar mais 4 (quatro) computadores, já vendi o ar-condicionado para fazer umas reformas (ENTREVISTADO 4).

O entrevistado informou que tomou conhecimento acerca dos programas de microcrédito através de divulgação feita pela Prefeitura de Fortaleza. Ele se dirigiu a uma das Secretarias Executivas Regionais da Prefeitura Municipal de Fortaleza, e lá ficou sabendo mais a respeito do programa denominado: Programa Agência Cidadã de Crédito – PAC, conforme ele descreve:

Participo do Programa da Prefeitura. Aquele junto, ou, parceria com o Banco do Brasil. Quando eu comecei éramos eu e mais dois. Só que as outras duas pessoas conseguiram um emprego e era mais lucrativo. Porque *lan house* hoje em dia tá menos lucrativo do que antigamente. Antigamente não

²⁶ Segundo o Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas – SBRT (2007), *lan house* é o nome em inglês dado para casas de jogos em rede. Ambientes estes, muito diferentes daqueles conhecidos fliperamas. As *lan houses* sediam grandes disputas em jogos de redes. São caracterizadas por computadores de última geração conectados em rede em um ambiente *hitech*, com ar-condicionado e poltronas confortáveis, todos conectados em um único ambiente virtual.

tinha *lan house* em casa esquina. Hoje em dia você anda e a cada 100 (cem) metros tem uma *lan house*. Aqui, mais na frente tem uma e lá na outra rua tem outra. São três em menos de 300 m². Como eu estava falando, era uma sociedade, aí tive que pagar a parte deles para continuar sozinho. A gente tomou conhecimento desse Projeto quando fomos à Regional, se eu não me engano ali na Serrinha, a Regional IV. A gente viu um panfleto que estavam dando. E a gente não foi só lá não, a gente foi também em outros cantos, foi no Banco do Nordeste, só que o mais vantajoso era lá na Prefeitura, e seria mais fácil. Eu acho que foi mais fácil, até porque a pessoa que me atendeu, me encaminhou pra fazer um curso lá. Ela me encaminhou, fez eu fazer um curso lá pela Prefeitura de empreendedorismo, e só recebia o aval se tivesse esse curso. Ela falou pra fazer esse curso que seria melhor pra você receber o dinheiro, se você não fizesse esse curso seria mais difícil, aí eu fiz esse curso. Aprender como saber lidar com caixa, debitar, essas coisas assim. Tudo para que uma *lan house* funcionasse direitinho. Fui muito bem atendido por ela na Regional IV. (ENTREVISTADO 4)

Sobre o empréstimo e os motivos que o levaram a trabalhar no setor informal, o entrevistado expõe que até o momento tinha feito um único empréstimo e que a motivação para trabalhar de forma autônoma seria falta de perspectiva para encontrar emprego.

Primeiro eu não tinha nenhuma perspectiva de emprego. Porque assim, o curso que eu faço, Mecatrônica, é um curso muito bom, mas eu só empurrava com a barriga. Eu não gosto muito do curso, é tanto que eu já estou matriculado noutra faculdade pra fazer Ciências Contábeis, pra ser tipo assim um contador, futuramente. Tudo para eu saber mais dessas coisas, e não ter que pedir a alguém para fazer a contabilidade daqui. Pra dominar mais essa parte. Essa parte já vai ser comigo. E eu não me dei com o curso, já estava no 5º semestre, com 24 anos, não conseguia estágio, não conseguia emprego, não sei se é porque eu não ia atrás também, aí eu resolvi colocar um negócio pra mim. Tinha 24 anos na época, não estava trabalhando, aí resolvi colocar um negócio próprio pra mim. Também não tinha tido experiência em outra coisa. Aí agora botar a cara pra frente (ENTREVISTADO 4).

e) Entrevistado 5 – “... toda vida eu gostei de fazer o meu horário”.

Tem 53 anos, é católico, cursou o ensino fundamental completo, reside no bairro da Parangaba, juntamente com seus 4 (quatro) filhos e a esposa, no mesmo local em que exerce sua atividade de trabalho: a fabricação de móveis, ou seja, possui uma marcenaria. Possui uma renda individual média mensal de R\$ 900,00 (novecentos reais) e renda familiar média mensal de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), pois a sua esposa complementa a renda com a atividade de venda de sorvetes industrializados. Desse modo, a renda adquirida através do negócio dele é a principal da família, mesmo com todos os membros contribuindo com a renda.

Sobre o seu desenvolvimento no mercado de trabalho e a criação do próprio negócio, o entrevistado relata:

Eu tou com mais de 20 anos aqui, porque eu trabalhava em firma antes. Eu passei um tempo num canto, assim 2 meses num canto, 3 meses no outro, só serviço prestado. Porque em construtora a gente passa 2, 3 meses num canto, 2, 3 meses noutra. Aí depois eu resolvi colocar a oficina em casa mesmo. Tá mais ou menos com uns 15 a 20 anos. Toda vida eu trabalhei com marcenaria, mais de 20 anos nisso, porque eu trabalhei e montei a oficina. A casa é aqui no fundo e o negócio é na frente. Então, eu fiquei sabendo do CrediAmigo porque eles vieram aqui na minha porta. O primeiro empréstimo foi de R\$ 300,00 reais, hoje eu tou no meio de um empréstimo que foi de R\$ 1000,00 reais (ENTREVISTADO 5).

Segundo o entrevistado a forma de trabalhar autônoma sempre esteve como sua preferência, porque desse modo poderia fazer os próprios horários. Expõe que sempre gostou de ser “o seu próprio patrão”, e esse foi um dos motivos que o levou a trabalhar por conta própria:

Toda vida eu gostei de trabalhar autônomo né. Porque toda vida eu gostei de eu mesmo fazer o meu horário. Eu mesmo sou o meu patrão, sem querer a gente entra num ritmo, sem querer vai se acostumando. Aí a gente aprendeu logo a profissão, eu disse eu vou ficar com isso aqui, trabalhando em casa, já tinha experiência, aí continuei e de repente a gente tá envolvido né. Eu tenho um irmão que, também, trabalha comigo e que sempre trabalhou com madeira. Assim, antes de ter a minha marcenaria eu trabalhei numa construtora, com carteira assinada. E antes da construtora eu trabalhei com um cidadão ali, como autônomo também né, só fazendo coberta, trabalhei muito viajando, só com coberta eu trabalhei 10 anos com esse cidadão. Aí depois eu entrei na construtora e comecei a trabalhar no

ramo de móveis. Aí me instalei nos móveis e fiquei sempre (ENTREVISTADO 5).

O entrevistado salienta que, aliada à atividade de marceneiro e em parceria com sua esposa, chegou a montar um comércio para venda de variedades, um pequeno mercadinho, onde era utilizado o espaço da sua casa para o desenvolvimento. Entretanto, quando surgiu a idéia de construir sua própria marcenaria ficou inviável sustentar os dois tipos de negócios. Hoje eles têm planos de constituir um comércio de bombons, doces e confeitos, com dinheiro do microcrédito, porém essa atividade ficaria sob a responsabilidade de sua esposa, a qual já mantém a venda de sorvetes.

f) Entrevistado 6 – “Então eu procurei algo melhor, mesmo que eu trabalhasse mais...”.

O sexto entrevistado da investigação tem 35 anos, é casado, católico, mora no bairro da Parangaba, tem o ensino médio completo e sua família é constituída por 6 (seis) membros. Destes, apenas 2 (dois) contribuem com a renda familiar, ele e a esposa. A renda familiar média mensal é de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais). O entrevistado não informou quanto seria sua renda individual média mensal, mas disse que não era superior ao que sua esposa auferia, conforme relata:

Aqui em casa só nós dois contribuimos com a renda familiar (fala apontando para a sua mulher). Nossa renda chega aos R\$ 1.200,00 reais, mas não sei lhe dizer qual seria minha renda individual, porque o comércio varia muito, tem meses que dá mais, tem meses que dá menos. Aqui no negócio só eu quem trabalho, ela tem o trabalho dela e eu tenho o meu. Nós dividimos as contas, assim, um sempre ajuda o outro, mas o que eu tiro com o negócio não é superior ao que ela recebe.

O último entrevistado da pesquisa trabalha no ramo do comércio, possui uma mercearia, que está localizada no mesmo prédio em que ele reside. Sua casa fica no andar superior. Ele estabeleceu a mercearia há 2 (anos) atrás e nos fala como se deu sua aproximação com o programa de microcrédito:

Hoje estou participando do programa Crediamigo e foi assim que conheci: ia passando uma senhora informando, justamente quando eu já ia abrir. Aí eu perguntei a ela como é que era, ela disse que eu tinha que juntar 4 (quatro) amigos aí eu juntei os 4 amigos e fui lá, e deu certo, a primeira vez e agora já é a segunda vez que tou pedindo. O valor do primeiro empréstimo foi de R\$ 500 reais e agora vai pra R\$ 700 reais, que é a segunda vez e já vai já terminar, que a gente quer quitar agora. Eu pago o crédito parcelado, todo mês eu vou lá e pago. O que me fez trabalhar dessa forma, por conta própria, porque antes eu trabalhei numa lavanderia e também como cobrador, é porque no meu caso quando eu trabalhava no setor formal, o meu salário era fixo, tanto fazia eu trabalhar 10 horas como 8 horas, o salário era sempre aquele. Então eu procurei algo melhor, mesmo que eu trabalhasse mais, eu ganharia mais né (ENTREVISTADO 6).

Diante dos relatos dos (as) entrevistados (as), pode-se depreender que eles traduzem algumas semelhanças e proximidades com relação a maneira que conheceram, envolveram-se e passaram a participar de programas de microcrédito. Porém, quando analisamos e comparamos as trajetórias de vida das mulheres e dos homens entrevistados, podemos perceber alguns caminhos marcados por diferenciações, que, por vezes, tem o traço da discriminação nas relações sociais entre homens e mulheres.

Se por um lado temos, em geral, presenciado consideráveis mudanças na participação da mulher em vários setores – crescimento da escolarização, maior participação econômica, por outro, constata-se que essas mudanças quantitativas da participação feminina em várias áreas de atuação não correspondem a mudanças qualitativas em suas vidas. Com relação às mulheres participantes de programas de microcrédito o que se pode verificar é que elas ainda enfrentam o desafio da conciliação casa/trabalho, o que traz conseqüências claras para as relações entre os gêneros.

Mesmo se inserindo no mercado de trabalho, elas continuam a utilizar o espaço privado para a realização de suas atividades laborais numa continuidade da reprodução dos papéis sexuais socialmente estabelecidos, ou seja, grande parte das tarefas domésticas, cuidados com filhos e idosos, ainda fica, principalmente no encargo das mulheres, liberando os homens para o trabalho na esfera pública.

A partir das entrevistas, percebe-se também que as mulheres conseguem uma colocação em atividades informais, sem as devidas garantias e proteção trabalhistas, atuando como co-provedoras na família. Um dos fatores que contribuem para a permanência dessas mulheres em trabalhos precários é que elas possuem baixa escolaridade, condição que dificulta o alcance de postos de trabalho no setor formal, os quais exigem uma maior qualificação e aprimoramento.

Outra observação a ser feita, diz respeito à forma como elas se aproximaram e decidiram participar de programas de geração de emprego e renda, especificamente, aqueles que concedem microcrédito. A pesquisa realizada mostrou que a necessidade de conciliação entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico fez-nas buscar a concessão do crédito para a constituição de seu próprio negócio, isso as deixava liberadas para funções nas duas esferas, pública e privada. A falta de emprego e de alternativas no setor formal foram apontados como decisivos para o interesse em abrir seu negócio. Não conseguindo mais encontrar empregos formais, em razão também da idade avançada, elas passam a se inserir em programas de geração de emprego e renda com posterior desenvolvimento de negócios que possam contribuir com a renda familiar.

Quando comparamos as entrevistas realizadas com as mulheres e as respostas dos homens, vimos que elas se identificam quando da busca por programas de microcrédito na tentativa de livrar-se do desemprego e no incremento de suas atividades laborais. No entanto, a situação é diferenciada para eles, pois participar de programas de microcrédito configura-se, antes de tudo, com uma necessidade de identidade profissional.

As motivações que levam os homens a procurarem os programas de crédito orientado, se dão, sobretudo, em função de realização pessoal e no mundo do trabalho. O que se pretende dizer aqui é que para os homens a escolha pelas atividades autônomas não tem relação com os papéis na esfera privada, quais sejam de realização das atividades domésticas, já que essa pressão no atendimento a essa modalidade de trabalho recai, na maioria das vezes, para as mulheres.

Os níveis de escolaridade revelam-se mais altos entre os homens e se situam, também, como um fator facilitador para a constituição de seu próprio

negócio. Constatou-se ainda outra diferenciação no comparativo com as mulheres entrevistadas: o setor informal é vislumbrado como um espaço onde eles podem ter maiores possibilidades de ganhos, mais altos do que poderiam conseguir quando estavam no setor formal, não sendo apenas “refúgio” para a falta de emprego.

4.2 Participação de homens e mulheres nos Programas PAC e Crediamigo

4.2.1 As atividades e os tipos de financiamento

Conforme os depoimentos dos interlocutores da pesquisa, pudemos verificar que a maior parte deles utilizou o empréstimo para financiar a ampliação de seus negócios:

O objetivo básico do meu financiamento foi para ampliar o meu negócio, pois eu já tinha ele. Foi pra melhorar, pra crescer, um capital de giro meu pra produção. Eu já tinha comprado as máquinas de costura antes, então, o dinheiro foi pra ampliar a produção (ENTREVISTADA 1).

Quando eu pedi o empréstimo eu já tinha meu negócio e foi pra melhorar as vendas. Porque eu só sei fazer isso, só sei vender. Não aprendi a fazer nada, só cuidar de menino. Cuidar de casa, que eu era empregada doméstica. Nunca tive tempo de aprender nada. E nunca trabalhei de carteira assinada não. Então tinha que ganhar dinheiro pra sustentar a casa. Por isso pedi o crédito. Hoje sei que não tenho mais idade pra trabalhar de carteira assinada, nem que tivesse. Com 58 anos não tenho mais chance de nada não, no setor formal né (ENTREVISTADA 2).

É importante destacar que o microcrédito, apesar de ter facilitado o acesso dos (as) microempreendedores (as) aos serviços e às atividades ligados à produção e comercialização de produtos, modifica de forma intensa as relações na esfera privada, já que muitos dos participantes utilizam o espaço da própria casa para a montagem e manutenção de seus negócios:

Eu sempre desenvolvi em casa essa atividade. Nunca foi em outro espaço não a minha produção das cuecas, das calcinhas. Sempre foi nesse espaço aqui (aponta para as máquinas na sala). E você pode observar que ele é a continuidade da minha casa (ENTREVISTADA 1).

Eu vendo as minhas coisas aqui na própria casa. Este é o local onde exerço a atividade informal. É aqui em casa mesmo. A casa, ela é alugada. É da minha sogra (ENTREVISTADA 3).

O lugar que eu trabalho é próprio, como você pode ver é aqui na extensão da casa, que fica lá atrás. A minha casa tem 6 compartimentos e essa área da frente é todo o meu negócio (ENTREVISTADO 5).

Os relatos acima mostram como a casa é utilizada para fins de moradia e também como espaço de trabalho. São espaços que por vezes se confundem, (re) criando novas sociabilidades entre os componentes da família.

Percebe-se que a casa, apenas em um dos casos, não é utilizada como o mesmo local de trabalho e residência. Ou seja, nessa situação há uma separação entre os espaços laborais e espaços de moradia, não ocasionando possíveis tensões ou conflitos pelo fato de ter que dividir o mesmo ambiente para trabalhar e residir. Um dos entrevistados coloca:

O ponto é de um tio meu, eu pago apenas um agrado a ele. Eu moro aqui colado. Pra mim é bom, porque eu moro aqui vizinho ao ponto. Na frente tem uma loteria, um barzinho, todos aqui são da família. Tipo assim, meu primo e o esposo da minha tia. E a minha mãe trabalha com as tarefas de casa (ENTREVISTADO 4).

Através da investigação pode-se constatar, ainda, que 5 (cinco) pessoas, dos 6 (seis) interlocutores entrevistados, solicitaram empréstimos junto às instituições através do aval solidário, ou seja, a partir da constituição de grupos solidários. Vale salientar que os grupos em que as mulheres estavam inseridas sempre eram constituídos apenas por mulheres. Já nos grupos em que os homens participam, havia a presença também de outras mulheres, na qualidade até de líder do grupo. O único entrevistado, entretanto, que havia solicitado individualmente o empréstimo para a criação do negócio, relata como se deu o seu financiamento:

Eu solicitei o empréstimo de forma individual. Porém, exigia na época ser no mínimo três pessoas. Mas os meus outros amigos desistiram e eu acabei montando o negócio sozinho. Foi mais ou menos assim: você tinha que montar uma idéia e fazer tipo um roteiro pra entregar pra Prefeitura, pra

Prefeitura aprovar pra ver se tinha cabimento. Aí a Prefeitura visita o local pra ver se tinha futuro, ela perguntava o número de residências, de apartamentos, pra ver se tem um público-alvo pra você ter uma *lan house*. Porque se você colocar uma *lan house* no meio do mato, quem é que vai. Aí a gente falou que aqui era super movimentado, perto de uma avenida. Eu mostrei a viabilidade né. Claro, mostrei a potencialidade pra se manter uma *lan house*. Assim o alvo aqui a maioria é à noite, manhã vem uns “gatos pingados”, à tarde também, mas já à noite lota é gente. O pessoal que estuda de manhã, trabalha à tarde, à noite vem ver seu email, seu orkut, seu msn, bater um papo, imprimir seu boleto bancário. Vai fazer um currículo, gravar seu cd, é mais esse tipo de coisa, dvd, sei lá coisa do tipo (ENTREVISTADO 4).

4.2.2 As principais facilidades no desenvolvimento do negócio

De acordo com os (as) participantes de programas de microcrédito entrevistados (as), algumas facilidades podem ser apontadas no momento de desenvolvimento do negócio, mesmo este sendo informal. Percebe-se um frágil entendimento, porventura, até desconhecimento, sobre as funções/relações do crédito com o desenvolvimento do pequeno empreendimento; alguns não souberam relatar qual seria o principal ganho ou vantagem em ter seu próprio negócio, como vemos nas falas seguintes:

Sobre as facilidades bem, é... eu gosto de tudo. O que eu faço eu gosto. Não tenho nada a dizer contra (ENTREVISTADA 2).

Não, facilidade pra quem gosta de trabalhar no comércio não tem não. Né? Porque você acorda cedo, dorme tarde, tem que estar correndo atrás dos clientes, tem que estar sorrindo, porque cliente só volta se você estiver sorrindo. É como eu digo você tem que fazer o cliente sorrir pra ele abrir o bolso. Se não sorrir ele não abre o bolso (ENTREVISTADO 6).

Verifica-se, mais uma vez, no relato que se segue, que mesmo não constituindo mais um fator impeditivo ao trabalho produtivo feminino as atribuições como: ter que realizar as tarefas da casa e o cuidado com filhos, poder conciliar as

responsabilidades familiares ainda é colocado em pauta no momento de destacar as facilidades para a manutenção do negócio:

Facilidades? Como assim, a renda? O que posso dizer, o bom é que a gente sabe que trabalhar pra gente é bom, porque assim não tem aquele horário determinado. Tem e ao mesmo instante não tem. Por exemplo, surge um problema em casa e você tem como resolver né. E também quanto a parte financeira é bom demais, porque a gente tem o dinheirinho da gente pra ajudar, pra uma alimentação melhor, vestuário, tudo. Ajuda em tudo, é bom demais, é uma benção. É como se fosse uma complementação (ENTREVISTADA 1).

No entanto, isso mostra que ela não identifica uma relação, quase cristalizada ainda, que põe a mulher como a principal responsável pelos cuidados com a família. *“Elas continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas”* (BRUSCHINI, 2002).

Pode-se conferir, ainda, que alguns entrevistados apontam o próprio empréstimo como uma das facilidades no desenvolvimento do negócio:

A facilidade é que o empréstimo é muito bom né. Que a gente tá precisando, que a gente investe, né. Eu achei muito bom. Eu tinha muito medo de fazer empréstimo né, mas já tá com quatro vezes que eu faço. Eu só faço o tanto que eu sei que eu posso pagar. Nunca tive nenhuma dificuldade no acesso ao crédito. É rápido, não tendo o nome “sujo” no comércio. E o processo é assim: você vai lá na Regional num dia, antes a gente liga pra menina, não lembro mais nem o nome dela, a pessoa lá que é responsável. Acho que é Maria o nome dela. A gente liga pra ela e ela vem. Aí ela vem na própria casa da gente. Ai a gente se reúne na casa dessa menina. Traz os papéis. Digo, na casa da Coordenadora do grupo, faz uma reuniãozinha né. O próximo passo é fazer o cadastro e pronto, com três dias você recebe e o cadastro já tá feito. Eu recebo no Banco mesmo, no Banco do Nordeste (ENTREVISTADA 3).

Uma facilidade que eu vejo é que o empréstimo a gente pode encarar como uma fonte, assim pra comprar material, mas ninguém vai usar pra comer não, ele tem que ter um retorno. Então, pra mim se fosse um dinheiro maior

pra comprar material e investir, seria muito melhor, porque material pra móvel é muito caro. Com R\$ 1.000,00 (hum mil reais) você compra quatro folhas de compensado, três de fórmica e acaba. Aí se tivesse um valor maior, eu compraria, investia. Porque na hora que o cliente chega a gente já tem a base do material e fica mais fácil. Porque a gente já tem em casa. Pra poder investir em móvel o valor que até agora nós pedimos foi de mil reais. Porque vai subindo, fica mais fácil se fosse um valor mais alto. Seria mais fácil porque eu compraria de material e ia trabalhar aqui e quando chegasse eu já teria pronto em casa (ENTREVISTADO 5).

Constata-se que mesmo o crédito sendo apontado como uma facilidade, os valores destinados a cada cliente ainda são insuficientes para cobrir a demanda de trabalho. Num relatório realizado pelo Banco do Nordeste (2007), a afirmação anterior é comprovada, pode se extrair dela que o maior percentual de créditos concentra-se na faixa em que os empréstimos têm valor menor, ou seja, aqueles que vão de R\$ 100,00 (cem reais) à R\$ 1.000,00 (hum mil reais). Segundo o Banco referido, em 2007, dos 824.782 empréstimos desembolsados, 78,5% foram de até R\$ 1.000,00.

O estímulo ao aumento dos níveis de conhecimento e do nível de qualificação profissional também foram apontados como facilitadores no processo de condução do microempreendimento:

Adquiri um conhecimento que eu não tinha antigamente quando comecei o meu negócio. Nem pra digitar eu sabia, tive que fazer um curso numa entidade, é posso falar o nome? (...) Aprendi na SOS, aprendi algumas coisas, chegava em casa mas nunca treinava. Aí com a *lan house* você tem que treinar nem que não queira, porque você faz currículo, você faz digitação, grava um cd, limpa memória, monta uma máquina, aí você vai aprendendo. De certa forma é uma facilidade até para o meu próprio conhecimento, para minha qualificação. Isso são coisas que pra futuramente quando você for arranjar um emprego nessa área já vai ser bem mais fácil. Não é que você já tenha trabalhado num canto de carteira assinada, mas você já tem o conhecimento prático. Você pode mostrar isso, pessoal pode lhe perguntar o que é que você sabe e dentro do seu currículo vai estar lá. E as pessoas vão querer lhe empregar (ENTREVISTADO 4).

O relato do entrevistado 4, reitera o que foi colocado pelo mesmo anteriormente, qual seja: mesmo com a ausência ou diminuição do emprego formal urbano, ainda existe uma vontade, desejo de conseguir uma colocação nesses postos de trabalho, caracterizados pela proteção das leis trabalhistas.

Diante dos depoimentos, é possível visualizar algumas facilidades no momento de desenvolvimento dos negócios, tais como: flexibilidade nos horários para a realização do trabalho, autonomia financeira para compra de alimentação, vestuário, complementação da renda familiar, liberação de empréstimo para investimento no negócio, facilidade de acesso ao crédito, investimento no aumento dos níveis de conhecimento e de qualificação.

Mesmo assim, são muitos os desafios a serem enfrentados no cotidiano dos pequenos negócios. A dinâmica em que eles estão inseridos permanece exigindo do Estado políticas de geração de emprego e renda que considerem a questão do desenvolvimento como fator primordial, e não apenas como uma política pública direcionada à compensação dos problemas gerados no mercado de trabalho. É preciso que se considerem os elementos-chave de determinação do emprego, com estímulo ao acesso facilitado ao crédito público.

4.2.3 As dificuldades presentes no desenvolvimento dos pequenos negócios

Os microempreendedores entrevistados indicam várias considerações acerca de alguns aspectos dificultadores no processo de estabelecimento e desenvolvimentos dos pequenos negócios, fazendo referência às limitações como: pouco capital de giro, dificuldade e, às vezes, ausência nos pagamentos realizados pelos clientes, pouco/ incipiente conhecimento sobre o ramo/área na qual atua, dificuldade financeira (valores dos empréstimos ainda são muito baixos), dentre outros elementos dificultadores, como veremos abaixo.

Sobre a questão do capital de giro a ser investido, o depoimento aponta que este seria um dos principais quesitos que alavanca o desenvolvimento do negócio,

daí a necessidade, por parte dos programas de microcrédito, de um incremento no financiamento a este tipo de capital :

As dificuldades são exatamente essa parte aí do capital de giro, por exemplo, antes de eu ter (acesso ao microcrédito) eu encontrava muita dificuldade e aí apareceu essa facilidade e foi uma benção na minha vida, porque agora eu tenho capital de giro, eu tenho como trabalhar com aquele dinheirinho, já vou crescendo e não falta, tá sempre girando. Se movimentando. Fora isso, não vejo mais nenhuma dificuldade não (ENTREVISTADA 1).

Outras dificuldades relatadas apontam, ainda, para a relação das participantes com a clientela atendida em seus negócios. Pode-se notar, também, a força que a religião exerce na vida de uma das entrevistadas, que recorre, por diversas vezes, ao discurso apoiado em sua religiosidade como solução para os problemas, veja:

As dificuldades são essas: que muitas vezes você vende bem e tem dificuldade pra receber o pagamento né? Quando chega o dia de você prestar conta, muitas vezes a gente não tem recebido. Sempre existe isso. A gente passa por essa situação. Acho que todo mundo alega a mesma coisa (risos). Nem toda vida as coisas são boas... Depende muito do mercado né? Como esteja a situação né? Às vezes ele está em alta...E as coisas do plano de Deus também. Muitas vezes você faz um plano, mas o nosso plano num tem nada a ver com o de Deus, o plano Dele é completamente diferente. A gente faz um plano, mas tem que confiar Nele, porque é Dele que vem. A gente planeja né...É mas é dele que vem. Se ele não quiser nada, não dá certo o que a gente quer. Nada se realiza né...Nem tem direito de reclamar. Tem mais é que agradecer (ENTREVISTADA 2).

Eu num tenho dificuldade não. Vendo em casa mesmo. Que o pessoal já sabe. Elas vêm me procurar aqui. Tem umas “quebradas” também, umas que compram e não pagam. Ah tem umas pessoas que compram e... Tem, ainda tem isso também. Aí tem que estar sempre cobrando, aí a gente perde também, porque tem umas que não pagam, o que posso fazer. Aí pode ser umas das dificuldades de trabalhar por conta própria. Pra melhorar isso, que ainda não tenho feito, eu pretendo fazer aqui um ponto pra mim,

uma lojinha. Pretendo abrir aqui, tá faltando só o dinheiro né. Pra aumentar e eu construir minha lojinha (ENTREVISTADA 3).

Os depoimentos que se seguem, mostram as demais dificuldades relatadas pelos participantes. Testemunhos que apontam para problemas vivenciados pelas pessoas que sobrevivem na informalidade. Tavares (2004) coloca que são estas formas de trabalho, geralmente identificadas com a independência, a autonomia e a ação espontânea que promovem mecanismos pelos quais os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e se deixam ser lesados nos seus direitos fundamentais.

A dificuldade é que você não tem feriado. Essa é uma dificuldade, não tem folga. Chega a ser até um trabalho puxado. É você trabalha muito (ENTREVISTADO 6).

Dificuldade é financeira, tendo essa ajuda da parte financeira tudo melhora (ENTREVISTADO 5).

Não tenho perfeito conhecimento, às vezes dá um problema de rede, aí preciso contratar uma pessoa pra vir, tenho que pagar por fora. Tá entendendo? Eu pretendo fazer isso futuramente, quero ter um conhecimento fora a área tem que se saber mexer na rede. Quando dá um problema na máquina, todas elas só têm um ano de garantia. De repente duas já pifaram, porque aqui são muitas pessoas que vêm pra cá, utilizam muito, e pode vir algum vírus e prejudica o computador. Aí essa parte da manutenção tem que contratar. É isso, tenho que contratar. Só assim algumas coisinhas básicas eu sei, tipo se o computador começar a apitar eu já sei que é memória, aí tem que tirar uma pecinha e limpar, porque passando uma borrachinha já fica bem melhor a memória, ainda dá pra usar mais um mês. Saber que tenho que trocar aquela peça futuramente. Isso eu já sei fazer sim (ENTREVISTADO 4).

4.2.4 Acompanhamento gerencial e atualização profissional: mito ou realidade?

A pesquisa acerca das metodologias utilizadas pelos programas de microcrédito financiados pelos órgãos públicos sinaliza que em todos eles deve

existir um acompanhamento por parte das instituições que concedem o crédito, para os microempreendedores, em geral, as pessoas de baixa renda, das camadas populares.

Esse acompanhamento gerencial seria operacionalizado pela figura do agente de crédito ou assessor de crédito, o qual teve seu papel/funções definidos noutra seção deste trabalho. No entanto, a investigação a partir das falas dos sujeitos tomadores de empréstimo revelou outra direção adotada por parte dos programas.

A maioria dos entrevistados disse nunca ter recebido a visita destes agentes em períodos posteriores à concessão do microcrédito e que este contato se resumiria apenas ao momento de solicitação, concessão e renovação do crédito. Sendo assim, a prestação de serviços de orientação sobre o planejamento do negócio, que seria uma das fases metodológicas do microcrédito produtivo orientado não acontece. Aquilo que se traduz como o oferecimento de serviços de acompanhamento gerencial e atualização da carreira através de cursos de capacitação são fragilidades institucionais que ainda precisam ser (re) pensadas pelos programas nas três esferas de governo. Como se constata a seguir:

Nunca tive esse acompanhamento. Isso aí eu acho até uma falha, porque eu acho que deveria ter. Até mesmo um curso, pra gente saber como administrar, porque muitas vezes a gente pega, como eu digo o giro, a gente vende, mas o crescimento não tá, muito assim né, a gente não tá crescendo como deveria. Eu acho que por falta de um acompanhamento melhor. Acho que é isso mesmo, falta de um acompanhamento melhor. De uma administração, pra saber como fazer direitinho. A gente só solicita o empréstimo, eles concedem e aí pronto; não tem nenhum tipo de controle, eles não ficam ligando pra saber como tá não (ENTREVISTADA 1).

Tem nenhum gerenciamento. Depois que pede o dinheiro, aí pronto, aí eles se afastam...É. Tem nenhum acompanhamento deles não. A menina me disse que queria fazer isso aqui (reforma da loja), que podia até pedir outro empréstimo que eles me ajudavam. Humrum. Mas foi só isso, ela ajudava pra pedir outro empréstimo. Mas nós não fizemos não, agora não, deixa eu terminar isso aí (ENTREVISTADA 3).

Olha eu não recebo nenhum acompanhamento gerencial não, não. Só quando está prestes a terminar o prazo do empréstimo é que vem uma moça, a Tatiana, pra justamente a gente renovar, pra fazer um novo

empréstimo, sempre só quando está terminando. Mas não tem essa história de que a cada trimestre, a casa bimestre ela vem aqui pra saber das coisas não (ENTREVISTADO 5).

O entrevistado 4 fora o único a relatar um acompanhamento por parte da equipe de agentes de crédito:

Nesse 1 ano e 6 meses que estou aqui, a Silvana com o grupo dela já veio aqui 3 vezes. Veio aqui três vezes perguntar como é que tá, a última está com 5 meses. Eu tou fazendo uma média que ela veio a cada 6 meses pra ver como é que tá. Toda vida que ela vem tem uma novidade: eu comecei com 4 (quatro) máquinas, aí comprei essa, comprei essa, não tinha essa bancada, só tinha uma impressora, agora tenho 2 (duas), esse ventilador não tinha, tinha um ar-condicionado que era melhor né. Aí eu resolvi tirar o ar-condicionado pra passar 3 ou 4 meses economizando pra comprar uma central, que é mais econômica entendeu. Porque o meu ar era aquele que gastava muito, o janelão, que fica na janela. Eu vou comprar uma central, porque a central além dela ser mais econômica, ela gela mais rápido, e os computadores eles precisam trabalhar frios. Eu tou passando três, quatro meses na porrada, economizando mesmo, pra quando for daqui, futuramente, esse mês todinho de dezembro, natal e ano novo é fraco, pessoal procura comprar presentes de final de ano, logo em seguida vem janeiro, depois de janeiro vem carnaval. No carnaval pessoal junta dinheiro pelo menos umas duas semanas antes aí é fraco. Vou ver se entra um dinheiro bom depois do carnaval. Aí vai normalizar, começo de aulas, vem trabalho, pessoal mantêm relacionamentos novos, aí se conhecem, tem o orkut pessoal conhece, tem msn, aí melhora bastante. Mês de férias pra mim melhor é julho. Dezembro e janeiro é fraco, por causa das festas de final de ano. É isso (ENTREVISTADO 4).

Mesmo que este quesito, qual seja a falta de acompanhamento gerencial por parte das instituições, não tenha sido citado como um dos elementos dificultadores do processo de desenvolvimento do negócio por parte dos entrevistados, depreende-se, claramente, que no único caso em que esse acompanhamento existia, ocorria, por outro lado, uma melhor gestão e evolução do negócio. Daí a importância de se oferecer assessoria e orientação para uma melhor aplicação dos recursos.

4.2.5 Os lugares de gênero: práticas e percepções que se “perpetuam”

A análise das informações com relação às percepções e práticas de mulheres e homens nas questões relacionadas à tomada de decisões nos negócios e ao posicionamento destes, referente à divisão das tarefas domésticas revela a permanência do princípio tradicional da divisão sexual do trabalho. Conforme Araújo e Scalon (2005) trata-se de *“mulheres e homens com papéis diferenciados e a predominância do padrão de domesticidade, que confere desvantagens às mulheres na vida social em geral”*.

Contudo, as respostas das entrevistadas sinalizam que a tomada das decisões nos negócios e em casa partem para uma relação menos centrada no padrão patriarcal de autoridade masculina e para práticas decisórias mais equitativas. Como se pode perceber:

Bem, como você me perguntou eu tenho pleno poder de decisão nos assuntos relacionados ao negócio sim, tenho. Tudo é comigo. Tudo sou eu. Às vezes só mando nele (refere-se ao esposo). Corto, dou os moldes, ele fatia. E na hora de investir o dinheiro ele não entra. Não, ele não entra de jeito nenhum (ENTREVISTADA 1).

Tenho autonomia para tomar decisões em casa e no meu negócio. Em nenhuma situação meu esposo quis que eu dividisse alguma parte da renda com ele não. Eu ajudo assim quando ele fica sem trabalhar, porque tem que ajudar né. Mas assim com as coisas de casa né? É porque quem fica sou eu (ENTREVISTADA 3).

No entanto, a atribuição da tomada de decisões às mulheres pode significar apenas a permanência de suas responsabilidades quanto a questões domésticas, consideradas mais adequadas a elas. Em todas as respostas das mulheres entrevistadas, eram elas as principais responsáveis pela administração da casa, não havendo compartilhamento de tarefas, e mesmo no caso em que às mulheres não eram atribuídas diretamente essas tarefas existia uma outra mulher contratada para realizar estes serviços, ou seja, uma empregada doméstica. Os homens afirmaram

não participar do compartilhamento das tarefas, indicando quão tradicionais continuam sendo essas práticas.

As autoras Araújo e Scalon (2005) salientam que embora haja uma variedade nas dinâmicas que vão se constituindo dentro da família, influenciadas pelas mudanças nos contextos, pelas escolhas e valores, pela cultura, dentre outros fatores, a questão é que:

Há um padrão praticamente universal ao longo da história: o trabalho definido como “reprodutivo” ou doméstico é visto como feminino e o trabalho definido como “produtivo” ou remunerado é visto como masculino. A esse padrão, e a suas correspondentes vantagens e desvantagens, tem sido atribuída parte considerável das razões para o predomínio masculino em posições importantes da hierarquia socioeconômica e do controle das instituições (ARAÚJO E SCALON, 2005).

4.2.6 O significado das Políticas de Concessão de Microcrédito – relações entre trabalho e felicidade

Considerando-se as informações analisadas, infere-se que as percepções e o conhecimento dos entrevistados acerca dos programas de microcrédito ainda são muito incipientes. O grau de satisfação com o trabalho, as mudanças observadas na vida familiar após terem conseguido a concessão de um pequeno empréstimo, o nível de realização alcançado com o desenvolvimento de seus negócios, são variáveis importantes para mensurar e tentar compreender que elas e eles, sujeitos da pesquisa, pouco têm se colocado enquanto críticos desse modelo de política pública.

Comparando-se as respostas dos (as) entrevistados (as), verifica-se que, em geral, eles (as) consideram as políticas públicas de oferta do microcrédito como bons estímulos ao desenvolvimento do negócio, conforme depoimento logo abaixo:

Bom eu acho que foi uma coisa muito boa. Pra gente que não tem uma oportunidade boa, pra quem não tem capital de giro, pra melhorar o negócio. Eu acho que foi muito bom, devido também o juro ser baixo, ajuda muito a gente, como é que diz, tem tempo pra gente pagar, é muito bom,

muito bom mesmo. Depois que eu comecei a trabalhar com o CrediAmigo, o microcrédito, eu já consegui obter uma máquina, eu só tinha três, e agora, comprei essa outra, a quarta máquina. E pra casa eu comprei, fiz a compra de um DVD, pros meninnos. Tudo com o lucro do negócio. Meu marido nunca utilizou o dinheiro pra comprar as coisas do negócio dele não. Porque é separado mesmo as rendas. É porque é pra cada um saber o que está fazendo. Cada um saber, não haver aquela assim, não que seja desunião, um vai junto com o outro, a gente num tem isso não. Mas assim pra gente saber até quanto é que eu tou lucrando, quanto é que ele também tá, com o trabalho dele. Porque se a gente for juntar tudo a gente não vai saber se o meu negócio está indo pra frente, pra gente saber os lucros (ENTREVISTADA 1).

De mal não tenho nada a dizer, de bem graças a Deus tudo que entra é pra dentro de casa, o que sobra é pra casa, eu acho que melhorou 100 %. Graças a Deus eu me sinto muito bem. Pelo menos as coisas que tenho na minha casa foram às custas do meu trabalho. Consegui fazer umas reformas na casa, tudo com o dinheiro do meu negócio né. E do Programa lá da Prefeitura não tenho nada a falar não (ENTREVISTADA 2).

Uma das entrevistadas não soube identificar em que sentido as políticas de microcrédito eram importantes para homens e mulheres, mas diz se sentir feliz com a atividade profissional que realiza hoje, note:

Sobre essas políticas, sei lá, num sei nem responder. Mas acho que isso é uma coisa boa sim. Tem aspectos bons, muito bom, é uma ajuda né bichinha, às vezes as pessoas precisam de um negócio e não tem condição pra desenvolver. Essa semana uma colega minha foi lá na Prefeitura pra fazer empréstimo. Eu acredito que esse empréstimo, esse CrediAmigo, que é a mesma coisa da Prefeitura né. Teve uma vez que eles até ligaram pra mim, no primeiro empréstimo perguntando se eu queria botar na feira né. Mas eu não quis não. Lá da Regional eles ligaram pra mim, pra saber se tinha interesse em expor. Mas eu não quis não. Prefiro vender em casa mesmo, porque eu vendo muito mais e não me empalho tanto (ENTREVISTADA 3).

Me sinto realizada demais, me sinto feliz. Me sinto tanto feliz, como realizada, com o trabalho que Deus me deu, todo dia agradeço a ele. Que

eu sempre pedi um trabalho a ele. Acho que foi isso aí que ele me deu, pra eu ir me virando, ter meu dinheiro, às vezes eu quero comprar uma coisa, eu ter meu dinheiro pra eu comprar um presente, e eu ter. Ajuda pra complementar a renda. Aí ajuda demais, ah minha filha passou uns 4 meses que era só eu, quase que eu quebro (risos). Se o outro (refere-se ao esposo) não está podendo a gente vai lá e... Num vou deixar passar fome, tem que comprar (ENTREVISTADA 3).

Sobre a satisfação com a realização de sua atividade, a entrevistada 1, por conseguinte, salienta que o programa possibilitou que a mesma pudesse voltar a trabalhar sem sair de sua casa, isso a deixou mais feliz, observe:

Bom, realmente eu me sinto realizada, porque como já falei eu não me vejo mais fora de casa. Pra mim é uma benção, pra mim é a melhor coisa que aconteceu, ter essa idéia de investir no meu próprio negocinho, vamos dizer que não seja uma coisa grande, mas a gente tem o sonho de crescer, mas com muito trabalho e luta, graças a Deus estou realizada, e pretendo realizar mais ainda, ainda tenho projetos, de crescer (ENTREVISTADA 1).

Pelo exposto, vê-se que o discurso da informalidade se confunde/dilui com a idéia de liberdade, independência, de transformação do trabalhador em empresário. Isso faz com que o trabalho informal no pequeno negócio traduza-se em algo bom, garantidor de renda e proteção.

Por outro lado, reconhece-se que os homens entrevistados têm um posicionamento mais crítico acerca do papel das políticas de microcrédito na cidade. Ademais, eles conseguem destacar quais as limitações, mas também possibilidades que estes programas podem lhes assegurar, ou seja, as vantagens e desvantagens de estar participando de programas de concessão de crédito popular. Devem-se ressaltar as falas dos três entrevistados a seguir:

Pra quem quer montar uma coisa séria, de verdade, como eu montei aqui, vale muito a pena. Mas eu sei de gente que faz empréstimo, pra montar um bar e quando a prefeitura ia três meses depois, 10 meses depois, lá estava o dono do bar morto de bêbado devendo a Deus e o mundo. E aí fica por

isso mesmo, porque fez o empréstimo e ele não utilizou o dinheiro com uma coisa, com o devido fim que tinha (ENTREVISTADO 4)

Quanto ao crédito eu queria que fosse individual, eu faço parte de um grupo e a gente depende muito um do outro. Por exemplo, quer dizer eu vou pagar amanhã no dia 13, eu tenho que tá correndo e o pessoal sabe que tem que me pagar. Tem gente que quer se aborrecer, pensa que a gente quer o dinheiro pra si. Já é uma dificuldade? Já é uma dificuldade grande, por isso que no telefone eu falei pra você, eu tou só querendo terminar esse aqui, porque ainda ontem eu cobre uma das participantes ela achou ruim porque não vieram mais na minha porta, hora o dinheiro não é pra mim não rapaz. Como se você tivesse cobrando uma coisa que não fosse dela. É como se eu tivesse cobrando uma coisa minha. Como no mês passado ela não pagou, eu tive que pagar do meu bolso, pra não sujar o nome do grupo, aí já tirei de outro canto (dos picolés) pra cobrir. Aí já teve prejuízo. Entendeu. Aí, já esse mês, pra poder pagar, eu tive que saber primeiro como é que ia ser, e ela disse: eu vou ver se eu arranjo. Porque, como ela não pagou, eu tenho que passar pros outros participantes pra gente dividir a parte dela, a gente paga e ela em seguida depois tem que ressarcir. Quer dizer que se fosse individual seria muito melhor, que aí o banco faria uma peneirada e ia colher cliente rapaz, porque tem muita gente boa por aí que não tem crédito. Eu fui atrás de tirar um cartão e não tirei, entendeu? E eu só compro minhas coisas a dinheiro, porque eu senti dificuldade, né eu apresentei até meu carnê, meu cartão lá do BNB na C&A e o rapaz disse que não servia de nada. Aí você fica indignado, quer dizer que você paga 211,00 reais de prestação num Banco e num pode pagar uma coisa que custe R\$20,00 ou R\$ 30,00 reais por mês. Na verdade a gente não tem conta corrente lá no BNB. Na hora que você participa (CrediAmigo) já fica com uma espécie de conta aberta, mas que não é conta corrente. Inclusive na hora de tirar o empréstimo se eu quiser tirar todo eu tiro, se não quiser eu deixo, eu fico tirando o necessário, eu não vou tirar tudo pra “jogar fora”, a gente só tira na necessidade (ENTREVISTADO 5).

Com o microcrédito houve uma mudança, que sempre há a cada dia na vida da gente. Agora era bom que à medida que fosse dando o empréstimo, fosse dando um acompanhamento pra gente, fosse assim mais uns cursos, porque isso sempre é muito bom. Acho que isso ainda falta, né? Falta porque eles lhe dão o dinheiro e aí você se vira, mas você tem que saber aplicar, e se você não souber nem paga e fica no vermelho, fica devendo. Eu acho isso errado, quando você empresta um dinheiro tá certo que você

tem que ter noção do que tá pedindo, mas é sempre bom você ter um acompanhamento porque eles já têm habilidade (ENTREVISTADO 6).

Quando questionados sobre as mudanças e sentimentos de realização, os quais eles tiveram a partir do momento que passaram a constituir seus pequenos empreendimentos, os entrevistados são enfáticos ao falarem que é preciso que ocorram mudanças quanto aos programas:

Não é que eu me sinta realizado. Como é que você vai se sentir realizado com uma coisa que você é limitado, mas mudou muita coisa porque é o primeiro passo que você dá para a sua carreira profissional, por mais que não seja isso aqui que eu vou ter futuramente. Mas em relação a isso, porque eu passava o dia dormindo, isso já me ajudou bastante, e hoje em dia eu não quero mais nem saber de dormir à tarde. Já saí da ociosidade. Pra quem passava o dia dormindo e agora passa de 13 a 14 horas por dia trabalhando já é alguma coisa, você já tem vontade de trabalhar (ENTREVISTADO 4).

Eu me sentiria muito melhor se fosse mais valores e sendo individual. Que viesse uma pessoa do Banco ver o que é que eu tou fazendo. Quando a gente vai fazer um empréstimo a gente tem que dizer pra o que é, ela pede discriminadamente, você tem que dar bem discriminado, aí tem que botar quantas folhas de compensado, pra que é que eu tou pedindo R\$1000,00 reais, pra comprar tantas folhas de compensado, tantas de fórmica, um galão de cola, até dar o valor, menos ou mais. Cada pessoa tem que dizer o que é que vai fazer com o dinheiro. Aí se fosse individualmente seria melhor, que o cara veria que você tá ali na sua microempresa, nós vamos liberar uma verba pra você trabalhar, seria muito melhor. Se liberasse, como eu falei no começo, eu não ia comer não, eu ia comprar de investimento, de material. Não é eu vou pegar esse dinheiro e vou comprar de feijão não, esse dinheiro tem que ter retorno. Aí até desenvolveria mais meu negócio. É lógico. A minha vontade é aumentar isso aqui, já acabei com o comércio, vou derrubar essa parede pra ter um salão maior. Aí tenho esses planos, eu só não fiz porque ainda não deu certo. Aumentar mais pra frente, a casa é 6 compartimentos eu posso muito bem usar 3, né isso, aí eu trabalharia na frente, ficaria muito mais amplo, alteava, meu projeto é esse (ENTREVISTADO 5).

Os dados coletados nos levam a sugerir um retrato sobre o trabalho de homens e mulheres no mercado informal em Fortaleza. Será que podemos falar em conformação por parte dos pequenos empreendedores diante do seu alcance e da sua manutenção no mercado de trabalho? Estariam eles e elas envoltos numa “névoa” de políticas que reforçam a desigualdade, sem ao menos perceberem?

São muitos os questionamentos que ficam e, mesmo sem a pretensão de solucioná-los agora, arrisco-me a dizer que os programas de microcrédito permanecem reforçando práticas no mercado de trabalho nas quais imperam as marcas da precarização, da exploração, caracterizadas pelas longas jornadas de trabalho, baixas remunerações, ausência de direitos trabalhistas, por fim, pelas insuficientes respostas ao desemprego e subemprego, presentes em nossa realidade.

Porém, não se pretende abandonar as reflexões suscitadas sem apontar caminhos na tentativa de mudanças deste horizonte. Pensar programas que fortaleçam de forma equitativa homens e mulheres deve fazer parte das agendas dos governos. Não se pode mais desconsiderar a questão de gênero na formulação das políticas, para tanto, uma gama de atores sociais são requeridos com o objetivo de promover a geração de trabalho decente, que proporcione condições dignas de vida e a igualdade nas esferas do mundo privado e público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos a partir dos estudos realizados nessa pesquisa que o crescimento da força de trabalho feminina é um fato marcante não apenas na cidade de Fortaleza, mas também no Brasil como um todo, o qual chega a ser um dos mais altos da América Latina. O que temos presenciado é o aumento do acesso das mulheres ao mercado de trabalho na década de 90 a consolidação e manutenção nesse mercado nos dias de hoje, apesar das crises econômicas.

As inovações tecnológicas tiveram fortes impactos nas formas de organização e gestão do trabalho. As dinâmicas globalizadora e reestruturadora aumentaram as brechas sociais e econômicas não só entre os países latino-americanos, mas também no interior dos mesmos, o que é particularmente grave devido às fortes disparidades existentes na distribuição de renda entre homens e mulheres (ver YANNOULAS, 2002).

Estas mudanças tiveram repercussões sobre os trabalhadores em geral, mas com algumas especificidades derivadas da continuidade da divisão sexual do trabalho. Para Hirata (2002) a relação diferenciada das mulheres e dos homens com a técnica e no que diz respeito à qualificação encontra-se no centro da divisão sexual do trabalho que se dá, hoje, com a maior instalação de novas tecnologias.

As mudanças no mundo do trabalho no nosso país se configuraram da seguinte forma: de um lado, os programas de estabilização e ajuste estrutural (reforma de estado, diminuição do gasto público, privatizações, redução do emprego público) provocaram quedas no gasto público na área social e baixas salariais, entre outros efeitos particularmente sofridos pelas mulheres; de outro lado, a flexibilização dos mercados de trabalho afetou diferentemente os homens e as mulheres (a flexibilidade é sexuada). A flexibilidade interna às instituições (polivalência, rotação, integração de tarefas, qualificação profissional e trabalho em equipe) concerne fundamentalmente à mão-de-obra masculina, pois afeta empregos e ocupações masculinizadas (empregos ditos 'atípicos' para as mulheres). A flexibilidade externa às instituições, vinda da terceirização de algumas tarefas e serviços, é obtida principalmente pelo recurso à mão-de-obra feminina, e através de empregos precários, trabalho de tempo parcial, horários flexíveis, anualização do tempo de trabalho. Assim, a flexibilização dos mercados de trabalho aumentou as

desigualdades entre homens e mulheres quanto às condições de trabalho e emprego.

Na economia informal, que compreende aquelas atividades não regulamentadas pelo poder público ou que não recolhem impostos, as mulheres representam aproximadamente 38% da força de trabalho, o que indica uma presença importante. Deve-se ressaltar, ainda que nesse setor as mulheres são maioria entre os trabalhadores não remunerados (faixa na qual elas representam 62%), e que seu rendimento salarial médio é 51% menor que o dos homens (FIG/CIDA, 2000). Segundo o IBGE, 40% da população economicamente ativa ocupada está hoje no setor informal da economia.

Percebe-se ainda que a política de microcrédito, referenciada aqui como uma das políticas públicas de geração de emprego e renda, se for considerada isolada de uma política que estimule o crescimento e desenvolvimento econômico jamais funcionará plenamente como estratégia de redução da pobreza e das desigualdades, no máximo, serão apenas paliativos. Segundo Sales (2003) a filosofia do microcrédito compreende a “promoção da inserção social de milhares de pessoas que foram enxotadas de suas atividades, quer pelas exigências do mercado, redução ou fechamento de postos de trabalho”. Assim, observa-se que essa forma de concessão de crédito à população das camadas populares (desprovida de garantias exigidas pelo sistema de crédito tradicional) só poderá funcionar com coerência quando for associada as demais políticas de emprego.

Para Yunus (2000) o crédito por si só, não pode acabar com a situação de pobreza. Ele é apenas um dos meios que permitem a sair da pobreza. Outras saídas podem ser abertas para facilitar a mudança. Mas para isso é necessário ver as pessoas de modo diferente e conceber um novo quadro para a sociedade.

Verifica-se que o desenvolvimento e o apoio dos governos aos microcréditos atende muito mais a recomendação de focalização, descentralização e racionalização dos recursos sociais para segmentos específicos da população carente, conforme recomendação do Banco Mundial. Cabe destacar que a experiência brasileira de oferecimento de linhas populares de crédito concentra-se na maior parte das vezes em algumas regiões do Brasil, principalmente no Nordeste.

Assim, embasado nesse panorama, conclui-se esse trabalho afirmando que se tentou alcançar os objetivos propostos. Para verificar em que medida a política de microcrédito estava atuando enquanto política de emprego e renda em âmbito nacional e como proposta para solucionar a questão do desemprego, buscou-se um diálogo com 6 (seis) interlocutores, que se configuraram como essenciais ao processo : homens e mulheres participantes de programas de geração de emprego e renda desenvolvidos por órgãos públicos no município de Fortaleza. Verificamos as metodologias de ação do Programa Agência Cidadã de Crédito - PAC e do Programa Crediamigo. Investigamos o percentual das mulheres participantes nos referidos programas dentro da População Economicamente Ativa (PEA) de Fortaleza, e conhecemos as principais facilidades e dificuldades encontradas por estas mulheres e homens na manutenção das atividades autônomas que desenvolviam.

Considerando tudo que já foi apresentado através da análise das informações, não podemos deixar de enfatizar os dados que consideramos mais relevantes. Constatamos que mais mulheres do que homens solicitaram microcrédito junto ao PAC e ao Crediamigo durante este ano de atuação. Isso vem mostrar a grande procura das mulheres por um meio de adquirir renda, sendo esta para complementar a renda familiar ou mesmo para garantir a total subsistência da família. A maioria dos entrevistados pedia o crédito não para criar o negócio, mas para ampliá-lo.

O tipo de negócio mais desenvolvido pelas mulheres de ambos os programas é o comércio e os ramos de atividade mais procurados são o de confecção e o de serviços alimentares, ramos considerados tipicamente femininos. Analisando esse fato, Hirata (2002) afirma que se os empregos não-qualificados são feminilizados, isso acaba fazendo da não-qualificação uma espécie de qualificação “tipicamente feminina”. Essa qualificação não é reconhecida porque é criada em uma esfera diferente daquela do terreno profissional e produtivo. Ainda segundo a autora, as novas tecnologias tendem a reforçar a marginalidade das mulheres e constituem um perigo principalmente para as mulheres não-qualificadas. Na realidade, são os postos não-qualificados que desaparecem, e são também os

postos que implicam tarefas repetitivas que, com as mudanças tecnológicas, continuam disponíveis para as mulheres.

Helena Hirata (2002) reconhece, no que concerne à organização do trabalho, que o trabalho manual e repetitivo era predominantemente atribuído às mulheres, sendo que aquele mais dotado de atributos e conhecimentos técnicos era predominantemente destinado aos homens. Enquanto as áreas de trabalho intensivo são reservadas predominantemente às mulheres, aquelas dotadas de maior capital intensivo, com maior incremento tecnocientífico, são majoritariamente destinadas ao trabalho masculino.

Disso decorre freqüentemente, segundo Hirata, uma maior precarização do trabalho das mulheres, recorrentemente em regime de *part-time*, marcado por maior informalidade, redução salarial, e também pela falta de perspectiva promocional na carreira, restrições na política de formação profissional, mesmo quando o emprego é marcado por estabilidade, como é o caso do emprego público.

Com o olhar atento para essa morfologia, Helena Hirata afirma que "nas análises sobre as relações sociais de sexos, entendidas como relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas, a preeminência de um dos componentes dessas relações, seja o componente opressão/dominação de sexo, seja o componente superexploração econômica, constituiu uma das diferenças mais importantes que fragmentaram o campo das pesquisas e dos movimentos feministas, tanto no Norte quanto no Sul".

Ao longo da interpretação dos dados da pesquisa vimos ainda que a faixa etária predominante das trabalhadoras autônomas é a que vai de 40 a 60 anos. Na conjuntura econômica atual, pessoas com essa idade já se tornam descartáveis para o mercado formal. Constatamos também que a maior parte dos microempreendedores desenvolvem a sua atividade autônoma no próprio espaço doméstico, como uma extensão do lar, influenciando de forma singular as relações familiares. A revolução para ocupação do espaço público frustrou-se convergindo na volta ao espaço privado. Isso mostra que apesar das mudanças ocorridas nos

padrões culturais societais, o modelo tradicional de divisão sexual do trabalho ainda vigora.

Ademais, observamos com os solicitantes do microcrédito que estes geralmente não contam com um acompanhamento gerencial por parte das instituições financiadoras do crédito na administração do negócio. Os entrevistados afirmaram, ainda, que, muitas vezes, não têm controle administrativo do negócio ou que este se dava precariamente, isto por não haver uma rígida organização das contas e vendas.

Observamos a precariedade da renda familiar mensal predominante que consta de mais de 1 a 3 salários mínimos. Vale ressaltar que a renda adquirida pelas mulheres na consecução de seus negócios não é a principal da família, mesmo não sendo a única, e que a maioria afirmou ter conseguido autonomia e estar realizada com o negócio, porém, a mesma maioria não conseguiu adquirir bens com os lucros advindos dele. Já os homens entrevistados relataram um grau menor de satisfação com as atividades desenvolvidas, reconhecendo, com mais facilidade, as limitações do programa de microcrédito em que estavam inseridos.

Uma constatação importante é que antes de gerirem seu próprio negócio, as mulheres e homens, em sua maioria, trabalhavam no setor formal ou eram empregados sem carteira assinada, no entanto, afirmaram que mesmo havendo a oportunidade de deixar o negócio autônomo para trabalhar de uma forma regulamentada (com carteira assinada) não o fariam.

O motivo que levou a maior parte das mulheres a trabalhar como autônoma e a optar pelo ramo que optaram foi a experiência adquirida e a possibilidade de conciliação da vida familiar com o trabalho. Houve um predomínio entre as respostas dos entrevistados de que a concessão de crédito seria a principal facilidade encontrada no desenvolvimento do negócio e o pouco capital de giro para investimento a maior dificuldade. As mulheres destacaram também na investigação a capacidade de poder conciliar as responsabilidades familiares como uma grande facilidade na condução de seus negócios.

Vasculhando um pouco da intimidade das mulheres que viviam com companheiro, concluímos que este, em sua maioria, possuía atitudes em casa que

não as ajudavam na administração das tarefas do lar. Dos que não ajudavam, a alegação foi a de que as atividades desenvolvidas eram exclusivamente femininas ou que já existia uma outra pessoa na casa que seria remunerada para tal função.

Enfim, esse estudo é o resultado de longa reflexão a qual trata das interfaces e transversalidades entre *trabalho, gênero e as políticas públicas*. Tendo em vista tudo o que foi considerado nessa pesquisa, consideramos que as novas políticas públicas devem, necessariamente, ser formuladas de maneira multisetorial e multidisciplinar. Também devem apresentar um novo enfoque e uma nova articulação entre o trabalho para o mercado, o trabalho doméstico e a provisão estatal de bem-estar, assegurando o fortalecimento da cidadania social e, paralelamente, o aumento da produtividade social global. Nessa nova articulação, uma peça chave deve ser a atribuição de ambos os tipos de trabalho (trabalho para o mercado e trabalho doméstico) a ambos os gêneros, aumentando de forma significativa o leque de possibilidades e funções destinadas aos homens e às mulheres em todos os aspectos da vida.

Desse modo, as políticas públicas não necessariamente devem estar centradas na atenção às populações em situação de risco, mas em prover condições a todas as famílias para que seus membros possam desenvolver uma vida política, cultural, laboral e familiar mais gratificante e plena. Trata-se de formular novos tipos de arranjos institucionais e formas de solidariedade, articulando iniciativas, atores, recursos, entre outros aspectos. Nesse tipo de cidadania e de políticas públicas a construir, a lógica pressuposta é outra, pois nela a economia e a política estariam interrelacionadas, assim como a esfera pública e a privada também estariam ligadas interdependentemente.

A formulação deste tipo de novas políticas públicas não pode ser tarefa a ser enfrentada por uma instituição ou grupo de atores. Precisa da ação simultânea e articulada de diversos agentes a partir de diferentes âmbitos e com múltiplas estratégias, com o propósito central de redistribuir o poder e os bens materiais e simbólicos. Trata-se de construir um modelo de desenvolvimento incluyente, que torne compatíveis a vida pública e a vida privada dos cidadãos e das cidadãs.

Enfim, o trabalho desenvolvido caracteriza-se como de grande importância para compreender o processo e a lógica das políticas públicas de geração de emprego e renda, especificamente, as políticas de microcrédito. Essa investigação apresenta rigorosa pesquisa, com o olhar voltado para as inúmeras particularidades e metamorfoses que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. Também se configura como um instrumento de análise para os (as) estudiosos (as) da temática em questão, além de apresentar um olhar diferente sobre o fenômeno, oportunizando o traçar de políticas públicas mais coerentes com a realidade das mulheres e dos homens trabalhadores autônomos.

BIBLIOGRAFIA:

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Maria Alvina Moura de. **O impacto causado aos beneficiários dos empreendimentos concedidos pelo Programa de Crédito Orientado da extinta PROFITEC nos anos Maio/97 a Jun/98**. Fortaleza, 2001. Monografia (Especialização em Gestão Pública da Prefeitura). Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA, Universidade Estadual do Ceará.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7 ed. rev. amp. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi (orgs). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARAÚJO, Maria de Lourdes Góes; SOUSA, José Rogério Martiniano. Gênero – origem. **Caderno Desvendando os gêneros, desvelando o cotidiano**, Fortaleza, n. 1, p. 5 -15, 2002.

ARENDT, Hannah. A condição humana; As esferas pública e privada. In: **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 15-87.

AZEREDO, Beatriz e RAMOS, Carlos Alberto. Políticas Públicas de Emprego: experiências e desafios. **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, Jun./Dez. 1995.

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de geração de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, Marco Antonio. (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas- SP: UNICAMP /IE, 1998.

_____. Um negócio a serviço do desenvolvimento local e da cidadania. **Revista Rumos**. [S.L.], Fev. 1999.

BANCO DO NORDESTE. ETENE. **Relatórios anuais sobre o Crediamigo**. Fortaleza, 1998.

_____. **Relatório Social – Crediamigo**. Fortaleza, 2007.

BANCO MUNDIAL. **Empregos no Brasil – Prioridades de Políticas. 2002**.

Disponível em: http://www.obancomundial.org/index.php/content/view_folder/90.html

Acesso em: 03 jan. 2005.

_____. **O combate à pobreza no Brasil - Relatório sobre Pobreza, com Ênfase nas Políticas Voltadas para a Redução da Pobreza Urbana**. Vol. 1. 2001.

BARONE, Marcelo / et. al. / **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002..

BEECHEY, Veronica. Gênero y trabajo: replanteamiento de la definición de trabajo. In: BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina y ALEMANY, Carme. **Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales**. 1.ed. Barcelona: ICARIA: FUHEM, D.L., 1994.

BOURDIEU, Pierre. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta Júlia Marques & MEYER, Dagmar Estermann & WALDOW, Vera Regina (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) - A experiência da mulher**. Brasília: MTb, SEFOR, 1998.

_____. **Sistema Nacional de Informações de Gênero - SNIG**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: NEPO/UNICAMP, 2000, p.13-58.

BUARQUE, Cristina.../ et. al. / **Perspectivas de gênero**: debates e questões para as ONG's. Recife: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib / SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 2002.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/politicapublica/mariadallari.htm>>. Acesso em: 28 maio 2004.

CANO, Wilson. Políticas econômicas e de ajuste na América Latina. In: OLIVEIRA, Marco Antonio (Org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

CARVALHO, Adriana e RAMIRO, Denise. Como e porque eles venceram. **Revista Veja**. São Paulo, n.13, ano 35, ed. 1745, abril 2002.

CASE, Thomas A., CASE, Silvana e FRANCIATTO, Claudir. **Empregabilidade**: de executivo a consultor bem-sucedido. São Paulo: Makron Books, 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, M. Feminização da Pobreza em Cenário Neoliberal, Brasil 2000. In: GOMES, A. **O Trabalho no Século XXI**. Bahia: Editora Anita Garibaldi, 2001.

CASTRO, Samira de;SALES, Iracema. Microcrédito contra as desigualdades sociais. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 nov. 2003. Negócios, p. 4.

_____. Cresce interesse pelo empreendedorismo. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 fev. 2004. Negócios, p. 7.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. **Políticas públicas de emprego e renda no governo Fernando Henrique Cardoso**: grandes avanços e muito a se fazer. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_20f.pdf> Acesso em: 10 jan. 2005.

CINTERFOR/OIT. **Bolétin Técnico Interamericano de Formación Profesional**. Entrega Especial: La participación de la mujer en la formación y en el empleo. Montevideo, Julio-Diciembre de 1995.

COELHO, Clair Castilho. Gênero e Políticas Públicas. In: SILVA, Alcione Leite (Org.). **Falas de gênero: teorias, análises e leituras**. Florianópolis: Mulheres, 1999.

CORDEIRO, Marília. Responsabilidade começa cedo e consolida liderança familiar. **O Povo**, Fortaleza, 23 nov. 2003. Economia, p. 27.

COSTA, Clarice Gomes. **Educação, qualificação e empregabilidade**: um exame com base na vida real. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, mar. 2001. (Projeto de pesquisa apresentado ao curso de mestrado em Educação brasileira da UFC).

CREDIAMIGO já financiou R\$ 1 bilhão. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 nov. 2003. Negócios, p. 3.

DANTAS, Valdi de Araújo. **A tecnologia do microcrédito produtivo e orientado**. Brasília: RedeLis, 1995. (Disponível via www.redelis.org.br/textos)

DARCY, Sérgio; SOARES, Marden. Democratização do Crédito no Brasil – Atuação do Banco Central. In: **Apostila do 2º Seminário Banco Central sobre Microfinanças**, Fortaleza, 10 e 11 nov. 2003.

DEDECCA, C. S. Setor Informal e Informalidade no Brasil. **Ciência Hoje**, v. 39, p. 18-23, 2007.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

_____. **Mapa das questões de Gênero – Monitoramento dos Resultados**. São Paulo, s/d, mimeo.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FARRANHA, Ana Claudia. **Novas e velhas elaborações: anotações sobre o microcrédito no Brasil**. Mesa temática 4 / UNICAMP-OIT. São Paulo: 2006.

FIG/CIDA. **Gênero no mundo do trabalho. I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil.** Brasília: 2000.

FLACSO/INSTITUTO DE LA MUJER. **Mulheres latino-americanas em dados – Brasil.** Santiago de Chile: 1993.

FROTA, Maria Helena de Paula. **Las castaneras:** el proceso de socialización del trabajo femenino en la industria de la castana en Ceará. Brasil, 1999. Tese (Doutorado em sociologia).

GIMENEZ, Dennis Maracci. **Políticas de emprego no capitalismo avançado:** trajetória no século XX e o significado da ruptura neoliberal. 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Social e do Trabalho, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GUIMARÃES, Ivan Gonçalves Ribeiro. Políticas públicas e o emprego: tendências internacionais e experiências brasileiras. In: OLIVEIRA, Marco Antonio (Org.). **Economia e trabalho:** textos básicos. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

GURGEL, Márcia. Mercado informal - A solução pode estar em casa. **O Povo.** Fortaleza, 10 fev. 2002. Economia, p. 16.

_____. Empreendedorismo – Programa tem inadimplência de 1,5%. **O Povo.** Fortaleza, 10 fev. 2002. Domingo, Economia, p. 17.

HANS, Marie - Françoise. **As mulheres e o dinheiro:** história de uma conquista. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. Relaciones sociales de sexo y división del trabajo: contribución a la discusión sobre el concepto trabajo. **Herramienta:** Revista de debate y crítica marxista, Buenos Aires, primavera/verano 2000-2001.

_____. Globalização e divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos Pagu** (17/18), Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp. São Paulo: 2001/02.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** – um olhar voltado para a empresa e a sociedade. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2002.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. **Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas – SBRT.** Disponível em: <<http://sbrt.ibict.br/upload/sbrr1972.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **PNAD.** Rio de Janeiro – Brasil, 1997.

_____. **Pesquisa Economia Informal Urbana – ECINF 2003.** Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Síntese de Indicadores 2005.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Setor informal.** Rio de Janeiro – Brasil: IBGE, jun. 1999.

_____. **Censo Demográfico.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Jornal da USP. Ano XXII, n. 781, de 23 a 29 out. 2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorusp>> Acesso em: 20 nov. 2006.

KARTCHEVSKY, Andrée.../ et. al. / **O sexo do trabalho.** Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, 1986. 192p.

KEHL, Maria Rita. **A mínima diferença:** masculino e feminino na cultura. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 272p. ISBN 85-312-0526-3.

_____. **Deslocamentos do feminino:** a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998. 348p. ISBN 85-312-06200.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, Andrée.../ et. al. / **O sexo do trabalho.** Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, 1986. 192p.

_____. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

LEITE, Márcia de Paula. Qualificação, desemprego e empregabilidade. **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo: SEAD, v. 11, n. 1, jan.- mar. 1997.

LIMA, Roberto Alves de.; ARAÚJO, Tarcisio Patrício de. Avanços e impasses da política pública de emprego no Brasil: discussão com foco no Proger e no Planfor. In: ARAÚJO, Tarcisio Patrício de.; LIMA, Roberto Alves de. (Orgs.) **Ensaio sobre mercado de trabalho e políticas de emprego**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Os usos de gênero. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

LOBO, Flávio; NAIGEBORIN, Viviane. O direito humano ao crédito. **Revista Carta Capital**, [S.L.: s.n.], 28 jan. 2004.

LOPES, Lorena da Silva. **A feminilização do trabalho autônomo no mercado de trabalho em Fortaleza**. Fortaleza, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Departamento de Métodos e Técnicas do Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará.

LOPES, Simone Saísse. **Balanco das políticas de emprego e renda no período 1995-2002**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_20d.pdf> Acesso em: 20 dez. 2004.

LOURO, Guacira L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Júlia Marques & MEYER, Dagmar Estermann & WALDOW, Vera Regina (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1995.

MÖLER, Horst Dieter; IRMÃO, José Ferreira. Desemprego e precarização das relações de trabalho no Brasil. In: ARAÚJO, Tarcisio Patrício de.; LIMA, Roberto Alves de. (Orgs.) **Ensaio sobre mercado de trabalho e políticas de emprego**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

NERI, M. C. “**Decent Work and the Informal Sector in Brazil**”. EPGE – Ensaio Econômico, 2002.

NETTO, Antonio Garcia de Miranda... /et. al./ **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. **Estados keynesiano e neoliberal: formas históricas do Estado Capitalista no século XX**. Revista Humanidades e Ciências Sociais. Fortaleza: UECE, 2001. N. 1. Vol. 3.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização do mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Disponível em: http://www.galizacig.com/actualidade/200411/ab_a_feminizacao_do_mundo_do_trabalho> Acesso em: 22 de nov. 2006.

NUNES, Christiane Girard Ferreira. **Dossiê: Globalização e Trabalho**: perspectivas de gênero. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA, 2002.

OIT. **Regulación del trabajo de la mujer en América Latina**. Espanha, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA, Marco Antonio (Org.). **Economia & trabalho**: textos básicos. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

OLIVEIRA, Maria Ivete Ribeiro de Oliveira. Um negócio a serviço do desenvolvimento local e da cidadania - Integração. **Revista Rumos**, [S.L.], fev. 1999.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discurso sobre a masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 6, n. 1, 1998.

PAULO, Jucilene Maria. **Microempreendimento e o Crediamigo em Fortaleza**. Fortaleza, 1999. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas), Faculdade de Economia, Administração, Atuaria, Contabilidade e Secretariado – FEAC, Universidade Federal do Ceará.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história** : operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 2.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992. 332p.

_____. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

PIRES, Inácio José Bessa. **Mercado de trabalho em Fortaleza**: questões demográficas e de gênero (1991 - 1997). Fortaleza: SINE/IDT, abr. 1999.

POCHMANN, Márcio. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio. (Org.). **Economia e Trabalho**: textos básicos. Campinas - SP: UNICAMP /IE, 1998a.

_____. As políticas de geração de emprego e renda: experiências internacionais recentes. In: OLIVEIRA, Marco Antonio. (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas - SP: UNICAMP /IE, 1998b.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Os Desafios da micro e pequena empresa no capitalismo brasileiro. In: ARAÚJO, Tarcisio Patrício de.; LIMA, Roberto Alves de. (Orgs.) **Ensaio sobre mercado de trabalho e políticas de emprego**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001a.

_____. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001b.

PULEO, Alicia H. **Filosofia, gênero y pensamiento crítico**. Serie Filosofia. Universidade de Valladolid, sd.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SALES, Iracema. Cidadania através da geração de renda. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 nov. 2003. Negócios, p. 4.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos. A violência da exclusão do mercado de trabalho. In: BARREIRA, César e LINS, Daniel (Orgs.). **Poder e violência**. Fortaleza: EUFC, 1996.

SANTOS, Velma Noronha dos. **Famílias chefiadas por mulheres: suas dificuldades e alternativas**. Fortaleza, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Departamento de Métodos e Técnicas do Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, RS, v.16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

_____. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, v. 6, n. 1, 1998.

SEBRAE-CE. **Principais entidades que atuam com microcrédito no Ceará**. Disponível em: <<http://www.sebraece.com.br/info/microcredito.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2004.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselene Fátima. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo: CEDES, n. 61, 1997.

SILVA, Hélio Eduardo da. Por uma política de desenvolvimento. **Revista Rumos**, [S.L.], fev. 1999.

SINE/IDT - CE. **Formas de inserção da mulher empreendedora no mercado de trabalho**. Fortaleza, 1997.

_____. **Informalidade na capital**. Fortaleza, 2004.

_____. **Ocupação e desemprego no município de Fortaleza**. [S.L.], 1997.

_____. **Desenvolvimento e formação**. [S.L.], 1996.

SOMAVÍA, Juan. **Desemprego na América Latina cresceu 4,5% em 24 anos**. Disponível em <<http://br.news.yahoo.com/041215/40/q0w7.html>> Acesso em: 15 dez. de 2005.

STOLCKE, V. Los trabajos de las mujeres. In: LEON, M. (Org.). **Sociedad, subordinación e feminismo**. Bogotá: [s.n.], 1996.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004. v. 01. 216 p.

TELLES, Fábio. Passos básicos para o empreendedor. **SEBRAE ARTIGOS**, Santa Catarina, 2002.

VIEIRA, Francisca Felipe. **A importância do projeto para os pequenos negócios**. Fortaleza, 1999. Monografia (Especialização em Administração Financeira) Centro de Estudos Sociais e Aplicados – CESA, Universidade Estadual do Ceará.

YANNOULAS, Silvia Cristina. *Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O banqueiro dos pobres**. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. 1 ed. São Paulo: Ática, 2000.

ZIMMERMANN, Sonia N. Regulamentação do trabalho da mulher no Brasil. In: OIT. **Regulación del trabajo de la mujer en América Latina**, 1993.

ANEXOS



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade

Data: ___/___/___

**- INSTRUMENTAL DE PESQUISA JUNTO A PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE
MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- 1) Nome: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Endereço: _____
- 4) Email: _____
- 5) Raça/Cor/Etnia (autodeclarada):
a.() Negra b.() Parda c.() Branca d.() Amarela e.() Indígena f.() Outra
- 6) Religiosidade:
1.() Católica 2.() Evangélica 3.() Espírita 4.() Adventista 5.() outra, qual? _____
- 7) Estado Civil:
a.() Casada(o) b.() Solteira(o) c.() Viúva(o) d.() Separada(o)/Desquitada(o) e.() União estável
- 8) Escolaridade:
a.() Não Alfabetizada(o)
b.() Alfabetizada(o)
c.() Ensino Fundamental Incompleto
d.() Ensino Fundamental Completo
e.() Ensino Médio Incompleto
f.() Ensino Médio Completo
g.() Superior Incompleto
h.() Superior Completo

DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS

- 9) Número de membros da família :
a.() de 1 a 3 b.() de 4 a 6 c.() de 7 a 9 d.() de 10 ou mais e.() Não informou/Não sabe
- 10) Quantas pessoas contribuem com a renda familiar? _____
- 11) Renda familiar mensal :
a.() menos de 1 a 1 salário mínimo b.() mais de 1 a 3 salários mínimos c.() mais de 3 a 5 salários mínimos d.() mais de 5 salários mínimos e.() Não informou/Não sabe

12) Renda individual mensal _____

13) A renda adquirida através do negócio é a principal da família?

a.() Sim. b.() Não.

14) Há quanto tempo você criou o seu próprio negócio? _____

15) Você participa de qual Programa de microcrédito? Como você tomou conhecimento do programa de concessão de microcrédito?

16) Qual foi o valor do primeiro empréstimo? E hoje, quais são os valores tomados por empréstimo?

17) Quais foram os motivos que a(o) levaram a trabalhar no setor informal ? **(questão aberta)**

- a.() inexistência de emprego
- b.() falta de qualificação para conseguir empregos
- c.() idade avançada
- d.() falta de experiência profissional
- e.() necessidade de complementar a renda familiar
- f.() facilidade na concessão de crédito
- g.() outros. Quais?

18) Tipo de atividade :

a.() Comércio b.() Indústria c.() Serviços

19) Ramo da atividade : _____

20) Quais foram os motivos que a(o) levaram a trabalhar nesse ramo, especificamente?

21) Antes de ter o seu próprio negócio, você exercia outra atividade remunerada? Qual?

a.() nenhuma b.() trabalhava no setor formal c.() empregada(o), mas sem carteira assinada d.() possuía outro tipo de negócio no setor informal

22) Atualmente você exerce outra atividade remunerada, além do desenvolvimento de seu próprio negócio?

a.() Sim. Qual? _____ b.() Não.

23) Onde você exerce sua atividade de trabalho informal?

a.() casa b.() espaço alugado c.() próprio, mas fora da extensão da casa

24) Qual foi o objetivo básico do financiamento :

a.() Criação do negócio b.() Ampliação do negócio c.() Não informou

25) Tipo de garantia do financiamento:

a.() Individual b.() Grupo solidário c.() Não informou

26) Número de participantes no grupo solidário (**só para quem participa de grupos solidários**):

a.() 3 pessoas b.() 4 pessoas c.() 5 pessoas d.() Não informou

27) O financiamento foi feito no nome de quem?

a.() entrevistada(o) b.() companheiro(a) c.() pais d.() filho(a) e.() parente
f.() amigo(a) g.() outros. Explique a escolha da pessoa encarregada para o empréstimo. _____

28) Quais as principais facilidades encontradas por você no desenvolvimento do seu negócio?

29) Quais as principais dificuldades encontradas por você no desenvolvimento do seu negócio?

30) Você recebe algum tipo de acompanhamento gerencial por parte da instituição que concedeu o microcrédito? De que forma ele é feito?

31) Nos últimos anos o(a) sr(a) fez algum curso de atualização/formação profissional? Qual(is)?

32) Com o estabelecimento do negócio (aquisição do microcrédito) você adquiriu maior autonomia (liberdade, independência financeira e/ou administrativa)?

33) Qual a renda mensal gerada, especificamente, com o negócio? _____

34) Você administra o negócio com quem:

a.() sozinha(o) b.() com o(a) companheiro(a) c.() com os pais d.() com o(s) filho(s)
e.() com algum parente f.() com amigo(s) g.() outros. Especifique: _____

35) Tem sido difícil para você ficar a frente do negócio?

() sim. Por que? _____

() não. Por que? _____

36) No caso de administrar o negócio com alguém, qual a contribuição dessa pessoa?

37) Existem funcionárias(os) contratadas(os) para auxiliar o seu negócio? Em que atividades elas(es) participam?

38) Você tem poder pleno de decisão nos assuntos relacionados ao negócio (como aplicar o dinheiro obtido, contratação de pessoal, escolha e compra de material etc)?

39) Com relação a realização das tarefas domésticas, seu(sua) cônjuge participa na divisão de tarefas ou você faz tudo sozinha(o)? Como se dá a divisão do trabalho doméstico?

40) Você considera que as funções desenvolvidas por você no seu negócio podem ser realizadas por homens e mulheres, sem distinção?

() sim () não

41) Se houvesse uma oportunidade de trabalhar com carteira assinada, você optaria por deixar de ter seu próprio negócio ?

a.() sim. Por quê? _____

b.() não. Por quê? _____

42) O que você acha sobre as políticas de concessão de microcrédito, para mulheres e homens?

43) Depois de montar seu próprio negócio, houve alguma mudança em sua vida? Qual?

44) Você se sente realizada(o) com o seu negócio? Por quê?
